



 Teoria

 Questões de provas

 Lei seca

 Vídeos explicativos

 Resumo 7 Fontes

 Estudo acompanhado

 Mapas mentais

**AULA DEMONSTRATIVA**

**IPVA - Lei 11.651/91 (CTE-GO)**

**ATUALIZADO DE ACORDO COM A LEI. 23.287 DE 2025**

**PÓS-EDITAL**

**7FONTES**  
CONCURSOS

|   |            |
|---|------------|
| <b>CRONOGRAMA PÓS-EDITAL</b> .....  | <b>3</b>   |
| <b>CONHEÇA NOSSOS CURSOS</b> .....  | <b>5</b>   |
| <b>QUEM SERÁ MEU PROFESSOR?</b> .....   | <b>6</b>   |
| <b>IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - IPVA LEI 11.651/91</b> ..... | <b>8</b>   |
| <b>DA INCIDÊNCIA (ART. 90 AO 94-B)</b> .....  | <b>9</b>   |
| <i>Do Fato gerador</i> .....  | <b>9</b>   |
| <i>Do Momento da Ocorrência do Fato Gerador</i> .....                                 | <b>12</b>  |
| <i>Da Base de Cálculo</i> .....   | <b>18</b>  |
| <i>Das Alíquotas</i> .....  | <b>27</b>  |
| <i>Da Isenção</i> .....   | <b>31</b>  |
| <i>Da Redução de Base de Cálculo</i> .....  | <b>46</b>  |
| <b>DA NÃO INCIDÊNCIA (ART. 95)</b> .....  | <b>53</b>  |
| <b>DA SUJEIÇÃO PASSIVA (ART. 96 AO 99)</b> .....                                      | <b>58</b>  |
| <i>Do contribuinte</i> .....  | <b>58</b>  |
| <i>Do substituto tributário</i> .....   | <b>59</b>  |
| <i>Do responsável pessoal</i> .....   | <b>60</b>  |
| <i>Do responsável solidário</i> .....   | <b>60</b>  |
| <b>DO PAGAMENTO (ART. 100 AO 102)</b> .....   | <b>66</b>  |
| <b>DAS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS ACESSÓRIAS (ART. 103 AO 104)</b> .....                  | <b>73</b>  |
| <b>DA REPARTIÇÃO DA RECEITA (ART. 105)</b> .....                                      | <b>74</b>  |
| <b>DAS PENALIDADES (ART. 106 A 111)</b> .....   | <b>75</b>  |
| <b>RESUMO 7 FONTES</b> .....  | <b>79</b>  |
| <b>FATO GERADOR</b> .....   | <b>79</b>  |
| <b>DO MOMENTO DA OCORRÊNCIA DO FATO GERADOR</b> .....                                 | <b>80</b>  |
| <b>DA BASE DE CÁLCULO</b> .....   | <b>81</b>  |
| <b>DAS ALÍQUOTAS</b> .....  | <b>82</b>  |
| <b>DA ISENÇÃO</b> .....   | <b>83</b>  |
| <b>DA REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO</b> .....  | <b>85</b>  |
| <b>DA NÃO INCIDÊNCIA (ART. 95)</b> .....  | <b>86</b>  |
| <b>DA SUJEIÇÃO PASSIVA (ART. 96 AO 99)</b> .....                                      | <b>87</b>  |
| <b>DO PAGAMENTO (ART. 100 AO 102)</b> .....   | <b>88</b>  |
| <b>DAS PENALIDADES (ART. 106 A 111)</b> .....   | <b>89</b>  |
| <b>LISTA DE QUESTÕES</b> .....  | <b>90</b>  |
| <b>GABARITO</b> .....   | <b>127</b> |
| <b>CONSOLIDAÇÃO DAS QUESTÕES COMENTADAS NA AULA</b> .....                             | <b>128</b> |
| <b>PROFESSORES</b> .....  | <b>214</b> |



**Cronograma Pós-Edital**

| AULA | TEMA   | DATA       |
|------|--|------------|
| 00   | <b>Tópico 1 do edital</b><br>Lei 11.651/91 - IPVA  | disponível |
| 01   | <b>Tópico 1 do edital</b><br>Lei 11.651/91 - ITCD  | disponível |
| 02   | <b>Tópico 16 do edital</b><br>Lei Complementar estadual nº 104, de 09 de outubro de 2013, que institui o Código de Direitos, Garantias e Obrigações do Contribuinte no Estado de Goiás.  | disponível |
| 03   | <b>Tópico 3 do edital</b><br>Lei nº 16.469/09, que regulamenta o processo administrativo tributário e dispõe sobre os órgãos vinculados ao julgamento administrativo de questões de natureza tributária.   | disponível |
| 04   | <b>Tópico 1 do edital</b><br>Lei 11.651/91 - ICMS Parte 1 (Incidência, não incidência, momento e local)  | disponível |
| 05   | <b>Tópicos 1, 7 e 9 do edital</b><br>Lei 11.651/91 - ICMS Parte 2 (Base de Cálculo)<br>Anexo XV do Decreto nº 4.852/97, que trata das operações e prestações que destinem mercadoria, bem ou serviço a consumidor final não contribuinte, localizado no Estado de Goiás.<br>Anexo XX do Decreto nº 4.852/97, exceto Apêndices - Da Apuração e do pagamento do ICMS DIFAL-SN. | disponível |
| 06   | <b>Tópicos 1 e 15 do edital</b><br>1. Lei 11.651/91 - ICMS Parte 3 (Sujeição passiva, compensação e pagamento)<br>15. Instrução Normativa Nº 199/2022-SRE, que dispõe sobre a auto regularização, pelo contribuinte, de irregularidades decorrentes de divergências ou inconsistências identificadas em malhas fiscais.  | disponível |
| 07   | <b>Tópicos 1 e 2 do edital</b><br>Lei 11.651/91 - Administração tributária e Penalidades e demais disposições Livro I, Título V, Capítulo IV-A e Livro III, Título II, do Decreto nº 4.852, de 29 de dezembro de 1997, que regulamenta a Lei Estadual nº 11.651/91.  | disponível |
| 08   | <b>Tópico 4 do edital</b><br>Títulos I, II, III, IV, V e VI, capítulo I, seção I do Anexo VIII do Decreto nº 4.852/97, que trata da substituição tributária do ICMS.   | disponível |
| 09   | <b>Tópico 6 do edital</b><br>Capítulos I, II, V, VII, VIII, X, XI, XIII, XV, XVI e XVII do Anexo XII do Decreto nº 4.852/97, que cuida das obrigações específicas.   | disponível |



|    |   |            |
|----|---|------------|
| 10 | <b>Tópicos 5 e 8 do edital</b><br>Capítulo I e V do Anexo IX do Decreto nº 4.852/97, que trata dos benefícios fiscais.<br>Anexo XVIII do Decreto nº 4.852/97, que trata do fornecimento de informações prestadas por instituições e intermediadores financeiros e de pagamento e por intermediadores de serviços e negócios.  | disponível |
| 11 | <b>Tópicos 10, 11 e 12 do edital</b><br>10. Ajuste SINIEF nº 07/05, que Institui a Nota Fiscal Eletrônica e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica, Cláusulas I, II, II-A, III, VI, VII, IX, XI, XII, XIII-A, XII, XIV-A, XV-A.<br>11. Ajuste SINIEF nº 19/16, que institui a Institui a Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica, modelo 65, e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica, Cláusulas I a XI.<br>12. Ajuste SINIEF 21/10, que institui o Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais MDF-e, Cláusulas I, II, III, III-A, V, VIII, IX, XI.  | disponível |
| 12 | <b>Tópicos 13, 14, 17, 18 e 19 do edital</b><br>13. Lei nº 20.787/2020, que institui o programa de desenvolvimento regional – Pro Goiás.<br>14. Art. 5º da Lei nº 21.670/22, que dispõe sobre a criação do Fundo Estadual de Infraestrutura - FUNDEINFRA e cria o Programa de Parcerias Institucionais para o Progresso e o Desenvolvimento Econômico do Estado de Goiás e o Decreto nº 10.187, de 30 de dezembro de 2022.<br>17. Lei Nº 9.489/1984, Cria o Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás - FOMENTAR.<br>18. Lei Nº 11.180/1990. Estabelece modificações no Fundo de Participação e Fomento do Estado de Goiás (FOMENTAR) e dá outras providências.<br>19. Lei nº 13.591/2000. Institui o Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás - PRODUZIR e o Fundo de Desenvolvimento de Atividades Industriais - FUNPRODUZIR e dá outras providências. | disponível |
| 13 | <b>Tópico 1 do edital</b><br>Lei 11.651/91 – Contribuição de Melhoria e Taxas   | disponível |
| 14 | <b>SIMULADO FINAL</b>   | disponível |



# CONFIRA TODOS OS NOSSOS CURSOS



ESCANEIE O QR CODE  
E CONFIRA!



NOTÍCIAS | MATERIAIS | AULAS | DICAS DE CONCURSOS

# ENTRE AGORA NAS COMUNIDADES GRATUITAS



ESCANEIE O QR CODE  
E ENTRE AGORA!



**7FONTES**  
CONCURSOS



EM CASO DE DÚVIDAS,  
ENTRE EM CONTATO.



# QUEM É PROFESSOR ELIEZER?

Futuro aprovado (a), meu nome é Eliezer Santos e, atualmente, exerço o cargo de Auditor fiscal no belíssimo Estado de Goiás. Sou servidor público desde os meus 18 anos e hoje meu propósito de vida é ajudar alunos e alunas, como você, a realizarem o sonho de ser aprovados e conquistarem a tão sonhada estabilidade.

Meu primeiro cargo público foi no Exército brasileiro, como sargento de carreira formado pela Escola de Sargentos das Armas (ESA). Em minha turma, tive a honra de ser o 1º colocado entre os mais de mil formandos.

Em 2013, contudo, decidi que queria voos mais altos. Queria possibilitar à minha família, mais segurança e qualidade de vida. Esses foram os ingredientes para começar um longo processo do qual jamais vou me arrepender.

Após longas horas de estudos, dedicação, disciplina e resiliência, as aprovações vieram. Ainda em 2013, fui aprovado na Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e na Polícia Militar do Estado de Roraima. Logo mais, em 2017, já cansado, mas nunca desistindo, começaram as aprovações na carreira dos meus sonhos - Área Fiscal, na qual fui aprovado e nomeado nos seguintes cargos de Auditor fiscal:

- ✓ ISS CRICIÚMA (2017 - entreguei carta de desistência);
- ✓ SEFAZ-GO (2018 - nomeado);
- ✓ SEFAZ-SC (2018 - nomeado);
- ✓ ISS-MANAUS (2019 - entreguei carta de desistência);
- ✓ SEFAZ-DF (2020 - nomeado).

Optei, assim, por ficar em minha terra natal, próximo à minha família em Goiânia-GO, onde exerço minhas atribuições como Auditor Fiscal na Gerência de Representação do Estado no Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ).

Tenha a certeza, meu aluno (a), de que estarei com você em todos os momentos até o dia da sua posse. Assim, não deixe de utilizar o fórum de dúvidas. Nele, estarei sempre pronto e tempestivo para sanar todas as suas dúvidas, sempre na missão de fazer você gabaritar nossa matéria.

Fique à vontade também para trocarmos ideias em minhas redes sociais. É sempre um prazer atendê-lo (a) e trocar experiências.

Prepara-se o cavalo para o dia da batalha,  
mas o Senhor é que dá a vitória.

Provérbios 21:31

# PIRATARIA É CRIME!

A prática de compartilhar ilegalmente materiais educacionais prejudica não apenas os criadores deles, mas também aqueles que buscam aprender de maneira ética e legal.

Imagine um cenário em que um professor dedica tempo e esforço à criação de cursos, disponibilizando-os para venda em um site parceiro. No entanto, um pirata decide divulgar esses materiais de forma ilícita em grupos de compartilhamento, sem se identificar, alegando não ter fins lucrativos.

O modus operandi do pirata é ainda mais grave: ele cria identidades falsas, adquire os cursos em nome de terceiros sem consentimento, utilizando seus dados pessoais e, frequentemente, efetua essas compras com cartões de crédito clonados. Além disso, ele não apenas viola os termos de uso, mas também adultera o conteúdo das aulas e remove qualquer identificação dos arquivos, dificultando a identificação do crime.

Essa prática não apenas desrespeita a lei de direitos autorais, como também prejudica os criadores legítimos dos cursos, que não recebem nada pelo seu trabalho. Enquanto isso, o pirata lucra ilegalmente com a venda dos materiais protegidos por direitos autorais, promovendo uma concorrência desleal.

É lamentável que candidatos desinformados participem desses esquemas, muitas vezes sem perceber as implicações éticas e legais. Eles podem estar agindo na esperança de garantir aprovação em concursos públicos, mas ignoram o fato de que estão contribuindo para a manutenção de um mercado criminoso.

## DIGA NÃO À PIRATARIA.

**Valorize quem dedica conhecimento para transformar o seu futuro!**



**Portanto, agradecemos sempre aqueles que adquirirem os cursos de maneira honesta e legal, demonstrando um verdadeiro apoio ao trabalho dos autores e respeito às leis que protegem os direitos autorais.**

## IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - IPVA Lei 11.651/91

Seja bem-vindo(a) ao nosso curso de Legislação Tributária do Estado de Goiás

Estou aqui para compartilhar minha experiência e ajudá-lo(a) a dominar esse tema essencial para o concurso de Auditor Fiscal, que oferece 300 vagas e exige conhecimento sólido sobre as normas tributárias do Estado.

Ao longo desta aula, vamos explorar juntos o **Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA)**, um tributo de grande relevância para a arrecadação estadual e para o exercício da função fiscalizadora. Quero que você se sinta confiante ao entender e aplicar os principais dispositivos dessa lei, abordando aspectos fundamentais, como:

- Regras de incidência e isenção do IPVA;
- Base de cálculo e alíquotas aplicáveis;
- Tratamento tributário específico para diferentes tipos de veículos;
- Procedimentos de lançamento e cobrança do imposto;
- Questões práticas que são frequentes no dia a dia de um Auditor Fiscal.

Nosso objetivo é que você consiga interpretar e aplicar essa legislação com precisão, desenvolvendo a confiança necessária para enfrentar os desafios que o cargo exige. Ao final do curso, você terá construído uma sólida base de conhecimento, para gabaritar qualquer questão da FCC em nossa prova.

Vamos juntos transformar a complexidade do IPVA em um conteúdo claro e acessível. Estamos aqui para esclarecer suas dúvidas e tornar sua preparação para o concurso uma experiência de aprendizado eficaz e enriquecedora.



SE LIGA!

Esta Aula está atualizada até a LEI Nº 22.287, de 24.03.25.



**Da Incidência (art. 90 ao 94-B)****Do Fato gerador****LEGISLAÇÃO**

**Art. 90.** O IPVA incide sobre a propriedade de veículo automotor **aéreo, aquático ou terrestre**, quaisquer que sejam as suas espécies, ainda que o proprietário seja domiciliado no exterior.

Parágrafo único. O imposto é vinculado ao veículo.

**Comentários:** De acordo com o Art. 90 da Lei nº 11.651/91, o IPVA incide sobre a propriedade de veículo automotor. Mas o que isso quer dizer?

📌 **Veículo Automotor:** Para fins de IPVA, veículos automotores são aqueles que possuem um motor próprio, sendo capazes de se movimentar de forma independente. Isso inclui três tipos principais de veículos:

- 1) **Terrestres:** Carros, motos, caminhões, ônibus, etc.
- 2) **Aquáticos:** Lanchas, jet skis, iates, barcos, entre outros.
- 3) **Aéreos:** Aeronaves, como helicópteros e aviões particulares.

Assim, o IPVA é um imposto que não se restringe apenas aos carros que circulam em estradas, ruas e avenidas. Ele também se aplica a veículos que navegam por rios e mares, bem como aqueles que voam nos céus.

**Vínculo do IPVA com o Veículo (Parágrafo Único)**

Segundo o **Parágrafo Único do Art. 90**, o IPVA é um imposto **vinculado ao veículo**. Isso significa que a obrigação de pagamento do imposto está diretamente associada ao veículo, independentemente de quem seja seu proprietário atual.

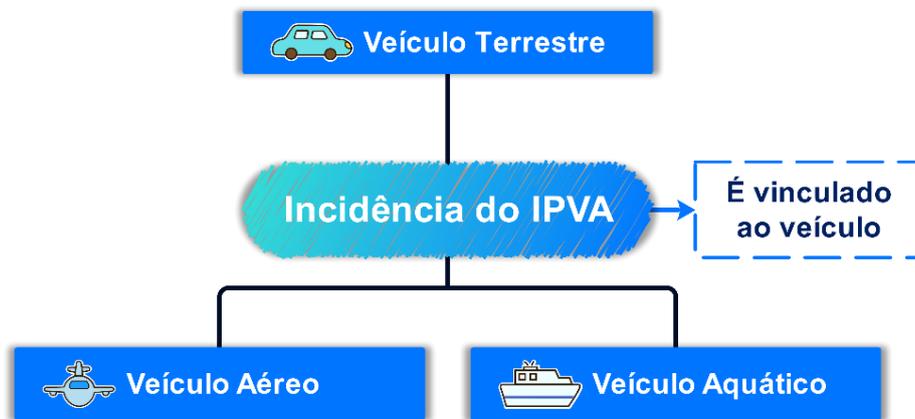
**🔍 O que isso implica?**

Como o IPVA é vinculado ao veículo, se um veículo que possui débitos de IPVA é vendido, o novo proprietário poderá ser responsabilizado pelo pagamento desses débitos. O imposto segue o veículo, não a pessoa. Esse vínculo evita a fuga de responsabilidade fiscal ao trocar a titularidade do veículo.





Escaneie aqui  
com seu celular!

**7FONTES**  
CONCURSOS**Prof. Eliezer Santos**

(Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) De acordo com a Lei nº 11.651/91, assinale a alternativa correta sobre a incidência do IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores) no Estado de Goiás.

A) O IPVA incide exclusivamente sobre veículos terrestres, como automóveis, motos e caminhões, estando isentos os veículos aquáticos e aéreos.



B) O IPVA incide sobre a propriedade de veículos automotores de qualquer espécie, mesmo que o proprietário resida fora do Brasil.

C) O IPVA é um imposto cujo pagamento é de responsabilidade do proprietário, estabelecendo um vínculo do imposto com ele.

D) O IPVA não incide sobre veículos que estejam em nome de proprietários domiciliados no exterior.

E) O IPVA incide apenas sobre os veículos automotores terrestres e aéreos.

### Comentários

Alternativa A:

Incorreta. O IPVA incide não apenas sobre veículos terrestres, mas também sobre veículos aquáticos (como lanchas e barcos) e aéreos (como aviões e helicópteros). A Lei nº 11.651/91 especifica que a incidência do IPVA ocorre sobre veículos automotores de todas as espécies.

Alternativa B:

Correta. De acordo com o Art. 90 da Lei nº 11.651/91, o IPVA incide sobre a propriedade de veículos automotores de qualquer tipo, seja terrestre, aquático ou aéreo, independentemente do domicílio do proprietário. Isso significa que, mesmo que o proprietário resida fora do Brasil, ele continua responsável pelo pagamento do IPVA sobre o veículo registrado no Estado de Goiás.

Alternativa C:

Incorreta. O IPVA é um imposto vinculado ao veículo, mas a responsabilidade pelo pagamento é do proprietário do veículo, conforme o parágrafo único do Art. 90. Isso quer dizer que a obrigação de pagamento acompanha o veículo, mas o proprietário registrado é quem deve pagar o tributo.

Alternativa D:

Incorreta. O domicílio do proprietário (seja ele no Brasil ou no exterior) não impede a incidência do IPVA sobre o veículo. O Art. 90 menciona explicitamente que o imposto é devido mesmo que o proprietário do veículo automotor resida no exterior.

Alternativa E:

Incorreta. O IPVA incide sobre a propriedade de veículo automotor aéreo, aquático ou terrestre.

**Gabarito: B**



**Do Momento da Ocorrência do Fato Gerador****LEGISLAÇÃO**

**Art. 91.** Ocorre o fato gerador do IPVA:

I - na data da primeira aquisição do veículo novo por consumidor final;

II - na data do desembaraço aduaneiro, em relação a veículo importado do exterior, diretamente ou por meio de "trading", por consumidor final;

III - na data da incorporação de veículo ao ativo permanente do fabricante, do revendedor ou do importador;

IV - na data em que ocorrer a perda da isenção ou da não-incidência;

V - no dia 1º de janeiro de cada ano, em relação a veículo adquirido em exercício anterior.

**Comentários:** Vamos analisar cada um dos incisos do Art. 91, observando quando ocorre o fato gerador e dando exemplos para facilitar a compreensão.

**I - Na data da primeira aquisição do veículo novo por consumidor final**

Este inciso trata da primeira compra de um veículo novo. Assim, quando um consumidor final adquire um veículo novo diretamente da concessionária ou do fabricante, o fato gerador do IPVA ocorre nessa data.

**EXEMPLIFICANDO**

Imagine que Maria compra um carro novo em 15 de março de 2024. Como ela é a primeira consumidora final a adquirir o veículo, essa compra configura o fato gerador do IPVA.

**II - Na data do desembaraço aduaneiro, em relação a veículo importado do exterior, diretamente ou por meio de "trading", por consumidor final**

Quando um veículo é importado, o fato gerador do IPVA ocorre no momento do desembaraço aduaneiro – o procedimento que libera o veículo importado para o comprador final após a sua chegada ao Brasil. Isso vale tanto para consumidores finais que importam diretamente quanto para aqueles que importam por meio de intermediários, conhecidos como "trading companies".

**FIQUE ATENTO**

**Se a aquisição for para revenda, não há fato gerador de IPVA na importação.**



**Exemplo 1:** João compra um carro importado do Japão e o desembaraço aduaneiro ocorre no porto brasileiro em 10 de setembro de 2024. Nesse momento, o fato gerador do IPVA é configurado, e João deve pagar o imposto a partir dessa data.

**Exemplo 2:** A concessionária Infante velho importa 10 carros do Japão para revender no Brasil e o desembaraço aduaneiro ocorre no porto brasileiro em 10 de setembro de 2024. Nesse caso, não haverá fato gerador do IPVA, pois a concessionária não é consumidora final. Todavia, se a Infante velho importasse um dos veículos para uso de seu diretor, haveria fato gerador do IPVA.

### III - Na data da incorporação de veículo ao ativo permanente do fabricante, do revendedor ou do importador

Essa situação ocorre quando o próprio fabricante, revendedor ou importador decide manter o veículo em seu ativo permanente (imobilizado), ou seja, inclui o veículo em sua própria frota para uso interno, e não para revenda.



#### EXEMPLIFICANDO

Uma concessionária decide incorporar um veículo à sua frota interna em 20 de julho de 2024, para uso em atividades administrativas. Nesse caso, como o veículo foi incorporado ao ativo permanente da empresa, ocorre o fato gerador do IPVA, e a concessionária precisa pagar o imposto sobre ele a partir dessa data.

### IV - Na data em que ocorrer a perda da isenção ou da não-incidência

Alguns veículos podem ser isentos de IPVA ou não estarem sujeitos à sua incidência. Entretanto, se o veículo perde essa condição de isenção ou de não-incidência, o fato gerador do IPVA ocorre na data da perda desse benefício.



#### EXEMPLIFICANDO

Carlos possui um veículo isento de IPVA devido a uma condição especial. No entanto, em 12 de abril de 2024, a situação que justificava essa isenção deixa de existir. Nesse dia, ocorre o fato gerador do IPVA, e Carlos passa a ser responsável pelo pagamento do imposto.

### V - No dia 1º de janeiro de cada ano, em relação a veículo adquirido em exercício anterior

Esse inciso especifica o momento em que ocorre o fato gerador para veículos já adquiridos anteriormente, ou seja, no início de cada ano. O dia 1º de janeiro de cada ano é a data em que o fato gerador é configurado para veículos comprados em anos anteriores.



**CUIDADO**

✦ **É 1 de janeiro!**

✗ Não é 1º dia útil de cada ano.

**Exemplo:**

Ana comprou um carro usado em agosto de 2023. Em 1º de janeiro de 2024, ocorre o fato gerador do IPVA referente ao ano de 2024, e ela deverá recolher o imposto pelo ano vigente.

**CAIU EM PROVA**

(FGV - 2023 - Auditor Fiscal da Receita Estadual (SEF MG)/Auditoria e Fiscalização) Antônio Palmeira comprou um carro usado na Itália no dia 04/04/2022. O desembaraço aduaneiro foi feito em 09/08/2022. Assinale a opção que indica o momento em que ocorreu o fato gerador do IPVA e se o IPVA será devido integralmente.

A) O fato gerador ocorreu no desembaraço aduaneiro e o IPVA será devido de forma proporcional ao número de meses faltantes para o término do ano civil, incluindo-se o mês da ocorrência do evento.

B) O fato gerador ocorreu na data da compra e o IPVA será devido de forma proporcional ao número de dias restantes do ano.

C) O fato gerador ocorreu na data da compra e o IPVA será devido de forma integral.

D) O fato gerador ocorreu em 1/1/2022 e o IPVA será devido de forma integral.

E) O fato gerador ocorreu no desembaraço aduaneiro e o IPVA será devido de forma integral.

**Comentários:**

Art. 91. Ocorre o fato gerador do IPVA:

*II - na data do desembaraço aduaneiro, em relação a veículo importado do exterior, diretamente ou por meio de "trading", por consumidor final;*

(...)

Art. 101. O valor do IPVA compreende tantos doze avos do seu valor anual quantos forem os meses:

*I - faltantes para o término do ano civil, incluindo-se o mês da ocorrência do evento, nas seguintes situações:*



b) desembaraço aduaneiro, em relação a veículo importado, diretamente ou por meio de "trading", do exterior por consumidor final;

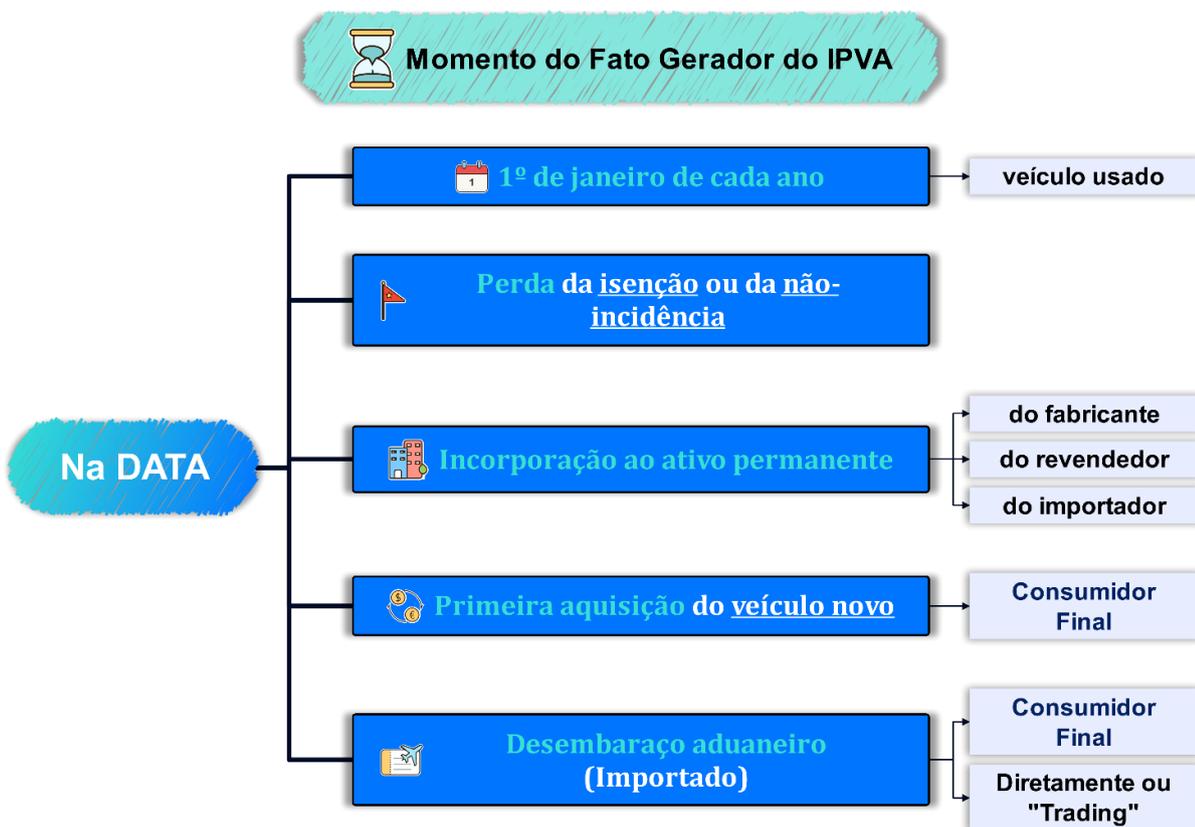
Gabarito: A



Escaneie aqui com seu celular!



Prof. Eliezer Santos



**VAMOS EXERCITAR**

**(Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) Considerando as disposições da Lei nº 11.651/91 sobre o fato gerador do IPVA, assinale a alternativa correta:**

- A) O fato gerador do IPVA ocorre na data de aquisição do veículo pelo revendedor, antes de sua venda ao consumidor final.
- B) O fato gerador do IPVA ocorre no momento em que o consumidor final adquire o veículo novo pela primeira vez.
- C) A incorporação de um veículo ao ativo permanente do consumidor final gera o fato gerador do IPVA.
- D) O fato gerador do IPVA ocorre apenas no dia 1º de janeiro de cada ano, independentemente de outras situações.
- E) Veículos adquiridos no exterior não têm fato gerador do IPVA até que sejam revendidos no Brasil.

**Comentários****Alternativa A:**

Incorreta. O fato gerador do IPVA ocorre na primeira aquisição do veículo pelo consumidor final, não pelo revendedor. Enquanto o veículo estiver com o revendedor e disponível para venda, não há fato gerador do IPVA.

**Alternativa B:**

Correta. De acordo com o Art. 91, inciso I, o fato gerador ocorre na data da primeira aquisição do veículo novo por um consumidor final. Esse é o momento em que o imposto se torna devido pelo proprietário.

**Alternativa C:**

Incorreta. A incorporação ao ativo permanente gera fato gerador do IPVA apenas para fabricantes, revendedores e importadores. A legislação não menciona essa condição para o consumidor final.

**Alternativa D:**

Incorreta. O dia 1º de janeiro de cada ano é um dos momentos em que ocorre o fato gerador, mas apenas para veículos adquiridos em exercícios anteriores. Outras situações, como a aquisição de um veículo novo ou o desembaraço aduaneiro, também configuram o fato gerador.



Alternativa E:

Incorreta. Veículos adquiridos no exterior geram o fato gerador do IPVA na data do desembaraço aduaneiro (se importado por um consumidor final), que ocorre quando o veículo é liberado pela alfândega. Não é necessário que o veículo seja revendido no Brasil para que o imposto seja devido.

**Gabarito: B**

---

**(Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) Sobre as situações que caracterizam o fato gerador do IPVA, assinale a alternativa incorreta:**

A) Quando ocorre a perda de isenção ou não-incidência, ocorre o fato gerador do IPVA a partir da data em que o benefício é perdido.

B) A incorporação de um veículo ao ativo permanente do fabricante, do revendedor ou do importador configura o fato gerador do IPVA.

C) O desembaraço aduaneiro de um veículo importado diretamente pelo consumidor final configura o fato gerador do IPVA.

D) O fato gerador do IPVA ocorre apenas no dia 1º de janeiro de cada ano, para todos os veículos registrados no Estado de Goiás.

E) A primeira aquisição de um veículo novo pelo consumidor final configura o fato gerador do IPVA.

**Comentários.**

Alternativa A:

Correta. Quando um veículo que era isento ou não-incidente perde essa condição, ocorre o fato gerador do IPVA a partir da data da perda do benefício, conforme previsto no Art. 91, inciso IV.

Alternativa B:

Correta. A incorporação de um veículo ao ativo permanente do fabricante, do revendedor ou do importador é uma das situações descritas no Art. 91 que configuram o fato gerador do IPVA.

Alternativa C:

Correta. O desembaraço aduaneiro de um veículo importado configura o fato gerador do IPVA, pois é o momento em que o veículo é liberado para o consumidor final no Brasil.

Alternativa D:



Incorreta. Embora o dia 1º de janeiro seja um dos momentos em que o fato gerador ocorre, isso se aplica somente a veículos adquiridos em anos anteriores. O fato gerador não ocorre exclusivamente nesta data, já que outras situações também configuram a obrigação do pagamento.

Alternativa E:

Correta. A primeira aquisição de um veículo novo por um consumidor final gera o fato gerador do IPVA, conforme o Art. 91, inciso I.

**Gabarito: D**

### Da Base de Cálculo



### LEGISLAÇÃO

**Art. 92.** A base de cálculo do IPVA é:

I - o valor constante do documento fiscal relativo à aquisição, acrescido do valor de opcional e acessório e das demais despesas relativas à operação, quando se tratar da primeira aquisição do veículo novo por consumidor final;

II - o valor constante do documento de importação, acrescido do valor de tributo incidente e de qualquer despesa decorrente da importação, ainda que não pagos pelo importador, quando se tratar de veículo importado do exterior, diretamente ou por meio de "trading", por consumidor final;

III - o valor do custo de aquisição ou de fabricação constante do documento relativo à operação, quando se tratar de incorporação de veículo ao ativo permanente do fabricante, do revendedor ou do importador;

IV - o somatório dos valores constantes de documento fiscal relativo à aquisição de parte e peça e a serviço prestado, quando se tratar de veículo montado pelo próprio consumidor ou por conta e ordem deste, não podendo o somatório ser inferior ao valor médio de mercado;

V - o valor médio de mercado divulgado em tabela elaborada por órgão próprio indicado em regulamento, quando se tratar de veículo adquirido em exercício anterior, observando-se, no mínimo, o seguinte:

- a) em relação ao veículo aéreo, o fabricante e o modelo;
- b) em relação ao veículo aquático, a potência do motor, o comprimento, o tipo de casco e o ano de fabricação;
- c) em relação ao veículo terrestre, a marca, o modelo, a espécie e o ano de fabricação.



§ 1º A tabela discriminativa do valor médio de mercado deve ser publicada até o dia 31 de dezembro do exercício anterior ao da cobrança do imposto.

§ 2º Na impossibilidade da aplicação da base de cálculo prevista neste artigo, deve-se adotar o valor:

- a) de veículo similar constante da tabela ou existente no mercado;
- b) arbitrado pela autoridade administrativa na inviabilidade da aplicação da regra precedente.

§ 3º É irrelevante para determinação da base de cálculo o estado de conservação do veículo individualmente considerado.

**Comentários:** O Art. 92 da Lei nº 11.651/91 descreve cinco situações específicas que determinam a base de cálculo do IPVA. Vamos analisar cada uma delas.

### I - Primeira Aquisição de Veículo Novo por Consumidor Final

Para veículos novos comprados pela primeira vez, a base de cálculo do IPVA é o valor constante no documento fiscal de compra, acrescido de valores adicionais, como opcionais (ex: ar-condicionado, sistema de som), acessórios (ex: engate) e outras despesas da operação (ex: frete, taxas administrativas).



#### EXEMPLIFICANDO

João comprou um carro novo por R\$ 80.000, com acessórios no valor de R\$ 5.000. A base de cálculo do IPVA será R\$ 85.000 (R\$ 80.000 + R\$ 5.000).

### II - Veículo Importado por Consumidor Final

Para veículos importados diretamente pelo consumidor final, a base de cálculo é o valor no documento de importação. Esse valor inclui tributos incidentes e outras despesas de importação, mesmo que não tenham sido pagos.



#### EXEMPLIFICANDO

Maria importa um carro e o documento de importação registra um valor de R\$ 100.000. Com tributos e taxas (ICMS por exemplo), o valor total chega a R\$ 120.000. A base de cálculo do IPVA será R\$ 120.000.

### III - Incorporação ao Ativo Permanente do Fabricante, Revendedor ou Importador

Quando um fabricante, revendedor ou importador decide incorporar o veículo ao seu ativo permanente (uso interno), a base de cálculo do IPVA é o custo de aquisição ou fabricação.



**Exemplo:**

Uma concessionária decide usar um carro em suas atividades, cujo custo de fabricação é de R\$ 60.000. Esse valor será a base de cálculo do IPVA.

**IV - Veículo Montado pelo Próprio Consumidor**

Para veículos montados pelo consumidor (ex: carros antigos restaurados), a base de cálculo é o somatório dos valores de peças, partes e serviços usados na montagem. Esse somatório não pode ser inferior ao valor médio de mercado.

**Exemplo:**

Carlos monta seu próprio carro e gasta R\$ 50.000 em peças e serviços, mas o valor de mercado do modelo montado é de R\$ 55.000. Assim, a base de cálculo do IPVA será R\$ 55.000.

**V - Veículo Adquirido em Exercício Anterior**

Para veículos adquiridos em anos anteriores, a base de cálculo é o valor médio de mercado, conforme tabela publicada anualmente. Essa tabela especifica, no mínimo:

a) **Veículos aéreos:** fabricante e modelo.

b) **Veículos aquáticos:** potência do motor, comprimento, tipo de casco e ano de fabricação.

c) **Veículos terrestres:** marca, modelo, espécie e ano de fabricação.

**Exemplo:**

Ana possui um carro adquirido em 2020, e em 2024, o valor médio de mercado para esse modelo na tabela é R\$ 30.000. A base de cálculo do IPVA será R\$ 30.000.

**✓ Regras Adicionais para Determinação da Base de Cálculo**

O Art. 92 também traz algumas regras complementares para a base de cálculo:

§ 1º: A tabela discriminativa de valores de mercado deve ser publicada **até o final do ano anterior ao da cobrança do imposto**, garantindo que o valor médio de mercado seja atualizado anualmente.

§ 2º: **Se não houver base de cálculo aplicável, pode-se utilizar:**

✦ O valor de um veículo similar na tabela ou no mercado;

✦ Um valor arbitrado pela autoridade administrativa se o anterior não for possível.

⚠ O estado de conservação do veículo não influencia a base de cálculo. Ou seja, mesmo que o veículo esteja em mau estado, a base de cálculo será o valor de mercado regular.





CAIU EM PROVA

(UEPA - 2013 - Fiscal de Receitas Estaduais ADAPTADA - SEFA PA) Em relação à base de cálculo do IPVA, na conformidade da Lei Estadual n. 6.017/96, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa CORRETA.

I. Desde que não seja inferior ao valor de mercado, o somatório dos valores constantes de documento fiscal relativo à aquisição de parte e peça e a serviço prestado, quando se tratar de veículo montado pelo próprio consumidor ou por conta e ordem deste.

II. O valor constante do documento fiscal relativo à operação, acrescido do valor de opcionais e acessórios e das despesas de frete e seguro, quando se tratar da primeira aquisição do veículo por consumidor final, junto ao fabricante, revendedor ou importador.

III. É um dos elementos para determinação da base de cálculo o estado de conservação do veículo individualmente considerado

IV. o valor médio de mercado divulgado em tabela elaborada por órgão próprio indicado em regulamento, quando se tratar de veículo adquirido em exercício anterior.

A alternativa que contém todas as afirmativas corretas é :

A) I e II

B) I e III

C) I, II e IV

D) I e IV

E) I, II e III

**Comentários**

**I - CORRETO:**

*Art. 92. A base de cálculo do IPVA é:*

*IV - o somatório dos valores constantes de documento fiscal relativo à aquisição de parte e peça e a serviço prestado, quando se tratar de veículo montado pelo próprio consumidor ou por conta e ordem deste, não podendo o somatório ser inferior ao valor médio de mercado;*

**II - CORRETO:**

*Art. 92. A base de cálculo do IPVA é:*



*I - o valor constante do documento fiscal relativo à aquisição, acrescido do valor de opcional e acessório e das demais despesas relativas à operação, quando se tratar da primeira aquisição do veículo novo por consumidor final;*

**III - INCORRETO:**

*Art. 92. A base de cálculo do IPVA é:*

*§ 3º É irrelevante para determinação da base de cálculo o estado de conservação do veículo individualmente considerado.*

**IV - CORRETO:**

*Art. 92. A base de cálculo do IPVA é:*

*V - o valor médio de mercado divulgado em tabela elaborada por órgão próprio indicado em regulamento, quando se tratar de veículo adquirido em exercício anterior, observando-se, no mínimo, o seguinte:*

*a) em relação ao veículo aéreo, o fabricante e o modelo;*

*b) em relação ao veículo aquático, a potência do motor, o comprimento, o tipo de casco e o ano de fabricação;*

*c) em relação ao veículo terrestre, a marca, o modelo, a espécie e o ano de fabricação.*

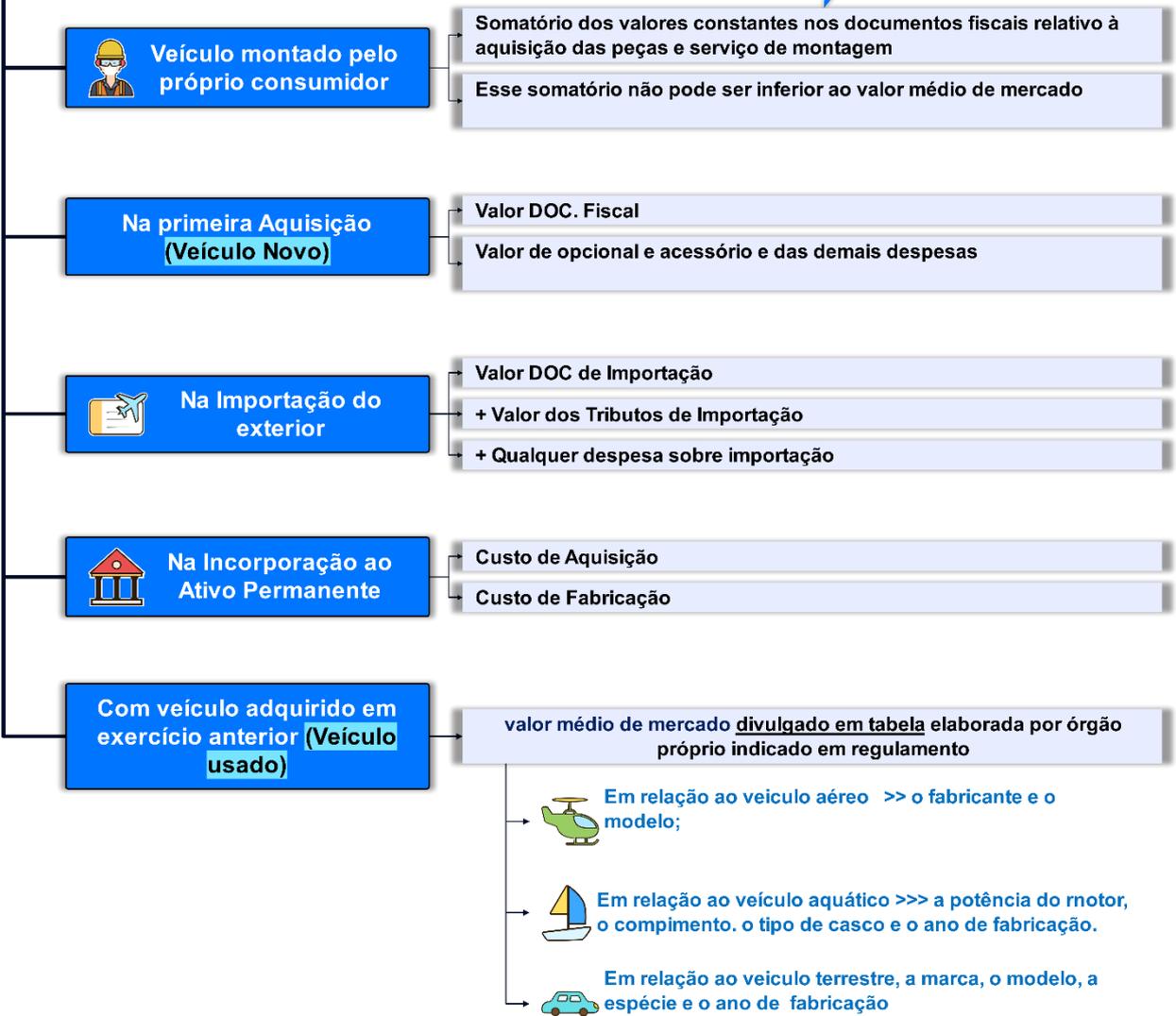
**Gabarito: C**

**BIZU**

**Base de Cálculo do IPVA**



Não pode ser inferior ao VALOR MÉDIO DE MERCADO



**VAMOS EXERCITAR**

(Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) De acordo com a Lei nº 11.651/91, assinale a alternativa que indica corretamente a base de cálculo do IPVA em relação a um veículo montado pelo próprio consumidor, utilizando partes e peças adquiridas individualmente:



A) O valor total das partes e peças adquiridas, considerando o estado de conservação do veículo.

B) O valor médio de mercado do modelo mais similar disponível no mercado, sem considerar as partes e peças adquiridas.

C) O somatório dos valores constantes dos documentos fiscais relativos às partes e peças adquiridas, que não poderá ser inferior ao valor médio de mercado do veículo.

D) O valor de aquisição das partes e peças, com desconto referente ao estado de conservação do veículo.

E) O valor das partes e peças, acrescido do custo de montagem estimado pela autoridade administrativa, independentemente do valor médio de mercado.

**Comentários:**

## Alternativa A:

Incorreta. A lei não considera o estado de conservação do veículo para definir a base de cálculo do IPVA. O valor é calculado com base no somatório das partes e peças, mas independentemente do estado de conservação do veículo.

## Alternativa B:

Incorreta. O valor médio de mercado do modelo similar só seria utilizado se não fosse possível determinar a base de cálculo a partir dos valores de peças e partes adquiridas. Neste caso específico, o somatório das peças deve ser considerado, mas sempre respeitando o limite mínimo do valor médio de mercado.

## Alternativa C:

Correta. Esta é a alternativa que reflete corretamente a regra prevista no Art. 92. Para veículos montados pelo próprio consumidor, a base de cálculo do IPVA é o somatório dos valores constantes dos documentos fiscais de partes e peças, mas essa soma não pode ser inferior ao valor médio de mercado.

## Alternativa D:

Incorreta. O estado de conservação do veículo não afeta a base de cálculo, conforme especificado no § 3º do Art. 92. Assim, não se aplica qualquer desconto relacionado ao estado de conservação.

## Alternativa E:



Incorreta. A base de cálculo não inclui um "custo de montagem estimado pela autoridade administrativa" como regra. A base é o somatório das peças e partes adquiridas, sem considerar acréscimos estimados.

**Gabarito: C**

---

**(Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) De acordo com a Lei nº 11.651/91, qual é a base de cálculo do IPVA na primeira aquisição de um veículo novo por consumidor final?**

- A) O valor de mercado do veículo divulgado em tabela oficial.
- B) O valor constante da nota fiscal de aquisição.
- C) O valor constante da nota fiscal de aquisição, acrescido do valor de opcionais, acessórios e demais despesas relativas à operação.
- D) O valor do veículo sugerido pelo fabricante.
- E) O valor constante da nota fiscal de aquisição, deduzindo-se os tributos incidentes.

**Comentários:**

A) Incorreta. Essa regra se aplica a veículos adquiridos em exercícios anteriores, conforme o inciso V do Art. 92.

B) Incorreta. Embora o valor da nota fiscal seja um componente, a base de cálculo é mais abrangente.

C) Correta. O inciso I do Art. 92 estabelece que: "A base de cálculo do IPVA é: I - o valor constante do documento fiscal relativo à aquisição, acrescido do valor de opcional e acessório e das demais despesas relativas à operação, quando se tratar da primeira aquisição do veículo novo por consumidor final;"

D) Incorreta. O valor sugerido pelo fabricante pode não ser o valor efetivo da operação.

E) Incorreta. Os tributos incidentes geralmente não são deduzidos da base de cálculo do imposto.

**Gabarito: C**

---

**(Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) De acordo com a Lei nº 11.651/91, como se determina a base de cálculo do IPVA de um veículo adquirido em exercício anterior?**



- A) Pelo valor médio de mercado divulgado em tabela elaborada por órgão próprio indicado em regulamento.
- B) Pelo valor do custo de aquisição ou fabricação.
- C) Pelo valor constante do documento fiscal de aquisição.
- D) Pelo valor venal do veículo apurado pelo município.
- E) Pelo valor segurado do veículo.

**Comentários:**

A) Correta. O inciso V do Art. 92 estabelece que: "A base de cálculo do IPVA é: [...] V - o valor médio de mercado divulgado em tabela elaborada por órgão próprio indicado em regulamento, quando se tratar de veículo adquirido em exercício anterior"

B) Incorreta. Essa regra se aplica à incorporação de veículo ao ativo permanente, conforme o inciso III do Art. 92.

C) Incorreta. Essa regra se aplica à primeira aquisição de veículo novo, conforme o inciso I do Art. 92.

D) Incorreta. O valor venal é utilizado para outros impostos, como o IPTU.

E) Incorreta. O valor segurado é para fins de indenização em caso de sinistro, não sendo a base de cálculo do IPVA.

**Gabarito: A**

**(Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) Um contribuinte no Estado de Goiás adquiriu diversas partes e peças e contratou serviços para montar um veículo por conta própria. Os valores são:**

- Partes e peças: R\$ 30.000
- Serviços de montagem: R\$ 10.000

**Sabendo que o valor médio de mercado para um veículo similar é de R\$ 50.000, qual será a base de cálculo do IPVA para esse veículo?**

- A) R\$ 40.000
- B) R\$ 50.000
- C) R\$ 30.000
- D) R\$ 10.000



E) R\$ 60.000

**Comentários:**

B) R\$ 50.000: Correta. Conforme o Art. 92, IV, a base de cálculo deve ser o maior valor entre o somatório das partes e serviços e o valor médio de mercado. Nesse caso, como R\$ 40.000 é inferior a R\$ 50.000, utiliza-se o valor médio de mercado.

Conforme o Art. 92, IV do Código Tributário do Estado de Goiás:

"A base de cálculo do IPVA é: (...) IV - o somatório dos valores constantes de documento fiscal relativo à aquisição de parte e peça e a serviço prestado, quando se tratar de veículo montado pelo próprio consumidor ou por conta e ordem deste, **não podendo o somatório ser inferior ao valor médio de mercado;**"

Portanto, ao montar um veículo por conta própria, deve-se considerar o maior valor entre o total gasto com peças e serviços e o valor médio de mercado para determinar a base de cálculo do IPVA.

**Gabarito: B**

**Das Alíquotas****LEGISLAÇÃO**

**Art. 93.** As alíquotas do IPVA são:

I - 1,25% (um inteiro e vinte e cinco centésimos por cento) para ônibus, microônibus, caminhão, **veículos aéreos e aquáticos utilizados no transporte coletivo de passageiros e de carga, isolada ou conjuntamente;**

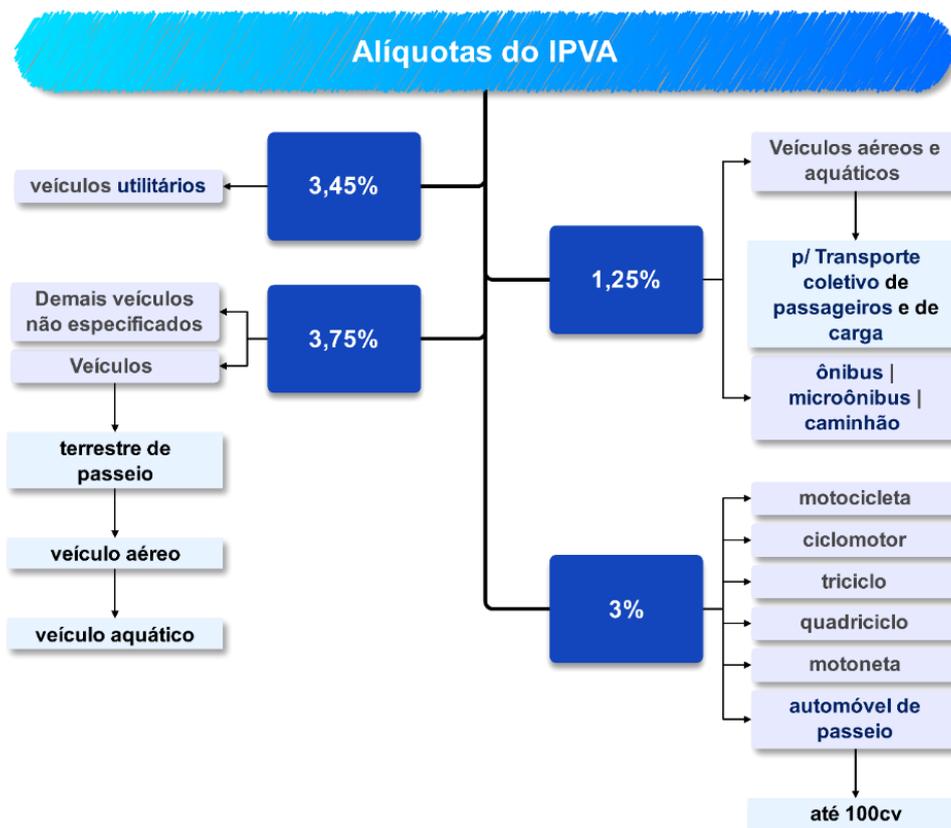
II - 3% (três por cento) para motocicleta, ciclomotor, triciclo, quadriciclo, motoneta e **automóvel de passeio com potência até 100cv;**

III - 3,45% (três inteiros e quarenta e cinco centésimos por cento) para os veículos utilitários;

IV - 3,75% (três inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) para veículo terrestre de passeio, veículo aéreo, veículo aquático e demais veículos não especificados.

**Comentários:** em regra a alíquota para o IPVA em Goiás é de **3,75%**. Outro ponto importante é que a alíquota reduzida de **1,25%** se aplica a veículos aéreos e aquáticos somente se utilizados no transporte coletivo de passageiros e de carga.





 **VAMOS EXERCITAR**

(Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) De acordo com a Lei nº 11.651/91, qual é a alíquota do IPVA para um ônibus utilizado no transporte coletivo de passageiros?

- A) 3,75%
- B) 1,25%
- C) 3%
- D) 3,45%
- E) 5%

**Comentários**

Alternativa A: 3,75%

Incorreta. A alíquota de 3,75% aplica-se a veículos de passeio, veículos aéreos, veículos aquáticos e outros veículos não especificados. Um ônibus de transporte coletivo de passageiros se enquadra na alíquota de 1,25%.

Alternativa B: 1,25%



Correta. Conforme o inciso I do Art. 93, a alíquota de 1,25% é aplicada para ônibus, micro-ônibus, caminhões e veículos aéreos e aquáticos utilizados no transporte coletivo de passageiros e de carga.

Alternativa C: 3%

Incorreta. A alíquota de 3% aplica-se a motocicletas, ciclomotores, triciclos, quadriciclos, motonetas e automóveis de passeio com potência até 100cv, não a ônibus.

Alternativa D: 3,45%

Incorreta. A alíquota de 3,45% é aplicável para veículos utilitários, e não para ônibus de transporte coletivo.

Alternativa E: 5%

Incorreta. O Art. 93 não estabelece nenhuma alíquota de 5% para o IPVA. Essa alternativa foi incluída para confundir.

**Gabarito: B**

---

**(Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) Qual alíquota do IPVA aplica-se a um automóvel de passeio com potência de 90cv, de acordo com a Lei nº 11.651/91?**

A) 3%

B) 1,25%

C) 3,45%

D) 3,75%

E) 5%

### **Comentários**

Alternativa A: 3%

Correta. De acordo com o inciso II do Art. 93, a alíquota de 3% é aplicada a motocicletas, ciclomotores, triciclos, quadriciclos, motonetas e automóveis de passeio com potência até 100cv, o que inclui o automóvel de 90cv mencionado.

Alternativa B: 1,25%

Incorreta. A alíquota de 1,25% se aplica a ônibus, microônibus, caminhões e veículos aéreos e aquáticos usados para transporte coletivo, e não a automóveis de passeio.



Alternativa C: 3,45%

Incorreta. A alíquota de 3,45% é aplicada a veículos utilitários, e não a automóveis de passeio com potência de até 100cv.

Alternativa D: 3,75%

Incorreta. A alíquota de 3,75% aplica-se a veículos de passeio com potência superior a 100cv e demais veículos não especificados. Como o automóvel do enunciado tem 90cv, ele não se enquadra nessa alíquota.

Alternativa E: 5%

Incorreta. Não existe uma alíquota de 5% no Art. 93. Essa alternativa foi incluída para desviar a atenção.

**Gabarito: A**

---

**(Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) Um contribuinte possui um automóvel de passeio adquirido em 2024 com potência de 100cv e valor de mercado de R\$ 60.000,00. Qual será o valor do IPVA devido no Estado de Goiás, em 2025?**

- A) R\$ 750,00
- B) R\$ 2.070,00
- C) R\$ 1.800,00
- D) R\$ 2.250,00
- E) R\$ 2.100,00

#### Comentários

C) R\$ 1.800,00 – Correta. O automóvel de passeio com potência até 100cv aplica-se a alíquota de 3% (Art. 93, II).

Cálculo:  $R\$ 60.000 \times 3\% = R\$ 1.800,00$

**Gabarito: C**

---

**(Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) De acordo com a Lei Estadual nº 11.651/1991, assinale a alternativa que apresenta corretamente a alíquota do IPVA no Estado de Goiás:**

- A) 1,25% para veículos utilitários e motocicletas.



- B) 3,75% para veículos de carga e de transporte coletivo de passageiros.
- C) 3% para veículos de passeio com potência superior a 100cv.
- D) 3,45% para veículos utilitários.
- E) 3,75% para motocicletas, ciclomotores e quadriciclos.

**Comentários:**

A) Errada. A alíquota de 1,25% se aplica a ônibus, microônibus, caminhões, veículos aéreos e aquáticos utilizados no transporte coletivo de passageiros ou de carga (Art. 93, I). Motocicletas não entram nessa faixa.

B) Errada. Veículos de carga e transporte coletivo são tributados à alíquota de 1,25%, conforme Art. 93, I – e não 3,75%.

C) Errada. Automóveis de passeio com potência superior a 100cv se enquadram na regra geral do Art. 93, IV, que aplica alíquota de 3,75% – e não 3%.

D) Correta. O Art. 93, III define que veículos utilitários estão sujeitos à alíquota de 3,45%.

E) Errada. Motocicletas, ciclomotores, triciclos, quadriciclos e similares são tributados à alíquota de 3%, segundo o Art. 93, II – e não 3,75%.

**Gabarito: D****Da Isenção**

Art. 94. É isenta do IPVA a propriedade dos seguintes veículos:

I - máquina e trator agrícolas e de terraplenagem;

II - aéreo de exclusivo uso agrícola;

III - destinado exclusivamente ao socorro e transporte de ferido ou doente;

IV - destinado ao uso de pessoa com deficiência física, visual, mental severa ou profunda, Síndrome de Down ou autista, cujo valor não seja superior ao estabelecido para a isenção integral do ICMS, limitada a isenção a 1 (um) veículo por beneficiário;

§ 9º O benefício previsto no inciso IV deste artigo: I - é extensivo ao veículo destinado exclusivamente ao uso de pessoa com deficiência física, visual, mental severa ou profunda, Síndrome de Down ou autista, com autorização para que o veículo possa ser dirigido por outro condutor, quando o beneficiário da isenção não puder conduzir o veículo; e



II - aplica-se ao veículo cujo valor seja superior ao valor de que trata o inciso IV deste artigo, desde que não ultrapasse o valor estabelecido para a isenção parcial do ICMS, hipótese em que o benefício deve ser aplicado sobre o valor estabelecido para a isenção integral do ICMS.

~~V - revogado;~~

**VI - de aluguel (táxi ou mototáxi), dotado ou não de taxímetro, destinado ao transporte de pessoa, limitada a isenção a 1 (um) veículo por proprietário;**

§ 3º A concessão de isenção de que trata o inciso VI do caput deste artigo, para a modalidade **moto táxi, limita-se a 6.500 (seis mil e quinhentos) veículos no Estado**, nos termos que dispuser o regulamento, observada, especialmente, a proporcionalidade entre os municípios, de acordo com o número de habitantes.

§ 4º Para fazer jús à concessão da isenção, o moto taxista deverá atender às seguintes condições, além de outras previstas no regulamento;

I - estar devidamente cadastrado no Município em que atua como prestador de serviço;

II - comprovar o pagamento da contribuição sindical federal anual dos trabalhadores autônomos da categoria.

**VII - de combate a incêndio;**

**VIII - locomotiva e vagão ou vagonete automovidos, de uso ferroviário;**

**IX - embarcação de pescador profissional, pessoa natural, por ele utilizada na atividade pesqueira com capacidade de carga até 3 (três) toneladas, limitada a isenção a 1 (uma) embarcação por proprietário;**

**X - com 15 (quinze) anos ou mais de uso;**

**XI - ônibus ou micro-ônibus destinado ao serviço de transporte de passageiro de turismo e escolar, desde que credenciado junto a órgão competente para regulação, controle e fiscalização desse serviço.**

**XII - de propriedade de entidades filantrópicas.**

§ 7º Para os efeitos do inciso XII deste artigo, o veículo deve:  
a) estar licenciado em nome da entidade, registrado o nome da entidade beneficiada na lataria do veículo, em espaço não inferior a cinquenta por vinte centímetros;  
b) ser exclusivamente utilizado para o desenvolvimento de atividades relacionadas aos fins estatutários da entidade.

~~XIII - Revogado;~~

**XIV - adquiridos por pessoas em tratamento de câncer na rede pública de saúde municipal, estadual ou federal.**

**XV - motocicleta, ciclomotor, triciclo e motoneta até 150 cc com 6 (seis) anos ou mais de uso.**

§ 10. Para aplicação do benefício constante no inciso XIV, exige-se que o automóvel seja de passageiros, de fabricação nacional, equipado com motor de cilindrada não



superior a dois mil centímetros cúbicos e de valor não superior a R\$ 70.000,00 (setenta mil reais);

§ 11. Na hipótese do inciso XIV, os automóveis de passageiros a que se refere o § 10 serão adquiridos diretamente pelas pessoas que tenham plena capacidade jurídica e, no caso dos interditos, pelos curadores

§ 13. A isenção de que trata o inciso XIV somente se aplica a 1 (um) automóvel por proprietário.

§ 14. Na hipótese do inciso XIV, o imposto incidirá normalmente sobre quaisquer acessórios opcionais que não sejam equipamentos originais do veículo adquirido.

§ 15. A alienação do veículo adquirido nos termos do inciso XIV, antes de 2 (dois) anos contados da data da sua aquisição, para pessoa que não satisfaça às condições e aos requisitos estabelecidos no referido inciso, acarretará o pagamento pelo alienante do tributo dispensado, atualizado na forma da legislação tributária.

§ 1º Cessado o motivo ou a condição que lhe der causa, cessa a isenção.

§ 2º A isenção deve ser previamente reconhecida pela administração tributária, conforme dispuser o regulamento.

§ 5º É também isento o IPVA incidente:

I - na data da primeira aquisição do veículo novo por consumidor final de que trata o inciso I do art. 91 desta Lei, desde que seja adquirido de estabelecimento localizado no Estado de Goiás;

II - no período compreendido entre a data da apreensão e a da arrematação, na hipótese de aquisição, realizada em leilão promovido pelo poder público, de veículo apreendido nos termos do Código de Trânsito Brasileiro.

§ 6º Para efeito do disposto no § 5º deste artigo, a prova da aquisição do veículo novo deve ser feita por meio da respectiva nota fiscal, emitida por estabelecimento localizado no Estado de Goiás.

~~§ 8º Revogado.~~

§ 12. Os curadores respondem solidariamente quanto ao imposto que deixar de ser pago, em razão da isenção de que trata este artigo.

### Comentários:

O Art. 94 lista os casos de isenção do IPVA, especificando veículos ou situações em que o imposto não é cobrado. Cada tipo de isenção tem suas próprias condições e limitações.

Muita atenção a esse tema, pois as bancas adoram essas isenções de IPVA.

### I - Máquinas e tratores agrícolas e de terraplenagem

✓ **Isenção:** Aplica-se a veículos utilizados exclusivamente para fins agrícolas e de terraplenagem.

⚠ **Condição:** Não há condicionante específica além do uso restrito ao setor agrícola.



**IMPORTANTE**

A CF/88 concede imunidade aos tratores e máquinas agrícolas. Assim, fique atento ao comando da questão, para responder sobre o benefício aplicável a esses veículos.

*Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:*

*III - propriedade de veículos automotores.*

*§ 6º O imposto previsto no inciso III:*

*III - incidirá sobre a propriedade de veículos automotores terrestres, aquáticos e aéreos, **excetuados (imunidade):** (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)*

*a) aeronaves agrícolas e de operador certificado para prestar serviços aéreos a terceiros; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)*

*b) embarcações de pessoa jurídica que detenha outorga para prestar serviços de transporte aquaviário ou de pessoa física ou jurídica que pratique pesca industrial, artesanal, científica ou de subsistência; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)*

*c) plataformas suscetíveis de se locomoverem na água por meios próprios, inclusive aquelas cuja finalidade principal seja a exploração de atividades econômicas em águas territoriais e na zona econômica exclusiva e embarcações que tenham essa mesma finalidade principal; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)*

**d) tratores e máquinas agrícolas.**

**II - Veículos aéreos de uso exclusivo agrícola**

**Isenção:** Concedida para aeronaves empregadas unicamente em atividades agrícolas (ex: pulverização).

**Condição:** Uso exclusivo agrícola deve ser comprovado.

**IMPORTANTE**

Observe novamente a explicação do item anterior. A CF/88 também prevê uma imunidade para as **aeronaves agrícolas.**

**III - Veículos destinados ao socorro e transporte de feridos ou doentes****VII - Veículos de combate a incêndio**

**Isenção:** Abrange ambulâncias e veículos dedicados ao transporte e socorro médico.

**Condição:** Deve ser comprovado o uso exclusivo para socorro e transporte de pessoas doentes ou feridas.

**Isenção:** Aplicável a veículos dedicados exclusivamente ao combate a incêndios.

**Condição:** O uso deve ser exclusivo para essa atividade.



**OLHA A CASCA DE BANANA**

Se esses **veículos destinados ao socorro, transporte de feridos ou doentes e de combate a incêndio**, forem de propriedade da União, Estados, DF, Municípios ou outra entidade imune, estaremos diante de uma imunidade e não de uma isenção. Ou seja, a isenção se aplica aos veículos não imunes, utilizados nestas finalidades específicas.

 Exemplo prático:

 **Uma ambulância de um clube de futebol ou de uma empresa privada de resgate → ISENTA de IPVA, com base no Art. 94, III. Sendo de propriedade do Município de Goiânia será imune.**

 **Um caminhão de combate a incêndio de uma empresa que atua em segurança industrial → ISENTA de IPVA, com base no Art. 94, VII. Sendo de propriedade do Estado de Goiás será imune.**

#### **IV - Veículos para uso de pessoa com deficiência ou condições especiais**

 **Isenção:** Concedida para pessoas com deficiência física, visual, mental severa ou profunda, Síndrome de Down ou autismo.

 **Condições:**

- Valor do veículo não pode exceder o limite da isenção integral do ICMS.
- Limitado a um veículo por beneficiário.
- É permitida a condução do veículo por terceiros caso o beneficiário não possa dirigir.
- Se o valor do veículo ultrapassar o limite da isenção integral, aplica-se a isenção parcial do ICMS.

#### **VI - Veículos de aluguel (táxi ou mototáxi)**

 **Isenção:** Concedida para veículos destinados ao transporte de passageiros, limitando-se a um veículo por proprietário.

 **Condição:**

- Para mototáxis, a isenção é limitada a 6.500 veículos no Estado e depende do número de habitantes por município.
- O mototaxista deve estar cadastrado no município onde presta o serviço e comprovar o pagamento da contribuição sindical anual.

#### **VIII - Locomotivas e vagões/vagonetes automovidos**



✔ **Isenção:** Concedida para uso ferroviário.

⚠ **Condição:** Aplicável exclusivamente a equipamentos ferroviários.

#### **IX - Embarcações de pescadores profissionais (pessoa física)**

✔ **Isenção:** Limitada a uma embarcação por pescador profissional para atividade pesqueira.

⚠ **Condição:**

Capacidade de carga da embarcação não pode exceder três toneladas.

#### **X - Veículos com 15 anos ou mais de uso**

✔ **Isenção:** Abrange veículos com 15 anos ou mais.

⚠ **Condição:** Apenas o tempo de uso do veículo.

#### **XI - Ônibus/micro-ônibus para transporte de turismo e escolar**

✔ **Isenção:** Aplicável a veículos registrados para transporte de passageiros em serviços de turismo e escolar.

⚠ **Condição:** Necessário credenciamento junto ao órgão competente para regulação e fiscalização.

#### **XII - Veículos de entidades filantrópicas**

✔ **Isenção:** Concedida para veículos de entidades filantrópicas.

⚠ **Condições:**

- a) Deve estar licenciado em nome da entidade e exibir o nome da entidade na lataria.
- b) Utilizado exclusivamente para atividades estatutárias da entidade.

#### **XIV - Veículos adquiridos por pessoas em tratamento de câncer**

✔ **Isenção:** Concedida para pacientes em tratamento de câncer em hospitais públicos.

⚠ **Condições:**

- a) Veículo deve ser nacional, de até 2.0 cilindradas, e valor não superior a R\$ 70.000,00.
- b) Limitado a um veículo por beneficiário.
- c) O IPVA incide sobre acessórios opcionais não originais.
- d) Alienação antes de dois anos implica pagamento do IPVA dispensado.



**NOVIDADE!**



XV - motocicleta, ciclomotor, triciclo e motoneta até 150 cc com 6 (seis) anos ou mais de uso.

| Requisito                                | Explicação  |
|--|---|
| ✔ Tipo do veículo                        | Motocicleta, ciclomotor, triciclo ou motoneta       |
| 🔧 Limite de cilindrada                   | Até 150 cilindradas                                 |
| ⌚ Tempo de uso                           | 6 anos ou mais de USO                               |
| 🕒 Vigência                               | Somente para fatos geradores a partir de 01/01/2026 |
| 📅 Ano de uso mínimo para isenção em 2026 | 2020 ou anteriores                                  |

⚠ **Atenção: Vigência só a partir de 2026!**

Embora essa regra tenha sido incluída pela Lei nº 23.287/2025, publicada em 24/03/2025, a isenção só produz efeitos a partir de 1º de janeiro de 2026, conforme o próprio texto legal.

📌 Exemplo prático:

**Exemplo 1 – Moto com direito à isenção em 2026:**

- Motocicleta Honda CG 150, fabricada em **2019**, com 150cc.
- Situação em 2025: **não isenta** (apesar de ter 6 anos de uso).
- Situação em 2026: **isenta**, pois terá **7 anos de uso**, cilindrada dentro do limite e atende todos os requisitos do inciso XV.

**Exemplo 2 – Moto não isenta:**

- Motocicleta Yamaha Fazer 250, fabricada em 2018.
- Apesar de ter mais de 6 anos de uso, **tem 250cc**, ou seja, **não atende ao limite de cilindrada** → **não é isenta** em nenhuma hipótese com base no inciso XV.
- Só poderá se beneficiar da isenção do inciso X quando completar 15 anos.

## 2. Regras Gerais

📌 **Cessaçã o da Isençã o (§ 1º):** A isençã o cessa quando o motivo ou a condiçã o da isençã o deixa de existir.

📌 **Prévia Aprovaçã o (§ 2º):** A isençã o deve ser solicitada e aprovada pela administraçã o tributária.

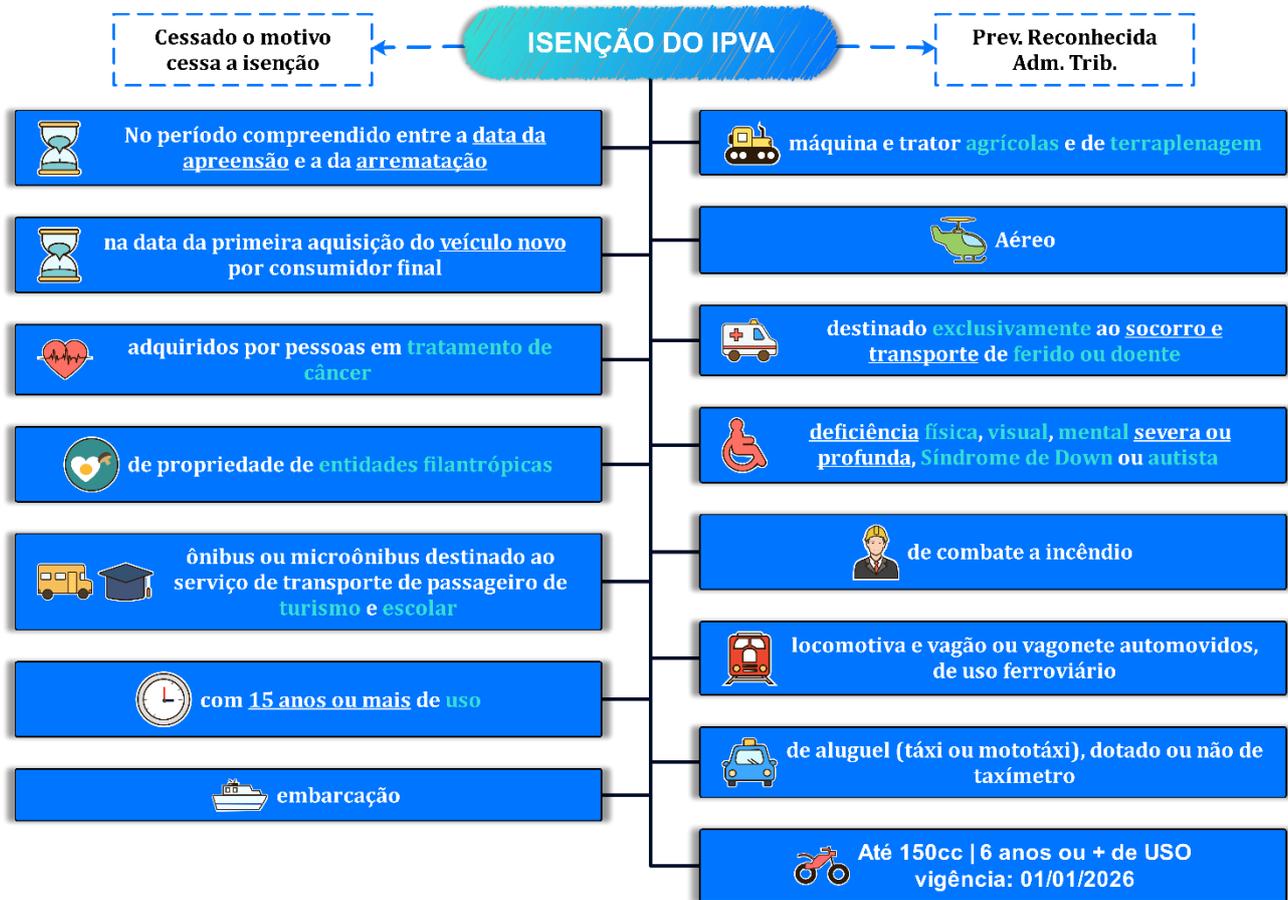
📌 **Aquisiçã o de Veículo Novo (§ 5º):** Isençã o para a primeira compra de veículo novo em estabelecimento situado em Estado de Goiás. Ou seja, essa isençã o não se aplica à venda direta à consumidor final de uma fábrica paulista para um cidadão goiano.

📌 **Leilões (§ 5º, II):** Isençã o entre a apreensã o e arremataçã o em leilã o público.





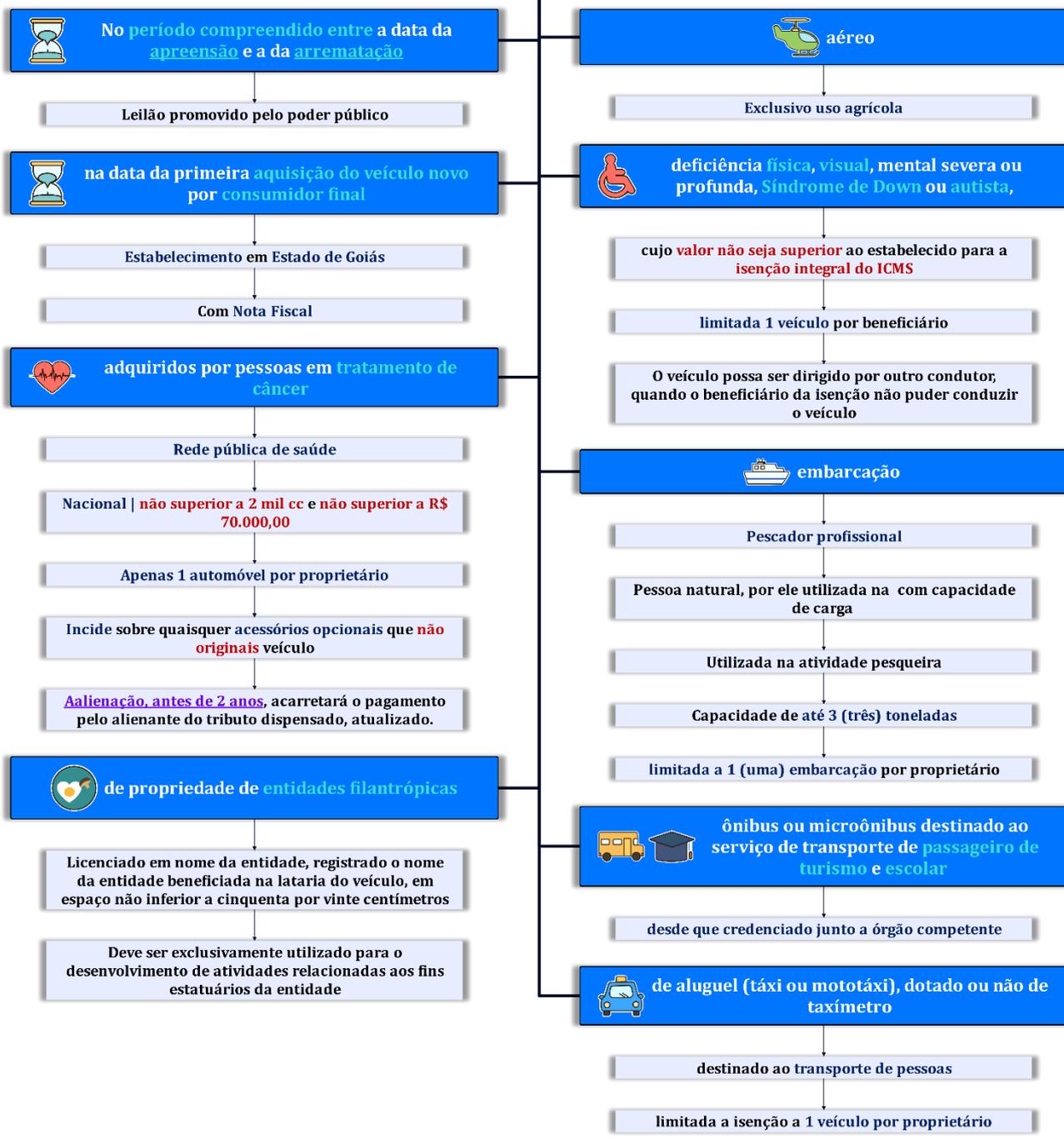
BIZU



INDO MAIS FUNDO!



**ISENÇÃO DO IPVA**



**VAMOS EXERCITAR**

(Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) De acordo com a Lei nº 11.651/91, qual das seguintes alternativas descreve corretamente uma condição para que um veículo destinado ao uso de pessoa com deficiência seja isento do IPVA?



- A) O veículo deve ter potência máxima de 1.0 (1000cc).
- B) O veículo deve ser exclusivamente utilizado para fins de transporte coletivo.
- C) O valor do veículo deve estar dentro do limite estabelecido para a isenção integral do ICMS, limitado a um veículo por beneficiário.
- D) A pessoa com deficiência deve conduzir o veículo obrigatoriamente.
- E) O veículo deve ser de fabricação estrangeira e possuir até 1500cc de potência.

### Comentários

#### Alternativa A:

Incorreta. O Art. 94 não exige um limite de cilindrada para veículos de pessoas com deficiência. A condição é que o valor do veículo não exceda o limite estabelecido para a isenção integral do ICMS.

#### Alternativa B:

Incorreta. A exigência de uso exclusivo para transporte coletivo não se aplica a veículos de pessoas com deficiência. Essa exigência é aplicável a veículos usados no transporte coletivo, como ônibus e microônibus.

#### Alternativa C:

Correta. De acordo com o Art. 94, inciso IV, o valor do veículo não pode exceder o limite da isenção integral do ICMS, e a isenção é limitada a um veículo por beneficiário.

#### Alternativa D:

Incorreta. A condução do veículo não precisa ser feita exclusivamente pela pessoa com deficiência. O benefício permite que o veículo seja conduzido por outro condutor autorizado, caso o beneficiário não possa dirigir.

#### Alternativa E:

Incorreta. O veículo deve ser nacional, não estrangeiro, e o limite de cilindrada não é mencionado para essa isenção específica.

### Gabarito: C

**(Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) A isenção do IPVA aplica-se a uma embarcação utilizada por um pescador profissional. Qual das condições abaixo é necessária para que a isenção seja válida?**



- A) A embarcação deve ter capacidade de carga de até 5 toneladas.
- B) A isenção é limitada a uma embarcação por pescador profissional.
- C) A embarcação deve ser destinada ao transporte coletivo.
- D) A isenção aplica-se apenas se o pescador utilizar a embarcação para turismo.
- E) A embarcação deve ser registrada em nome de uma empresa de pesca.

**Comentários**

Alternativa A:

Incorreta. O limite de capacidade de carga para isenção é de até 3 toneladas, não 5 toneladas.

Alternativa B:

Correta. A isenção é limitada a uma embarcação por pescador profissional para uso na atividade pesqueira, conforme o Art. 94, inciso IX.

Alternativa C:

Incorreta. A embarcação deve ser utilizada na atividade pesqueira e não para transporte coletivo.

Alternativa D:

Incorreta. A isenção se aplica à atividade pesqueira, e não ao turismo.

Alternativa E:

Incorreta. A isenção é concedida a pescadores profissionais, pessoa natural, e não a empresas de pesca.

**Gabarito: B**

---

**(Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) Qual das alternativas abaixo está correta quanto às condições para isenção do IPVA para veículos de aluguel (mototáxi) no Estado de Goiás?**

- A) A isenção é limitada a 10.000 mototáxis no Estado, distribuídos igualmente entre os municípios.
- B) Não há limite de veículos para mototáxi isentos de IPVA no Estado.
- C) O mototaxista deve estar cadastrado no município onde atua e comprovar o pagamento da contribuição sindical anual.



D) A isenção é válida para qualquer número de veículos de propriedade do mototaxista.

E) A isenção aplica-se apenas a veículos de aluguel com potência superior a 150cc.

### Comentários

Alternativa A:

Incorreta. O limite para a modalidade de mototáxi isento é de 6.500 veículos, e a distribuição deve observar a proporcionalidade entre os municípios, conforme o número de habitantes, e não uma distribuição igual.

Alternativa B:

Incorreta. Existe, sim, um limite para a isenção de mototáxis: são 6.500 veículos em todo o Estado de Goiás.

Alternativa C:

Correta. Para a concessão de isenção ao mototaxista, ele deve estar cadastrado no município em que atua e comprovar o pagamento da contribuição sindical federal anual, conforme o § 4º do Art. 94.

Alternativa D:

Incorreta. A isenção para mototáxi é limitada a um veículo por proprietário.

Alternativa E:

Incorreta. A lei não estabelece um limite mínimo de potência para a isenção de mototáxis.

**Gabarito: C**

---

(Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) A Associação Vida Sobre Rodas, entidade filantrópica sem fins lucrativos, presta atendimento médico gratuito em rodovias goianas por meio de ambulâncias próprias, que opera com doações e convênios. Durante fiscalização da Secretaria da Economia do Estado de Goiás, um dos fiscais questionou a não incidência do IPVA sobre os referidos veículos, alegando que apenas entes públicos, como Municípios e o Estado, estariam dispensados do imposto por serem imunes.

Com base na legislação vigente, é correto afirmar que:

A) As ambulâncias da associação são imunes ao IPVA, por prestarem serviço de interesse público.



B) A associação está sujeita ao IPVA, pois apenas o poder público tem direito à não incidência tributária sobre ambulâncias.

C) As ambulâncias da associação são isentas do IPVA, desde que destinadas exclusivamente ao transporte de feridos ou doentes.

D) A associação, por não ser ente federativo, deve recolher o IPVA normalmente, ainda que os veículos sejam utilizados como ambulâncias.

E) A ausência de finalidade lucrativa da associação não afasta a incidência do IPVA, salvo se ela for conveniada com o SUS.

**Comentários:**

A) Errada.

Imunidade tributária se aplica aos entes públicos (União, Estados, Municípios, DF), e não a associações privadas, ainda que de interesse público.

B) Errada.

A legislação estadual prevê isenção para veículos destinados exclusivamente ao socorro e transporte de feridos/doentes (Art. 94, III), inclusive de particulares.

C) Correta.

A associação não é ente imune, mas faz jus à isenção, pois a ambulância se enquadra perfeitamente no Art. 94, III da Lei nº 11.651/1991 – veículo destinado exclusivamente ao socorro e transporte de feridos ou doentes.

D) Errada.

O simples fato de ser privada não impede a isenção. O que importa é a destinação exclusiva do veículo.

E) Errada.

A isenção prevista na lei estadual não exige convênio com o SUS. Basta que a ambulância atenda à finalidade prevista na norma.

**Gabarito: C**

(Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) Em março de 2025, Yugui, motociclista no interior de Goiás, procurou a Secretaria da Economia buscando a isenção do IPVA referente à sua motocicleta Honda CG 150, ano de fabricação 2019, cilindrada 150cc, utilizada exclusivamente



para o trabalho. Ele alegou que o veículo já possuía 6 anos de uso e que, conforme a nova lei publicada recentemente, teria direito à isenção.

Com base na legislação vigente do Estado de Goiás, assinale a alternativa correta:

A) Yugui tem razão, pois a motocicleta atende os requisitos do art. 94, XV e, portanto, está isenta do IPVA desde 2025.

B) Yugui está equivocado, pois a isenção para veículos com 6 anos de uso só se aplica a veículos com até 125cc.

C) Yugui está equivocado, pois, embora o veículo atenda aos requisitos do art. 94, XV, a isenção só tem efeito a partir do exercício de 2026.

D) Yugui faz jus à isenção, mas apenas se comprovar que utiliza o veículo exclusivamente para atividade profissional.

E) A motocicleta de Yugui será isenta somente quando atingir 15 anos de uso, conforme regra geral do art. 94, X.

**Comentários:**

A) Errada.

Embora a motocicleta de Yugui atenda aos requisitos do art. 94, XV (até 150cc e 6 anos ou mais), a isenção só tem efeito a partir de 01/01/2026. Em 2025, ainda não é aplicável.

B) Errada.

O limite previsto no inciso XV é 150 cilindradas, não 125cc.

C) Correta.

A Lei nº 23.287/2025, que incluiu o inciso XV, entrou em vigor em 24/03/2025, mas a isenção só será válida para fatos geradores a partir de 1º de janeiro de 2026.

D) Errada.

A isenção não exige finalidade profissional. Basta que o veículo tenha até 150cc e 6 anos ou mais de uso.

E) Errada.

Yugui não precisa esperar os 15 anos, pois existe regra específica (XV) para motos até 150cc. O problema aqui é apenas a vigência futura da norma.

**Gabarito: C**



(Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) Jorge possui três veículos registrados em seu nome, todos licenciados no Estado de Goiás:

- **Veículo A:** Carro de passeio fabricado em 2009, 1.6 de cilindrada.
- **Veículo B:** Motocicleta Honda CG 150, fabricada em 2020, com 150cc.
- **Veículo C:** Motocicleta Yamaha 160, fabricada em 2004, com 160cc.

Em março de 2025, Jorge consulta a tabela de IPVA e acredita que apenas o veículo A estaria isento, já que as motocicletas não se enquadrariam nos critérios de isenção. Com base na legislação estadual vigente, assinale a alternativa correta:

A) Apenas o Veículo A está isento do IPVA em 2025

B) Os Veículos A e C estão isentos do IPVA em 2025, ainda que a motocicleta C tenha mais de 150cc, por força do tempo de uso.

C) Apenas o Veículo C está isento, por ter mais de 20 anos de fabricação, sendo irrelevante a cilindrada.

D) Nenhum dos veículos está isento em 2025, pois a regra do inciso XV ainda não está em vigor.

E) Somente o Veículo B estará isento, pois tem 150cc e completará 6 anos em 2025.

#### Comentários:

A) Errada.

Embora o Veículo A (carro de 2009) esteja de fato isento com base no art. 94, X (15 anos ou mais), a alternativa desconsidera o veículo C, que também tem direito à isenção.

B) Correta.

- Veículo A: isento com base no art. 94, X (15 anos ou mais).
- Veículo C: ainda que tenha 160cc, já possui 21 anos de uso → há entendimento consolidado no Estado de Goiás (inclusive nas tabelas de IPVA) de que veículos com 15 anos ou mais de uso estão isentos, independentemente de tipo e cilindrada.
- Veículo B: ainda não está isento em 2025, pois a regra do inciso XV (6 anos + até 150cc) só entra em vigor em 2026.

C) Errada.

O Veículo A também está isento, logo a alternativa é incompleta.

D) Errada.



A regra do inciso XV realmente não está em vigor em 2025, mas os veículos A e C estão isentos por outras regras.

E) Errada.

O Veículo B ainda não está isento em 2025, pois a regra de 6 anos + 150cc só vale a partir de 2026.

**Gabarito: B**

### Da Redução de Base de Cálculo

**Art. 94-A.** O Chefe do Poder Executivo pode reduzir a base de cálculo em até 50% (cinquenta por cento), na forma, limites e condições que estabelecer, para os seguintes veículos:

I - automóvel de passeio com potência até 1000cc;

II - motocicleta, ciclomotor, triciclo e motoneta, até 125cc.

Parágrafo único. O benefício somente é concedido ao proprietário de veículo automotor que atenda aos requisitos:

I - licenciamento anual esteja regular até o vencimento, nos termos do art. 131, § 2º, do Código de Trânsito Brasileiro;

II - nos últimos 12 (doze) meses, não tenha causado por negligência, imperícia, imprudência ou dolo acidente nem possua infração de trânsito.

**Art. 94-B.** Fica reduzida a base de cálculo, de tal forma que resulte a aplicação sobre o seu valor o equivalente ao percentual de 1% (um por cento), para os veículos automotores destinados à locação, de propriedade de empresas locadoras ou cuja posse estas detenham em decorrência de contrato de arrendamento mercantil, desde que registrados no Estado de Goiás.

§ 1º Considera-se empresa locadora de veículo, para os efeitos deste artigo, a pessoa jurídica cuja atividade de locação de veículos represente no mínimo 50% (cinquenta por cento) de sua receita bruta, devendo tal condição ser reconhecida na forma prevista em regulamento.

§ 3º O benefício somente é concedido ao proprietário de veículo automotor cujo licenciamento anual esteja regular até o vencimento, nos termos do art. 131, § 2º, do Código de Trânsito Brasileiro.

#### Comentários:

##### 1. Redução de Base de Cálculo do IPVA (Art. 94-A)

O Art. 94-A permite ao Chefe do Poder Executivo reduzir a base de cálculo do IPVA em até 50% para determinados tipos de veículos, desde que atendam a certos critérios.



 **Veículos Elegíveis:**

-  Automóveis de passeio com potência até 1000cc.
-  Motocicletas, ciclomotores, triciclos e motonetas com até 125cc.

**Condições para Concessão do Benefício:**

Para receber essa redução, o proprietário deve cumprir duas exigências:

**a) Licenciamento Regular:** O veículo deve estar com o licenciamento anual em dia até a data de vencimento, conforme o art. 131, § 2º do Código de Trânsito Brasileiro.

**b) Histórico de Trânsito:** Nos últimos 12 meses, o proprietário não pode ter cometido infrações, seja por negligência, imperícia, imprudência ou dolo, nem ter causado acidentes.

**EXEMPLIFICANDO**

Sr. Dabliú possui uma motocicleta de 125cc. Ele deseja obter a redução de 50% na base de cálculo do IPVA. Para isso, ele precisa:

- a) Ter o licenciamento anual de sua moto regularizado até o vencimento.
- b) Não ter cometido nenhuma infração de trânsito ou se envolvido em acidentes por negligência ou imprudência no último ano.

**2. Redução da Base de Cálculo para Empresas Locadoras de Veículos (Art. 94-B)**

O Art. 94-B estabelece uma redução específica da base de cálculo do IPVA para que o imposto resulte em uma alíquota equivalente a 1% do valor do veículo. Esse benefício é destinado aos veículos de empresas que atuam com locação de veículos.

**Condições para Concessão do Benefício:**

Para que a empresa locadora receba o benefício, as seguintes condições devem ser atendidas:

-  **Registro no Estado de Goiás:** O veículo deve estar registrado no Estado de Goiás.
-  **Atividade Principal de Locação:** A locação de veículos deve representar pelo menos 50% da receita bruta da empresa. Esse status deve ser reconhecido conforme previsto no regulamento.
-  **Licenciamento Regular:** Assim como no Art. 94-A, o veículo precisa ter o licenciamento anual regularizado até a data de vencimento.

**EXEMPLIFICANDO**

A empresa "Locadora Goiana" possui uma frota registrada em Goiás e 60% de sua receita bruta provém de locação de veículos. Com base no Art. 94-B, ela poderá aplicar uma alíquota reduzida de 1% sobre o valor de cada veículo para o cálculo do IPVA, desde que cada veículo esteja devidamente licenciado.





Escaneie aqui  
com seu celular!

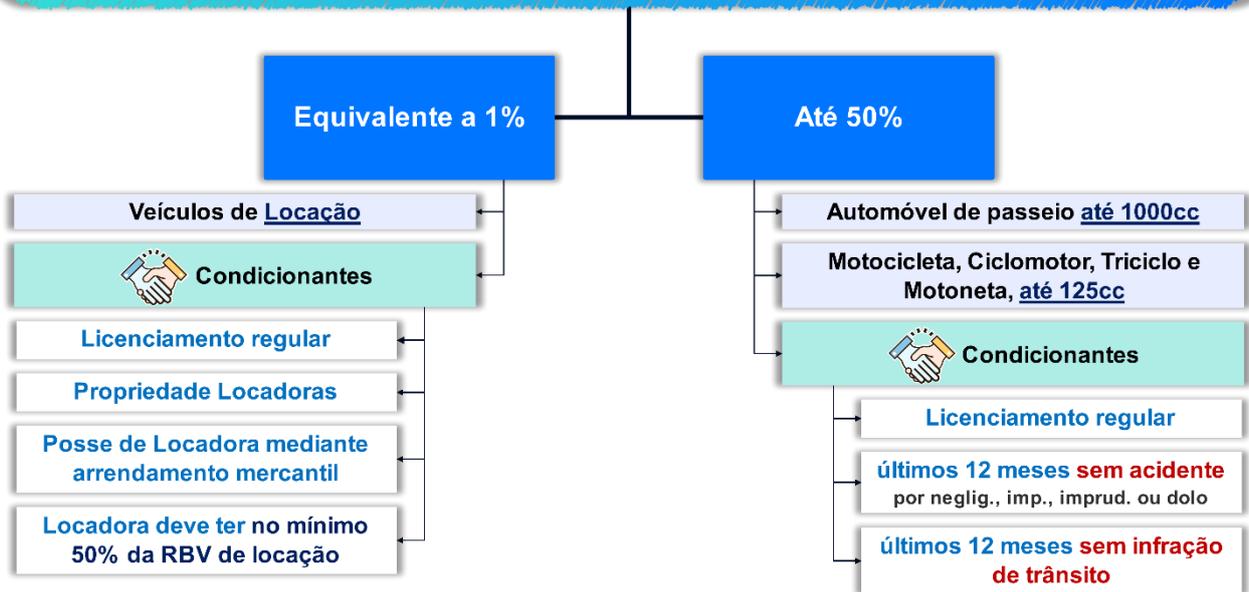
**7FONTES**  
CONCURSOS



**Prof. Renato Campos**



**Redução da BC do IPVA**



(Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) De acordo com a Lei nº 11.651/91, qual das alternativas abaixo descreve corretamente um requisito para que um automóvel de passeio com potência até 1000cc possa ter sua base de cálculo do IPVA reduzida em até 50%?

- A) O proprietário deve ter contribuído para a Previdência Social no ano anterior.
- B) O automóvel deve ter sido registrado em outra unidade da Federação.
- C) O proprietário não pode ter cometido infrações de trânsito nos últimos 12 meses.
- D) O automóvel deve ter potência mínima de 1200cc.
- E) O benefício é concedido automaticamente para todos os veículos de passeio.

### Comentários

Alternativa A:

Incorreta. Não há exigência de contribuição para a Previdência Social para obter a redução do IPVA. O requisito está relacionado ao histórico de trânsito e ao licenciamento regular.

Alternativa B:

Incorreta. O veículo deve estar registrado no Estado de Goiás para obter o benefício. Um registro em outra unidade da Federação não atende aos requisitos do Art. 94-A.

Alternativa C:

Correta. Um dos requisitos para a concessão do benefício é que o proprietário não tenha cometido infrações de trânsito nos últimos 12 meses.

Alternativa D:

Incorreta. O limite de potência para automóveis elegíveis ao benefício é até 1000cc, e não uma potência mínima de 1200cc.

Alternativa E:

Incorreta. O benefício não é concedido automaticamente; ele depende do cumprimento de requisitos específicos, incluindo histórico de trânsito e licenciamento regular.

**Gabarito: C**

---

(Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) A empresa Goiás Locações Eireli possui sede no Estado de Goiás e atua no ramo de serviços diversos, incluindo transporte, comércio e locação de veículos. No ano de 2025, sua receita bruta foi composta por 45% de atividades de locação de veículos, 30% de transporte de cargas e 25% de comércio de autopeças. Todos os seus veículos



estavam registrados e licenciados regularmente no Estado de Goiás até a data de vencimento do IPVA.

Com base na legislação vigente, é correto afirmar que:

A) A empresa tem direito à isenção integral do IPVA sobre os veículos utilizados para locação, desde que estejam licenciados regularmente.

B) A empresa tem direito à redução da base de cálculo do IPVA, pois os veículos estão registrados e licenciados em Goiás.

C) A empresa não faz jus à redução da base de cálculo, pois a atividade de locação não representa pelo menos 50% da receita bruta.

D) A empresa poderá usufruir do benefício de redução se comprovar que utiliza ao menos 50% da frota para locação, independentemente da receita.

E) O benefício da redução da base de cálculo se aplica a qualquer veículo de empresa que exerça, ainda que secundariamente, a atividade de locação.

**Comentários:**

A) Errada.

O art. 94-B trata de redução da base de cálculo, e não de isenção integral do IPVA.

B) Errada.

Embora os veículos estejam registrados e licenciados em Goiás, isso não é suficiente: a empresa não cumpre a exigência da atividade principal de locação (mínimo de 50% da receita bruta).

C) Correta.

De acordo com o Art. 94-B, para ter direito ao benefício, a locação de veículos deve corresponder a pelo menos 50% da receita bruta da empresa – o que não ocorre no caso apresentado (somente 45%).

D) Errada.

O critério não é a quantidade de veículos utilizados na locação, mas sim a composição da receita bruta da empresa.

E) Errada.

A norma exige que a locação de veículos seja a atividade principal ( $\geq 50\%$  da receita), conforme reconhecido no regulamento. O simples exercício secundário da atividade não gera direito à redução.



**Gabarito: C**

---

(Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) Para uma empresa de locação de veículos no Estado de Goiás se beneficiar da redução da base de cálculo do IPVA para uma alíquota equivalente a 1%, ela deve cumprir qual das condições a seguir?

- A) Ter todos os seus veículos registrados fora do Estado de Goiás.
- B) Ter no mínimo 50% de sua receita bruta proveniente da atividade de locação de veículos.
- C) Possuir apenas veículos com potência inferior a 1000cc.
- D) Estar dispensada do licenciamento anual dos veículos.
- E) Ser proprietária de no mínimo 100 veículos de locação.

### Comentários

Alternativa A:

Incorreta. Os veículos da empresa devem estar registrados no Estado de Goiás para que ela receba o benefício da redução da base de cálculo.

Alternativa B:

Correta. Para se qualificar, a empresa precisa ter pelo menos 50% de sua receita bruta proveniente da locação de veículos, conforme estabelecido no Art. 94-B, § 1º.

Alternativa C:

Incorreta. Não há restrição de potência dos veículos para a empresa obter o benefício; a condição principal é que a atividade de locação represente 50% da receita bruta.

Alternativa D:

Incorreta. A empresa deve manter o licenciamento anual dos veículos em dia; estar dispensada do licenciamento é incorreto e não atende aos requisitos do Art. 94-B.

Alternativa E:

Incorreta. A lei não exige uma quantidade mínima de veículos para a empresa obter o benefício.

**Gabarito: B**

---



(Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) Qual dos seguintes veículos não é elegível para a redução da base de cálculo do IPVA em até 50%, de acordo com a legislação goiana?

- A) Um automóvel de passeio com potência de 950cc, cujo proprietário possui infrações de trânsito no último ano.
- B) Um automóvel de passeio com potência de 1000cc e licenciamento regular.
- C) Uma motocicleta de 125cc, sem infrações de trânsito registradas nos últimos 12 meses.
- D) Um triciclo de 120cc, cujo proprietário manteve o licenciamento em dia.
- E) Um automóvel de passeio com potência de 900cc, sem infrações de trânsito no último ano.

### Comentários

#### Alternativa A:

Correta. O veículo possui potência elegível para o benefício (950cc), mas o proprietário não atende ao requisito de não ter infrações de trânsito no último ano. Portanto, ele não é elegível para a redução da base de cálculo do IPVA.

#### Alternativa B:

Incorreta. Este veículo cumpre o limite de potência (1000cc) e, se o proprietário atender aos outros requisitos (licenciamento regular e ausência de infrações), o automóvel seria elegível.

#### Alternativa C:

Incorreta. Uma motocicleta de 125cc está dentro do limite de cilindrada e, com um histórico de trânsito sem infrações nos últimos 12 meses, é elegível para o benefício.

#### Alternativa D:

Incorreta. O triciclo de 120cc está dentro dos critérios de cilindrada e, com licenciamento em dia, é elegível para a redução da base de cálculo.

#### Alternativa E:

Incorreta. O automóvel de 900cc também atende ao requisito de potência, e, sem infrações no último ano, seria elegível ao benefício.

### Gabarito: A

---



**Da Não Incidência (art. 95)****LEGISLAÇÃO**

**Art. 95.** O IPVA não incide sobre a propriedade de veículo pertencente:

I - à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios;

II - à embaixada e consulado estrangeiros credenciados junto ao Governo brasileiro;

III - às entidades a seguir relacionadas, desde que o veículo esteja vinculado com as suas finalidades essenciais ou com as delas decorrentes:

a) autarquia ou fundação instituída e mantida pelo poder público;

b) templo de qualquer culto;

c) instituição de educação ou de assistência social, sem fins lucrativos;

d) partido político, inclusive suas fundações;

e) entidade sindical de trabalhador.

f) empresa pública prestadora de serviço postal.

§ 1º A não-incidência de que trata as alíneas “c”, “d” e “e” do inciso III condiciona-se à observância dos seguintes requisitos pelas entidades nelas referidas:

I - não distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título

II - aplicar integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;

III - manter escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

§ 2º O regulamento deve dispor sobre a forma de reconhecimento da não-incidência.

**Comentários:**

O Art. 95 define as situações em que o IPVA não incide.

**OLHA A CASCA DE BANANA**

O mais importante aqui para a FCC é não confundir os casos de **ISENÇÃO** com os casos de **NÃO INCIDENCIA**.



**NOVIDADE!**

⚠ Replicando a CF/88, os correios foram expressamente incluídos em nossa lei para fins de não incidência do IPVA sobre os veículos de sua propriedade.

**Art. 95.** O IPVA não incide sobre a propriedade de veículo pertencente:

(...)

f) empresa pública prestadora de serviço postal.

**I - Veículos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios**

📖 Explicação: Veículos de propriedade dos governos federal, estaduais e municipais são **imunes** de IPVA. É caso de não incidência por nossa lei e também de imunidade por estar previsto na CF/88.

📌 Exemplo: Uma viatura policial pertencente ao Estado de Goiás não paga IPVA, pois é de propriedade do governo estadual.

**II - Veículos de Embaixadas e Consulados Estrangeiros**

📖 Explicação: Em respeito à diplomacia, veículos de embaixadas e consulados estrangeiros credenciados junto ao Governo brasileiro também são beneficiados pelo não incidência do IPVA.

**Exemplo:** Um carro oficial de uma embaixada estrangeira em Brasília não está sujeito ao pagamento de IPVA.

**CUIDADO**

Atenção máxima, pois esse caso do veículo de embaixada é tratado em vários Estados como isenção. Em Goiás, não incide o IPVA sobre os **Veículos de Embaixadas e Consulados Estrangeiros**.

**III - Veículos de Entidades Vinculadas a Finalidades Essenciais**

📖 Para esses casos, a não-incidência do IPVA depende de a entidade utilizar o veículo para cumprir suas funções essenciais. As entidades abrangidas são:

a) Autarquias e Fundações Públicas: Instituições criadas e mantidas pelo poder público.

📌 Exemplo: Uma universidade pública estadual que possui veículos próprios para transporte de alunos e funcionários não paga IPVA sobre esses veículos.

b) entidades religiosas e templos de qualquer culto, inclusive suas organizações assistenciais e beneficentes;

📌 Exemplo: Um templo religioso que possui um veículo para transporte dos membros da congregação, desde que o uso do veículo esteja relacionado às atividades do templo.

c) Instituições de Educação ou Assistência Social Sem Fins Lucrativos



✦ Exemplo: Uma organização sem fins lucrativos que administra um orfanato e usa veículos para suas atividades assistenciais não precisa pagar IPVA sobre esses veículos, desde que atenda aos requisitos adicionais (ver § 1º).

d) Partidos Políticos, Incluindo Fundações

✦ Exemplo: Um partido político que possui veículos para transporte de seus membros ou para eventos não paga IPVA, se o veículo for utilizado exclusivamente para atividades do partido.

e) Entidades Sindicais de Trabalhadores

CUIDADO: as bancas adoram trocar por “Entidades Sindicais dos **Empregadores**”

✦ Exemplo: Um sindicato de trabalhadores que possui veículos para promover suas atividades sindicais também está isento de IPVA.

## 2. Requisitos Especiais para Algumas Entidades (Condições de Não-Incidência)

Para que as entidades descritas nas alíneas c, d e e do inciso III possam se beneficiar da não-incidência, elas devem seguir algumas regras, descritas no § 1º:

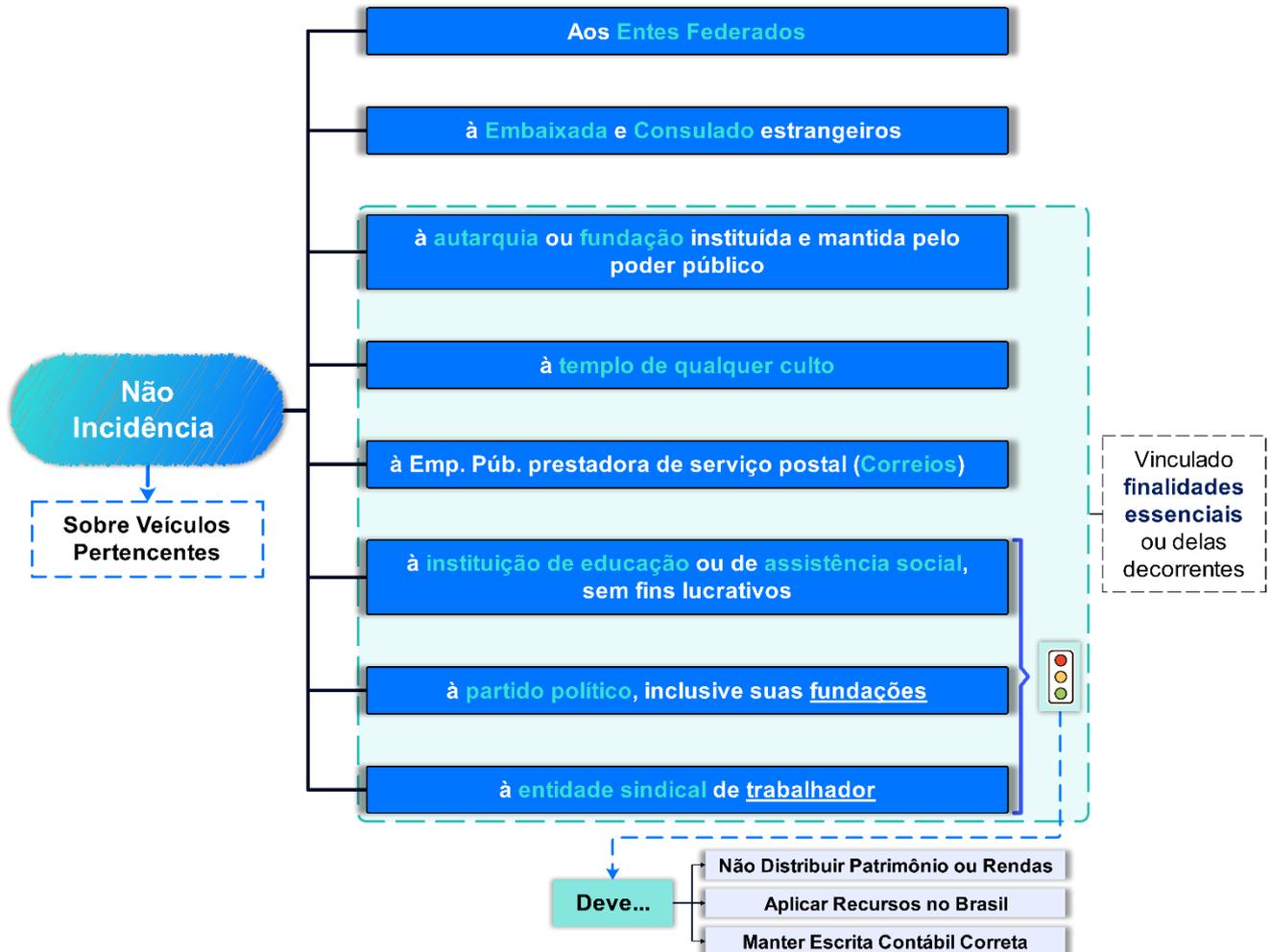
**a) Não Distribuir Patrimônio ou Rendas:** A entidade não pode distribuir rendas ou patrimônio entre seus membros, a qualquer título.

**b) Aplicar Recursos no Brasil:** Todos os recursos da entidade devem ser usados no Brasil para sustentar seus objetivos institucionais.

**c) Manter Escrita Contábil Correta:** A entidade deve manter registros exatos de suas receitas e despesas em livros contábeis adequados.

⚠ Perceba que tais condicionantes de fruição da não incidência não foram estendidas à não incidência dos veículos de propriedade da empresa pública prestadora de serviço postal (Correios).





A EC 132/23 (reforma tributária) trouxe novas hipóteses de imunidades para o IPVA na Constituição. Todavia, se a questão mencionar especificamente a lei 11.651/91, marque o "x" de acordo com a lei.

De acordo com o art. 155, § 6º, III, da Constituição da República, os seguintes veículos estão imunes ao IPVA:

- Aeronaves destinadas a atividades agrícolas e as de operadores certificados para oferecer serviços aéreos a terceiros;
- Embarcações pertencentes a pessoas jurídicas com autorização para realizar transporte aquaviário ou de pessoa física ou jurídica envolvida em pesca industrial, artesanal, científica ou de subsistência;
- Plataformas móveis na água, mesmo aquelas projetadas para atividades econômicas em águas territoriais e na zona econômica exclusiva, bem como embarcações com essa mesma finalidade principal;
- Tratores e máquinas agrícolas.



**DESPENCA NA PROVA**

**(Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) Analise os veículos abaixo e assinale a alternativa correta quanto à aplicação do IPVA no Estado de Goiás:**

I. Ambulância pertencente a clube esportivo privado, utilizada exclusivamente para transporte de atletas acidentados.

II. Veículo de passeio pertencente a locadora registrada em Goiás, com atividade principal de locação ( $\geq 50\%$  da receita bruta), licenciado regularmente, avaliado em R\$ 80.000.

III. Veículo de transporte pertencente ao Município de Anápolis, registrado no DETRAN-GO.

IV. Motocicleta de 150cc com 7 anos de uso pertencente a pessoa física, com licenciamento em dia, no ano de 2025.

V. Veículo de representação pertencente à embaixada de país estrangeiro, regularmente credenciada junto ao Governo Brasileiro.

A) Apenas os veículos I, III e IV estão isentos do IPVA, nos termos do art. 94.

B) Os veículos II e V estão sujeitos à redução da base de cálculo do IPVA.

C) Os veículos I e II estão isentos, e os veículos III e V são imunes.

D) Os veículos II têm redução da base de cálculo; os veículos III e V estão acobertados por não incidência; e o veículo I está isento.

E) Apenas os veículos IV e V têm direito à não incidência do IPVA, por expressa previsão legal.

**Comentários:**

A) Errada.

Veículo I: isento (ambulância privada – art. 94, III).

Veículo III: não incidência (pertence ao Município – art. 95, I).

Veículo IV: não está isento em 2025, pois o art. 94, XV só produz efeitos em 2026.

B) Errada.

Veículo II: está correto – redução da base de cálculo (art. 94-B).

Veículo V: não tem redução, mas sim não incidência (art. 95, II).



C) Errada.

- Veículo I: isento, correto.
- Veículo II: não é isento, mas tem redução da base.
- Veículos III e V: não são imunes, mas sim não incidência (confundir imunidade com não incidência é um erro comum).

D) Correta.

- Veículo II: redução da base de cálculo, conforme art. 94-B.
- Veículos III (Município) e V (Embaixada): não incidência, conforme art. 95, I e II.
- Veículo I: isenção, conforme art. 94, III.

E) Errada.

Veículo IV: não tem não incidência, e não tem isenção válida em 2025.

Veículo V: correto quanto à não incidência, mas a presença do IV torna a alternativa errada.

**Gabarito: D**

### Da Sujeição Passiva (art. 96 ao 99)

Nossa lei, divide a sujeição passiva do IPVA em:

- ✚ Contribuinte;
- ✚ Substituto tributário;
- ✚ Responsável pessoal; e
- ✚ Responsável solidário.

### Do contribuinte

**Art. 96.** Contribuinte do IPVA é o **proprietário do veículo** automotor aéreo, aquático ou terrestre.

#### Comentários:

"Contribuinte do IPVA é o proprietário do veículo automotor aéreo, aquático ou terrestre."

🔍 Interpretação:

⚖️ O IPVA incide sobre a propriedade de veículos automotores.

⚖️ O contribuinte é sempre o proprietário formal, ou seja, aquele que consta como dono no registro do veículo (DETRAN, ANAC, Capitania dos Portos, etc.).



 Não importa se ele tem ou não a posse do veículo – o que vale é o registro da propriedade.

### Do substituto tributário

**Art. 97.** É sujeito passivo por **substituição tributária**:

I - o **fiduciante**, no caso de alienação fiduciária em garantia;

II - o **arrendatário**, no caso de arrendamento mercantil.

**Comentários:** O que é Sujeito Passivo por Substituição Tributária?

O sujeito passivo é a pessoa obrigada ao pagamento do tributo. A substituição tributária ocorre quando a lei transfere essa responsabilidade para outra pessoa, que não o contribuinte natural, antes do nascimento do fato gerador. No caso do IPVA, a lei estabelece que, em determinadas situações, a obrigação de pagar o imposto recai sobre o fiduciante ou o arrendatário.

#### Situações de Substituição Tributária no IPVA (Art. 97)

O Art. 97 define duas situações específicas:

##### I - O Fiduciante, no Caso de Alienação Fiduciária em Garantia

O que é Alienação Fiduciária em Garantia?

É um tipo de contrato em que o devedor (fiduciante) transfere a propriedade do bem móvel (no caso, o veículo) ao credor (fiduciário) como garantia de uma dívida. Apesar disso, o fiduciante mantém a posse direta e o uso do veículo.

 Quem é o Sujeito Passivo?

O fiduciante é o sujeito passivo por substituição tributária. Isso significa que, mesmo não sendo o proprietário legal do veículo (propriedade está com o fiduciário), ele é responsável pelo pagamento do IPVA.



Sr. Infante compra um carro financiado pelo banco através de alienação fiduciária. Enquanto não quitar o financiamento, o banco é o proprietário legal do veículo. Contudo, Infante, como fiduciante, é quem deve pagar o IPVA.

**Assim: o banco é o contribuinte (proprietário) e Infante é o substituto (possuidor).**

##### II - O Arrendatário, no Caso de Arrendamento Mercantil

 O que é Arrendamento Mercantil (Leasing)?



É um contrato em que a empresa arrendadora (proprietária do bem) cede o direito de uso do veículo ao arrendatário por um período determinado, mediante pagamento. Ao final, o arrendatário pode optar por adquirir o veículo, renovar o contrato ou devolver o bem.

 Quem é o Sujeito Passivo?

O arrendatário é o sujeito passivo por substituição tributária. Mesmo não sendo o proprietário legal do veículo, a responsabilidade pelo pagamento do IPVA é dele.

### EXEMPLIFICANDO

Maria faz um contrato de leasing para utilizar um carro novo. A empresa de leasing é a proprietária do veículo. No entanto, Maria, como arrendatária, deve pagar o IPVA durante o período do contrato.

### Do responsável pessoal

**Art. 98.** É pessoalmente responsável pelo pagamento do IPVA o adquirente ou o remetente do veículo, em relação a fato gerador anterior ao tempo de sua aquisição.

**Comentários:** de acordo com o Art. 98, o **adquirente** ou **remetente** de um veículo torna-se pessoalmente responsável pelo pagamento do IPVA referente a períodos anteriores à sua aquisição. Em outras palavras, qualquer débito de IPVA existente antes da compra passa a ser responsabilidade do novo proprietário ou de quem está recebendo o veículo.

### TOME NOTA

O termo "remetente" no contexto do artigo 98 do Código Tributário Nacional, relacionado ao IPVA, refere-se à pessoa que recebe um veículo como doação, herança ou por qualquer outro meio que não envolva uma compra e venda.

Em resumo:

- **Adquirente:** É quem compra um veículo.
- **Remetente:** É quem recebe um veículo por outros meios que não a compra, como doação, herança etc.

### Do responsável solidário

**Art. 99.** É solidariamente responsável pelo pagamento do IPVA:

I - o **credor fiduciário** com o fiduciante, em relação ao veículo objeto de alienação fiduciária em garantia;



II - a empresa detentora da propriedade com o arrendatário, no caso de veículo cedido pelo regime de arrendamento mercantil;

III - com o sujeito passivo, a autoridade administrativa que proceder o registro ou averbação de negócio do qual resulte a alienação ou a oneração do veículo, sem que o sujeito passivo faça prova de quitação de crédito tributário relativo ao imposto;

IV - com o sujeito passivo, qualquer pessoa que adulterar, viciar ou falsificar:

a) documento de arrecadação do imposto, de registro ou de licenciamento de veículo;

b) dados cadastrais de veículos, com o fim de excluir ou reduzir imposto.

**Comentários:** O Art. 99 define quatro situações em que uma pessoa ou entidade se torna solidariamente responsável pelo pagamento do IPVA junto com o proprietário - contribuinte do IPVA.

⚠ Lembrando que, em direito tributário, a reponsabilidade solidária **não comporta benefício de ordem**. Ou seja, o fisco pode cobrar de um, de outro ou de ambos.

### I - Credor Fiduciário e Fiduciante em Alienação Fiduciária

No caso de alienação fiduciária, onde o veículo é adquirido via financiamento e fica em nome da instituição financeira até a quitação total, a responsabilidade pelo pagamento do IPVA é solidária entre o credor fiduciário (banco ou financeira) e o fiduciante (usuário do veículo).

😊 **Exemplo:** João compra um carro financiado, que fica em nome do banco até a quitação. Tanto João (fiduciante) quanto o banco (credor fiduciário) são solidariamente responsáveis pelo IPVA. Se João não pagar o imposto, o banco também pode ser acionado para quitar a dívida.

### II - Empresa de Leasing e Arrendatário em Arrendamento Mercantil

No caso de arrendamento mercantil (leasing), a empresa que cede o veículo para uso (proprietária formal) e o arrendatário (usuário) são solidariamente responsáveis pelo IPVA.

😊 **Exemplo:** Ana faz um contrato de leasing para um carro. A empresa de leasing é a proprietária legal, mas Ana usa o veículo e também é responsável pelo pagamento do IPVA. Se o imposto não for pago, a empresa de leasing também poderá ser cobrada.

### III - Autoridade Administrativa que Registra ou Averba Negócios sem Prova de Quitação do IPVA



Se uma autoridade administrativa realiza o registro ou averbação de uma transação (como venda, transferência ou alienação) de um veículo sem exigir comprovação de quitação do IPVA, essa autoridade se torna solidariamente responsável pelo pagamento do imposto.

😊 **Exemplo:** Um servidor do DETRAN registra a venda de um carro sem exigir o comprovante de pagamento do IPVA do ano anterior. Nesse caso, o servidor pode ser responsabilizado solidariamente caso o imposto não tenha sido pago.

#### IV - Pessoa que Adultera ou Falsifica Documentos e Dados Cadastrais

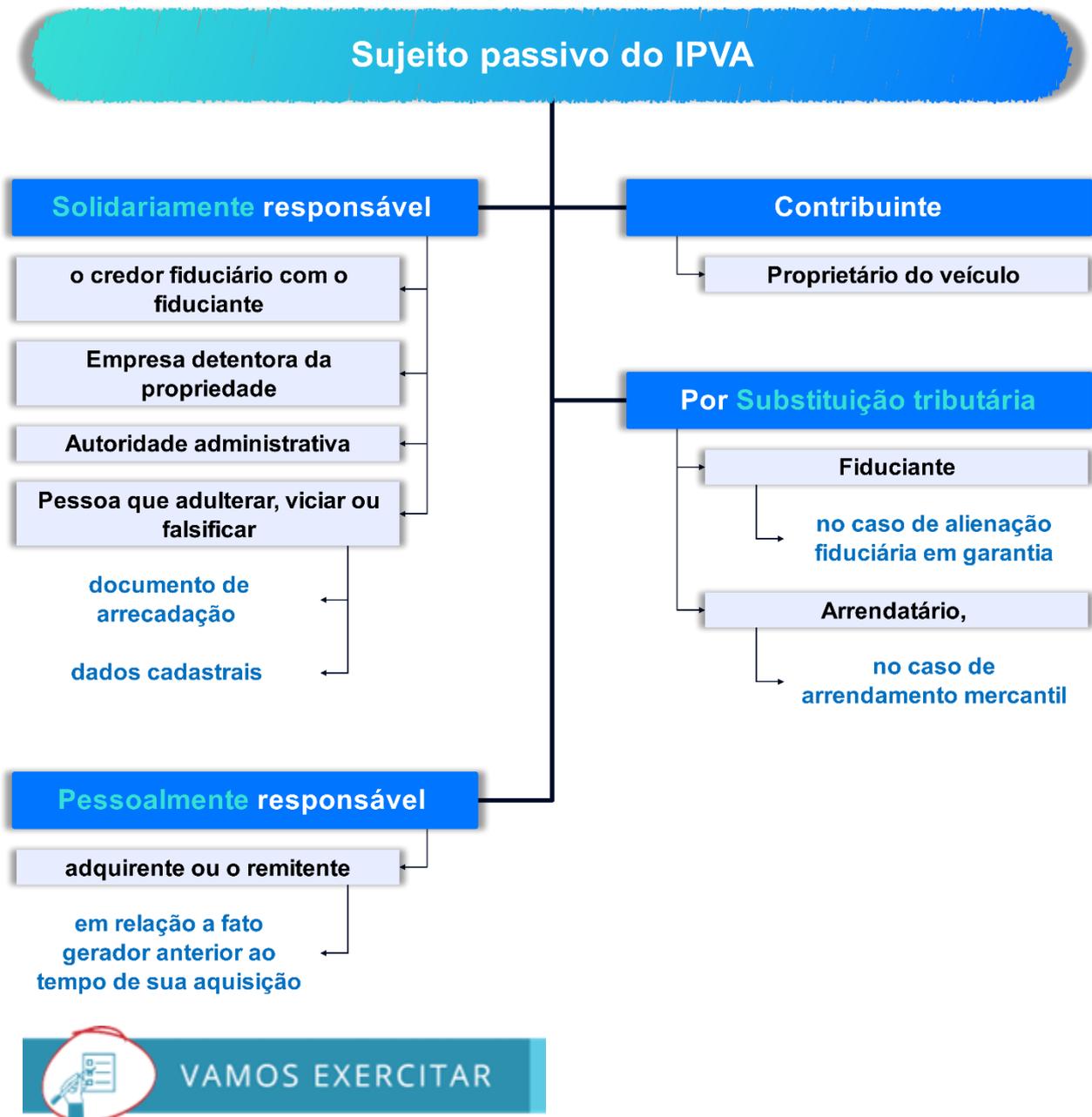
Qualquer pessoa que adulterar, falsificar ou viciar documentos relacionados ao IPVA, registro ou licenciamento de veículos, ou alterar dados cadastrais para reduzir ou excluir o imposto, é solidariamente responsável pelo pagamento do IPVA junto com o proprietário.

a) Documento de Arrecadação ou Licenciamento: Alterar comprovantes de pagamento ou documentos de licenciamento.

b) Dados Cadastrais do Veículo: Modificar informações do veículo para reduzir ou evitar o pagamento do imposto.

👤 **Exemplo:** Pedro falsifica o comprovante de pagamento do IPVA para renovar o licenciamento de um veículo. Nesse caso, Pedro se torna solidariamente responsável pelo imposto, e a responsabilidade pode ser cobrada dele.





(Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) De acordo com a Lei nº 11.651/91, quem é considerado contribuinte do IPVA?

- A) O fiduciante em um contrato de alienação fiduciária.
- B) O arrendatário em um contrato de leasing.
- C) O proprietário do veículo automotor.
- D) A autoridade administrativa que realiza o registro do veículo.
- E) A pessoa que utiliza o veículo sem ser proprietária.



**Comentários**

## Alternativa A:

Incorreta. O fiduciante em um contrato de alienação fiduciária é considerado sujeito passivo por substituição tributária, mas não é o contribuinte direto. O contribuinte é o proprietário do veículo.

## Alternativa B:

Incorreta. O arrendatário em um contrato de leasing também é sujeito passivo por substituição tributária. A responsabilidade de pagamento do IPVA é transferida para ele, mas ele não é o contribuinte original.

## Alternativa C:

Correta. O contribuinte do IPVA é o proprietário do veículo automotor, seja ele aéreo, aquático ou terrestre, conforme o Art. 96.

## Alternativa D:

Incorreta. A autoridade administrativa pode ser solidariamente responsável em certas situações, mas não é o contribuinte do IPVA.

## Alternativa E:

Incorreta. A pessoa que utiliza o veículo sem ser proprietária não é o contribuinte. O contribuinte é quem detém a propriedade do veículo.

**Gabarito: C**

**(Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) No caso de alienação fiduciária, quem é considerado o sujeito passivo por substituição tributária responsável pelo pagamento do IPVA?**

- A) O banco ou instituição financeira, que é o proprietário legal do veículo.
- B) O fiduciante, que mantém a posse e o uso do veículo.
- C) O arrendatário, que utiliza o veículo através de um contrato de leasing.
- D) A autoridade administrativa responsável pelo registro do veículo.
- E) O adquirente do veículo após a quitação do financiamento.

**Comentários**

## Alternativa A:



Incorreta. Embora o banco ou instituição financeira seja o proprietário legal do veículo durante o contrato de alienação fiduciária, ele não é o sujeito passivo por substituição. O pagamento do IPVA é responsabilidade do fiduciante.

Alternativa B:

Correta. O fiduciante é o sujeito passivo por substituição tributária no caso de alienação fiduciária. Embora ele não seja o proprietário legal, é ele quem deve pagar o IPVA enquanto mantiver a posse do veículo.

Alternativa C:

Incorreta. O arrendatário é o sujeito passivo por substituição tributária apenas em contratos de leasing (arrendamento mercantil), não em alienação fiduciária.

Alternativa D:

Incorreta. A autoridade administrativa pode ser solidariamente responsável em alguns casos, mas não é o sujeito passivo por substituição.

Alternativa E:

Incorreta. O adquirente assume a responsabilidade do IPVA após a quitação do financiamento e a transferência de propriedade, mas ele não é o sujeito passivo por substituição durante o período de alienação fiduciária.

**Gabarito: B**

---

**(Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) Qual das seguintes pessoas ou entidades é solidariamente responsável pelo pagamento do IPVA?**

- A) Apenas o proprietário do veículo.
- B) A empresa locadora de veículos que concede o veículo em leasing, juntamente com o arrendatário.
- C) O adquirente de um veículo, que assume o IPVA de períodos anteriores.
- D) O credor fiduciário que concedeu o financiamento, mas não o fiduciante.
- E) O servidor que efetua o registro do veículo, desde que o IPVA esteja quitado.

**Comentários**

Alternativa A:



Incorreta. A responsabilidade solidária envolve mais de uma pessoa ou entidade. Apenas o proprietário do veículo não configura uma situação de responsabilidade solidária.

Alternativa B:

Correta. Em contratos de leasing, tanto a empresa proprietária (arrendadora) quanto o arrendatário (usuário) são solidariamente responsáveis pelo pagamento do IPVA.

Alternativa C:

Incorreta. O adquirente é pessoalmente responsável pelo IPVA referente a períodos anteriores, mas essa responsabilidade não é solidária.

Alternativa D:

Incorreta. A responsabilidade solidária inclui tanto o credor fiduciário quanto o fiduciante no caso de alienação fiduciária. O credor fiduciário não é o único responsável solidário.

Alternativa E:

Incorreta. A autoridade administrativa que realiza o registro do veículo é solidariamente responsável apenas se não exigir a quitação do IPVA pendente, não quando o imposto já foi pago.

**Gabarito: B**

## Do Pagamento (art. 100 ao 102)



### LEGISLAÇÃO

**Art. 100.** O local, o prazo e a forma de pagamento do IPVA serão estabelecidos em regulamento.

§ 1º O pagamento do imposto pode ser feito em **até 10 (dez) parcelas iguais**, mensais e sucessivas.

§ 2º Para o pagamento feito antecipadamente, em parcela única, pode ser concedido desconto, conforme dispuser o regulamento.

§ 3º O pagamento do IPVA vencido pode ser feito em até 6 (seis) parcelas mensais e sucessivas, conforme dispuser o regulamento.

#### Pontos de atenção:

- Parcelamento:

- a) imposto dentro do prazo de pagamento: **em até 10 parcelas**;
- b) imposto **vencido**: **em até 6 parcelas**.



- Para o pagamento feito antecipadamente, em parcela única, **pode (faculdade do poder executivo)** ser concedido desconto

**Art. 101.** O valor do IPVA compreende tantos doze avos do seu valor anual quantos forem os meses:

I - faltantes para o término do ano civil, incluindo-se o mês da ocorrência do evento, nas seguintes situações:

- a) primeira aquisição do veículo por consumidor final;
- b) desembaraço aduaneiro, em relação a veículo importado, diretamente ou por meio de “trading”, do exterior por consumidor final;
- c) incorporação de veículo ao ativo permanente do fabricante, do revendedor ou do importador;
- d) perda de isenção ou de não-incidência;
- e) restabelecimento do direito de propriedade ou de posse quando injustamente subtraída;

II - decorridos do ano civil, incluindo-se o mês da ocorrência do evento, nas seguintes situações:

- a) ocorrência da não-incidência ou da isenção;
- b) caso de inutilização, perecimento ou subtração injusta.

**Art. 102.** Na alienação ou transferência da propriedade ou da posse de veículo para pessoa domiciliada em outra unidade da Federação, o IPVA deve ser pago na data da realização do ato, ainda que não se tenha esgotado o prazo regulamentar para o seu pagamento.

**Comentários:** vamos entender como calcular o valor proporcional do IPVA em situações específicas, de acordo com os Artigos 101 e 102 da Lei nº 11.651/91. Esses artigos explicam quando o imposto deve ser pago proporcionalmente ao tempo de posse do veículo durante o ano e tratam também do pagamento imediato em casos de transferência para outra unidade da Federação.

### 💰 Cálculo Proporcional do IPVA (Art. 101)

O Art. 101 define que o valor do IPVA pode ser cobrado proporcionalmente, dependendo de quantos meses restam ou já decorreram no ano civil. A cobrança proporcional do IPVA é feita em duas situações principais:

#### I - Cálculo Proporcional para Meses Faltantes no Ano Civil

Quando ocorre um evento que **torna o IPVA devido durante o ano**, ele será calculado com base nos **meses restantes no ano**, incluindo o mês do evento. Isso ocorre nas seguintes situações:



✦ **Primeira aquisição do veículo:** Quando um consumidor final compra um veículo novo.

**Exemplo:** João adquire um carro de passeio (3,75% de alíquota) novo em setembro. O IPVA será calculado proporcionalmente aos meses restantes no ano (setembro a dezembro, totalizando 4/12 do valor anual).

Assim, se o valor total de aquisição do veículo foi R\$ 120.000, o valor do IPVA devido será de **R\$ 1500,00** [  $(120.000 * 4/12) * 0,0375$  ].

✦ **Desembaraço Aduaneiro de Veículo Importado:** Quando o veículo é importado por um consumidor final.

**Exemplo:** Maria importa um carro em outubro. O IPVA devido será proporcional aos meses restantes do ano (outubro a dezembro, 3/12 do valor).

✦ **Incorporação ao Ativo Permanente:** Quando um fabricante, revendedor ou importador decide manter o veículo como parte de seu ativo fixo.

**Exemplo:** Uma concessionária incorpora um carro ao seu ativo permanente em novembro. O IPVA será devido para os meses restantes do ano (novembro e dezembro, 2/12 do valor).

✦ **Perda de Isenção ou Não-Incidência:** Quando um veículo perde sua condição de isenção ou não-incidência.

**Exemplo:** Um veículo de uma instituição imune passa a ser tributável em julho. O IPVA será calculado proporcionalmente aos meses restantes (julho a dezembro, 6/12 do valor).

✦ **Restabelecimento de Propriedade ou Posse:** Quando o proprietário recupera um veículo que havia sido subtraído (roubo, por exemplo).

**Exemplo:** Carlos recupera seu veículo em maio. O IPVA será proporcional aos meses restantes do ano (maio a dezembro, 8/12 do valor).

## II - Cálculo Proporcional para Meses Decorridos no Ano Civil

Quando um evento faz com que o proprietário perca a posse de seu veículo, o imposto será calculado com base nos meses já decorridos no ano, incluindo o mês do evento. As situações que justificam esse cálculo são:

✦ **Ocorrência de Isenção ou Não-Incidência:** O veículo passa a ser isento ou deixa de ter incidência de IPVA.

**Exemplo:** Um veículo se torna isento em março. O IPVA será devido apenas para os meses de janeiro a março (3/12 do valor).



 **Inutilização, Perecimento ou Subtração do Veículo: O veículo é inutilizado, perdido ou roubado.**

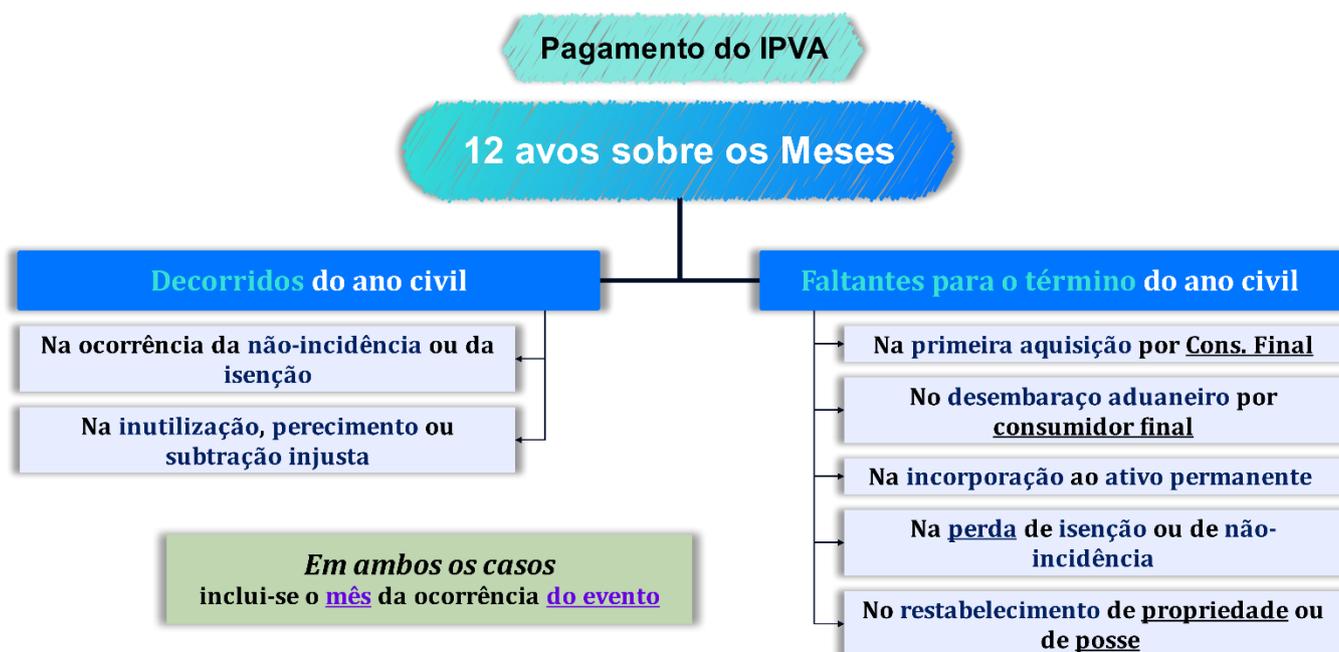
**Exemplo:** Uma moto é roubada em abril e não é recuperada. O IPVA será calculado apenas para os meses de janeiro a abril (4/12 do valor).

## 2. Pagamento do IPVA na Transferência de Veículo para Outra Unidade da Federação (Art. 102)

Quando um veículo é transferido para um novo proprietário em outra unidade da Federação, o IPVA deve ser pago imediatamente no momento da transferência, mesmo que o prazo regular para pagamento ainda não tenha vencido.



Ana vende seu carro em junho para uma pessoa que reside em São Paulo. Mesmo que o IPVA ainda pudesse ser pago até outubro, o imposto deve ser quitado no momento da transferência para que a venda seja regularizada.



**Prof. Eliezer Santos**

(Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) De acordo com a Lei nº 11.651/91, qual das alternativas está correta em relação às opções de pagamento do IPVA?

- A) O IPVA pode ser parcelado em até 12 vezes mensais, iguais e sucessivas.
- B) O pagamento antecipado, em parcela única, concede um desconto obrigatório de 10%.
- C) Em caso de atraso, o IPVA pode ser parcelado em até 10 parcelas.
- D) O IPVA vincendo pode ser parcelado em até 10 vezes, enquanto o IPVA vencido pode ser parcelado em até 6 vezes.
- E) O parcelamento do IPVA, vencido ou vincendo, só pode ser realizado com autorização judicial.

### Comentários

Alternativa A:

Incorreta. O IPVA pode ser parcelado em até 10 vezes, e não 12, para imposto vincendo, conforme o § 1º do Art. 100.

Alternativa B:

Incorreta. O desconto para pagamento antecipado em parcela única é facultativo e depende da regulamentação, não sendo obrigatório nem especificado em 10%.



Alternativa C:

Incorreta. O IPVA vencido pode ser parcelado em até 6 parcelas, conforme o § 3º do Art. 100, e não em 10 parcelas.

Alternativa D:

Correta. O Art. 100 permite o parcelamento em até 10 parcelas para o imposto vincendo (a vencer) e em até 6 parcelas para o imposto vencido (em atraso).

Alternativa E:

Incorreta. Não há necessidade de autorização judicial para parcelar o IPVA; o parcelamento pode ser feito diretamente, conforme estabelecido pela regulamentação.

**Gabarito: D**

---

**(Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) Conforme a Lei nº 11.651/91, quando o IPVA é calculado proporcionalmente ao número de meses decorridos no ano, incluindo o mês do evento?**

- A) Quando ocorre a primeira aquisição de um veículo novo pelo consumidor final.
- B) Quando um veículo perde sua condição de isenção no meio do ano.
- C) Quando um veículo é inutilizado ou subtraído permanentemente.
- D) No momento em que um veículo é importado e ocorre o desembaraço aduaneiro.
- E) Quando um veículo é incorporado ao ativo permanente do fabricante ou revendedor.

### **Comentários**

Alternativa A:

Incorreta. A primeira aquisição de um veículo resulta no cálculo proporcional com base nos meses faltantes no ano, não nos meses decorridos.

Alternativa B:

Incorreta. Quando um veículo perde sua condição de isenção, o cálculo é feito com base nos meses faltantes, ou seja, a partir do momento em que o veículo passa a ser tributável.

Alternativa C:

Correta. Quando um veículo é inutilizado ou subtraído permanentemente, o IPVA é calculado proporcionalmente com base nos meses decorridos até o evento.

Alternativa D:



Incorreta. No caso de desembaraço aduaneiro de veículo importado, o IPVA é calculado pelos meses faltantes no ano, a partir da data de importação.

Alternativa E:

Incorreta. A incorporação ao ativo permanente do fabricante ou revendedor gera o cálculo proporcional com base nos meses faltantes no ano.

**Gabarito: C**

---

(Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) Em março de 2025, a empresa TransGo adquiriu um ônibus novo, com valor de aquisição de R\$ 400.000,00, destinado ao transporte coletivo de passageiros. Sabendo que se trata da primeira aquisição do veículo por consumidor final, qual será o valor do IPVA devido em 2025?

- A) R\$ 1.250,00
- B) R\$ 3.750,00
- C) R\$ 3.333,33
- D) R\$ 4.166,67
- E) R\$ 5.000,00

**Comentário:**

- Alíquota: 1,25%
- Proporção: março a dezembro = 10/12
- Cálculo:  $(400.000 \times 10/12) \times 0,0125 = \text{R\$ } 4.166,67$

**Gabarito: D**

---

Em julho de 2025, Paula adquiriu uma motocicleta 0km com 100cv, avaliada em R\$ 18.000,00. Sabendo que se trata de sua primeira aquisição e que a moto está sujeita à alíquota de 3%, qual será o valor do IPVA devido no ano da compra?

- A) R\$ 450,00
- B) R\$ 540,00
- C) R\$ 270,00
- D) R\$ 600,00
- E) R\$ 675,00



**Comentário:**

- Alíquota: 3%
- Proporção: julho a dezembro = 6/12
- Cálculo:  $(18.000 \times 6/12) \times 0,03 = R\$ 270,00$

**Gabarito: C**

Em abril de 2025, uma empresa adquiriu uma picape utilitária nova de uma concessionária em Anápolis, avaliada em R\$ 150.000,00, para uso comercial. Sabendo que o veículo se enquadra como utilitário (alíquota de 3,45%), qual será o valor do IPVA devido no exercício de 2025?

- A) R\$ 3.937,50
- B) R\$ 4.312,50
- C) R\$ 4.725,00
- D) R\$ 5.175,00
- E) NDA

**Comentário:**

Ao caso em análise, temos a previsão de uma isenção na compra desse veículo. Assim, o valor de IPVA a ser pago é de R\$ 0,00.

*Art. 94. É isenta do IPVA a propriedade dos seguintes veículos:*

*(...)*

*§ 5º É também isento o IPVA incidente:*

*I - na data da primeira aquisição do veículo novo por consumidor final de que trata o inciso I do art. 91 desta Lei, desde que seja adquirido de estabelecimento localizado no Estado de Goiás;*

**Gabarito: E****Das Obrigações Tributárias Acessórias (art. 103 ao 104)**

**Art. 103.** É obrigatória a inscrição do contribuinte do IPVA nos órgãos responsáveis pela matrícula, inscrição ou registro de veículo aéreo, aquático e terrestre.

Parágrafo único. Os órgãos mencionados no *caput* devem fornecer à Secretaria da Fazenda os dados cadastrais relativos aos veículos e seus respectivos proprietários e possuidores a qualquer título.

**Art. 104.** Além das previstas nesta lei, o contribuinte obriga-se ainda ao cumprimento de outras obrigações tributárias acessórias, estabelecidas em regulamento.

### Da Repartição da Receita (art. 105)



#### LEGISLAÇÃO

**Art. 105.** Pertence ao município **50% (cinquenta por cento)** do valor do IPVA arrecadado sobre a propriedade de veículo registrado, matriculado ou licenciado em seu território.

Parágrafo único. Ocorrendo restituição parcial ou total do imposto, o Estado deve deduzir 50% (cinquenta por cento) da quantia restituída do valor a ser creditado ao município.

#### Comentários:

De acordo com o Art. 105, 50% do valor arrecadado do IPVA sobre um veículo pertence ao município onde o veículo está registrado, matriculado ou licenciado. Essa divisão permite que parte do imposto pago pelos proprietários de veículos retorne ao município, contribuindo diretamente para a economia local e para o financiamento de serviços públicos.

#### Exemplo:

Se o Estado arrecada R\$ 1.000 de IPVA sobre um carro registrado em Goiânia, R\$ 500 (50%) desse valor será destinado ao município de Goiânia, e os outros R\$ 500 ficam com o Estado de Goiás.

#### Restituição do IPVA e Dedução ao Município

O Parágrafo Único do Art. 105 estabelece que, caso ocorra uma restituição total ou parcial do IPVA (por erro de cobrança, perda do veículo, etc.), o valor restituído será deduzido da parcela do município. Isso significa que, se parte do imposto precisa ser devolvida ao contribuinte, o Estado descontará 50% da quantia a ser restituída do valor que seria repassado ao município.

#### Exemplo:



Um contribuinte de Anápolis recebe uma restituição de R\$ 200 de IPVA por um erro na cobrança. Nesse caso, o Estado deduzirá R\$ 100 (50% do valor restituído) do montante que seria destinado ao município de Anápolis, e os outros R\$ 100 do valor restituído também são descontados da parcela do Estado.

**TOME NOTA!**

Ao estabelecer expressamente a incidência do IPVA sobre aeronaves e embarcações, a EC 132/23 (reforma tributária) especificou como será repartido com os Municípios o IPVA sobre esses veículos. Todavia, essa nova regra não foi reproduzida em nosso CTE.

**Em resumo:**

**🔍 Veículos Terrestres (carros, motos etc.):** O IPVA continua sendo repartido com os Municípios onde o veículo é licenciado (50% da receita para o Estado e 50% para o Município).

**🔍 Veículos Aquáticos e Aéreos (embarcações e aeronaves):** O IPVA é repartido com os Municípios **com base no domicílio do proprietário** (50% da receita para o Estado e 50% para o Município onde o proprietário reside).

**Das Penalidades (art. 106 a 111)****LEGISLAÇÃO**

**Art. 106.** As infrações relacionadas com o IPVA são punidas com as seguintes multas:

I - de 20% (vinte por cento) do valor do imposto devido, quando não for pago dentro do prazo previsto no calendário de pagamento do IPVA;

II - de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do imposto devido, quando o sujeito passivo deixar de encaminhar, no prazo regulamentar, veículo para matrícula, inscrição ou registro, ou para o cadastramento fazendário;

III - de 100% (cem por cento) do valor do imposto devido:

a) quando o sujeito passivo utilizar-se de documento adulterado, falso ou indevido, com o propósito de comprovar regularidade tributária, para:

1. preencher requisito legal ou regulamentar;
2. beneficiar-se de não-incidência ou de isenção;
3. reduzir ou excluir da cobrança o valor do imposto devido;



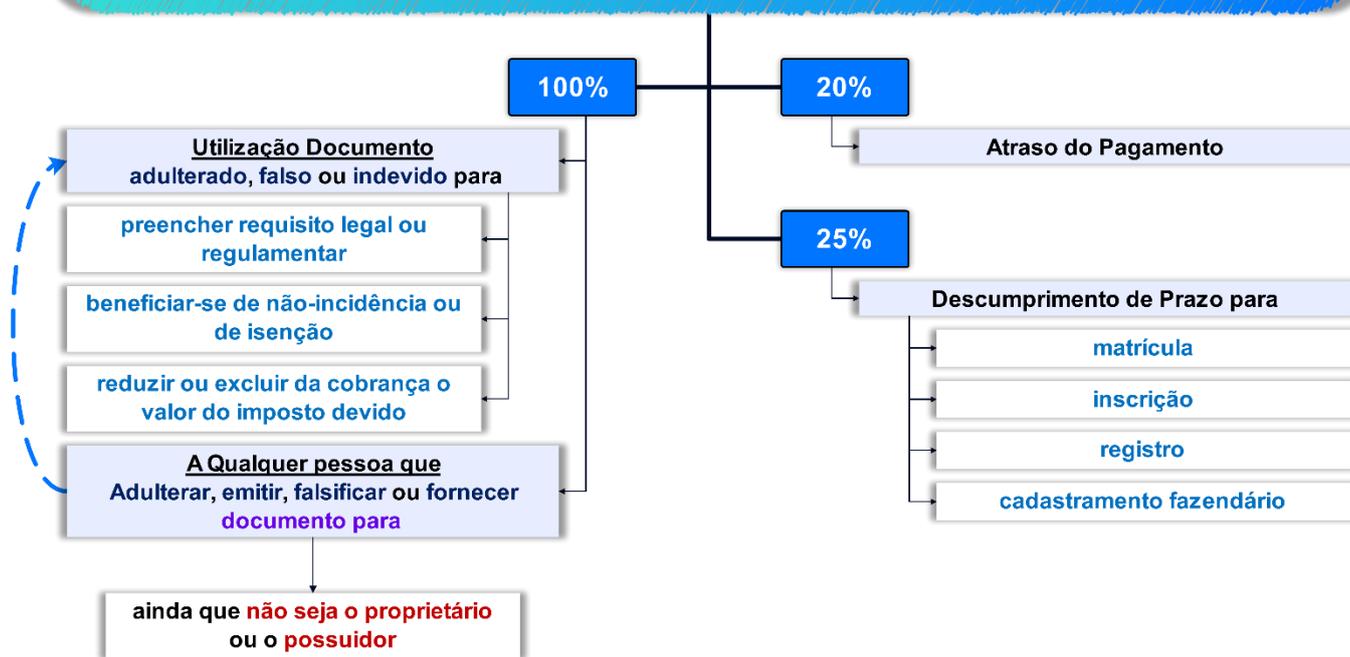
b) aplicável a qualquer pessoa que adulterar, emitir, falsificar ou fornecer o documento para os fins previstos na alínea anterior, ainda que não seja o proprietário ou o possuidor do veículo.

§ 1º No caso da prática de mais de uma infração relacionadas com o mesmo fato que lhes deu origem, deve ser aplicada ao agente a multa mais grave.



**Penalidade do IPVA**

**Multas**



No caso da prática de mais de uma infração relacionadas com o mesmo fato que lhes deu origem, deve ser aplicada ao agente a multa mais grave



(Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) Segundo o Art. 106 da Lei nº 11.651/91, qual é a multa aplicada quando o contribuinte utiliza um documento falso para obter uma isenção do IPVA?

- A) 20% do valor do imposto devido.
- B) 25% do valor do imposto devido.



- C) 50% do valor do imposto devido.
- D) 100% do valor do imposto devido.
- E) 10% do valor do imposto devido.

**Comentários**

## Alternativa A:

Incorreta. A multa de 20% é aplicada apenas quando o contribuinte não paga o IPVA dentro do prazo do calendário de pagamento. O uso de documento falso para obter isenção é penalizado mais severamente.

## Alternativa B:

Incorreta. A multa de 25% se aplica quando o sujeito passivo deixa de encaminhar o veículo para matrícula, inscrição, registro ou cadastramento fazendário no prazo regulamentar, e não para o uso de documento falso.

## Alternativa C:

Incorreta. A multa de 50% era uma previsão anterior para falta de pagamento, mas atualmente o valor foi reduzido para 20% em casos de inadimplência. Para o uso de documento falso, a penalidade é ainda maior.

## Alternativa D:

Correta. O Art. 106, inciso III, estabelece uma multa de 100% do valor do imposto devido quando o contribuinte utiliza documento adulterado, falso ou indevido para obter isenção, reduzir ou excluir o valor do imposto.

## Alternativa E:

Incorreta. Não existe uma multa de 10% para infrações relacionadas ao IPVA na legislação mencionada.

**Gabarito: D**

---

**(Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) Em relação às penalidades do IPVA, qual das situações a seguir acarreta uma multa de 25% sobre o valor do imposto devido?**

- A) O sujeito passivo atrasa o pagamento do IPVA além do prazo previsto no calendário de pagamento.
- B) O contribuinte utiliza um documento falso para comprovar regularidade tributária.



- C) O proprietário do veículo deixa de encaminhar o veículo para matrícula ou registro dentro do prazo regulamentar.
- D) O veículo é registrado com documentos falsos para reduzir o imposto devido.
- E) O pagamento do IPVA é feito em atraso, mas com desconto aplicado.

**Comentários**

## Alternativa A:

Incorreta. O atraso no pagamento do IPVA resulta em uma multa de 20% sobre o valor do imposto devido, conforme o inciso I do Art. 106.

## Alternativa B:

Incorreta. O uso de documento falso para comprovar regularidade tributária ou obter benefícios indevidos é penalizado com uma multa de 100% do valor do imposto devido.

## Alternativa C:

Correta. O inciso II do Art. 106 estabelece uma multa de 25% sobre o valor do imposto devido quando o proprietário deixa de encaminhar o veículo para matrícula, inscrição, registro ou cadastramento fazendário no prazo regulamentar.

## Alternativa D:

Incorreta. A falsificação de documentos para reduzir ou excluir o imposto é punida com uma multa de 100% do valor do imposto devido, conforme o inciso III.

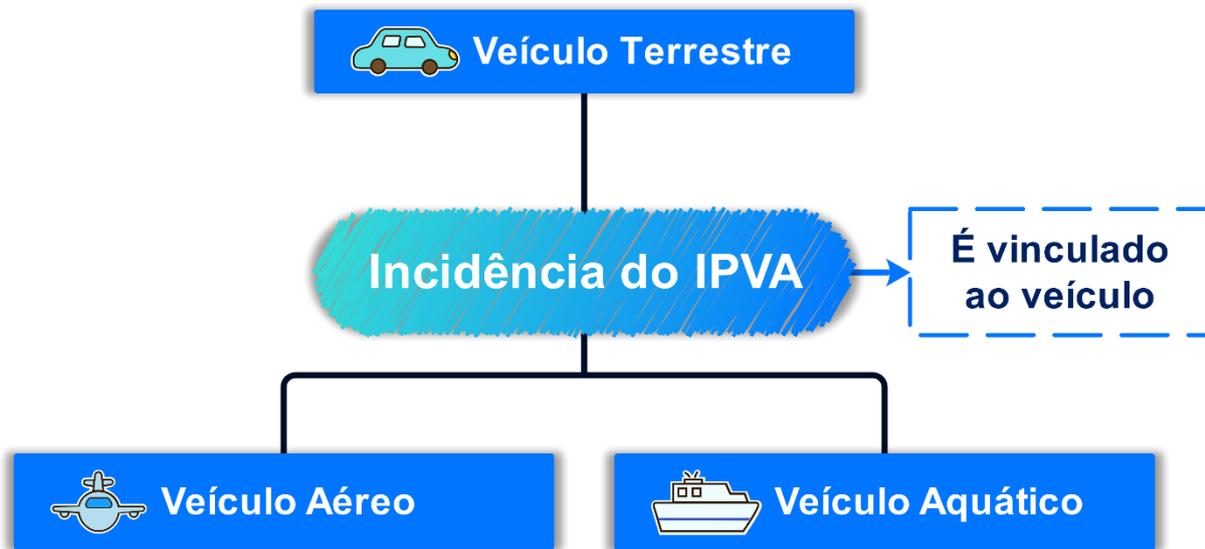
## Alternativa E:

Incorreta. Não há previsão de desconto em multas aplicadas por atraso; a penalidade de 20% aplica-se ao valor integral do imposto devido.

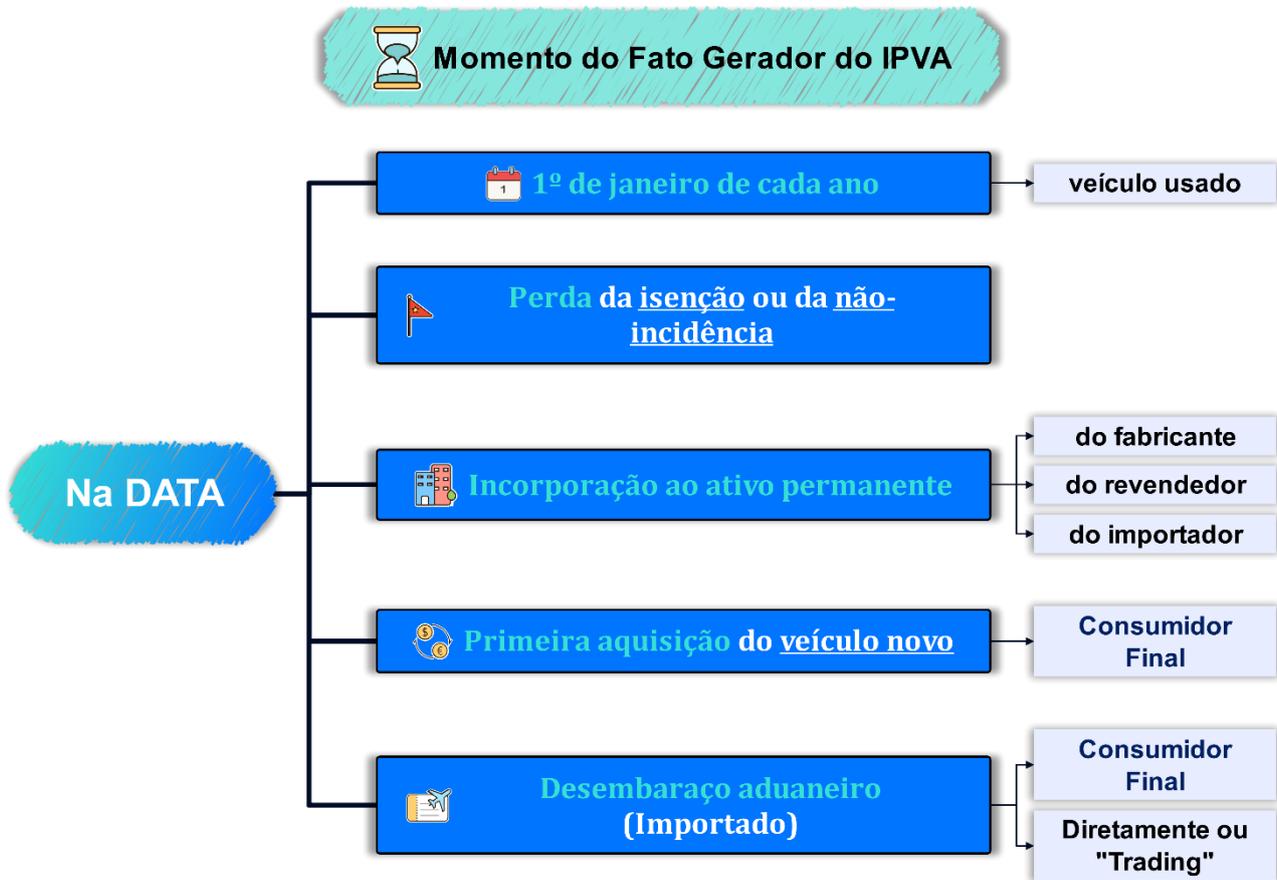
**Gabarito: C**

**Resumo 7 Fontes**

Fato gerador



## Do Momento da Ocorrência do Fato Gerador

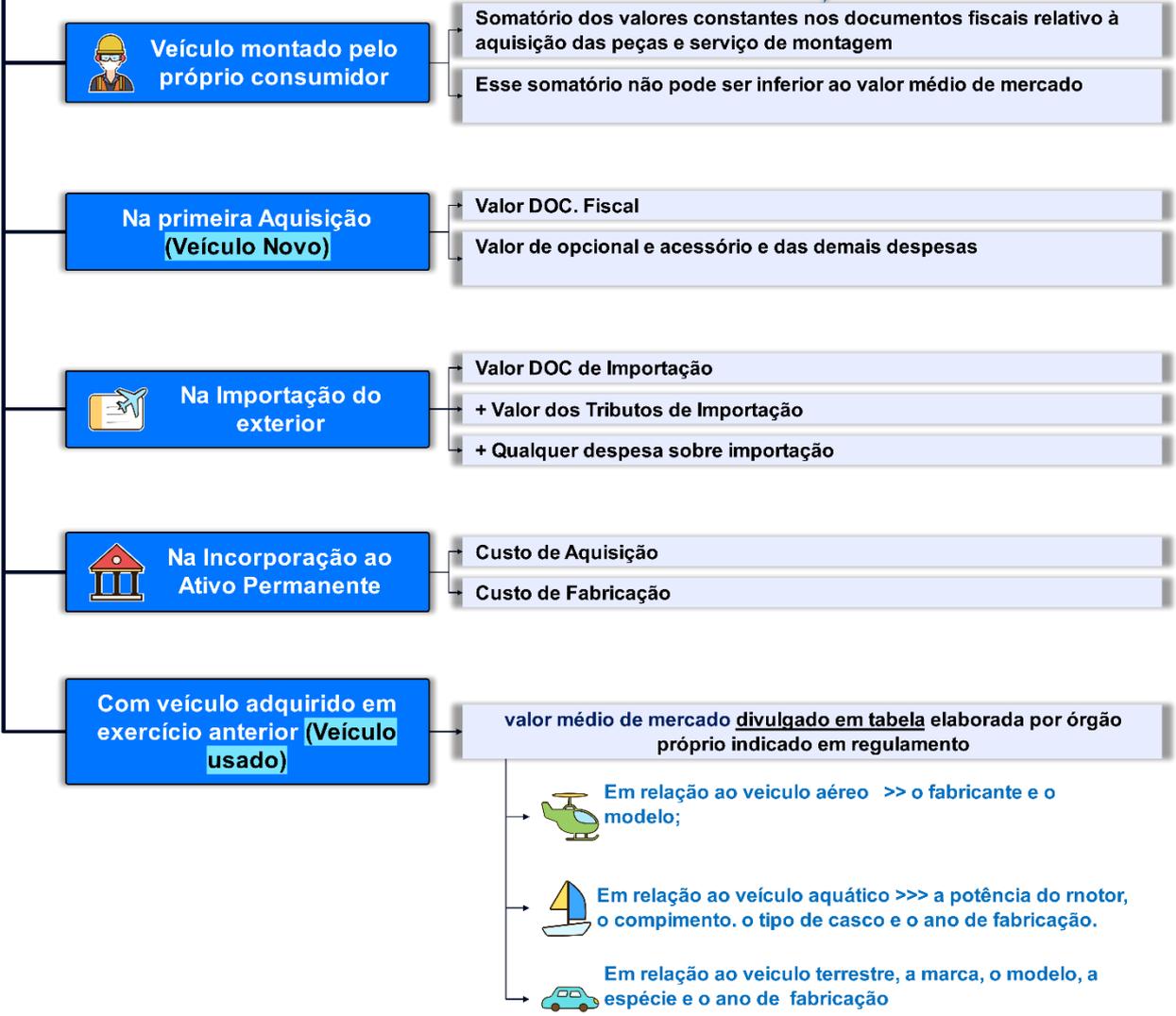


**Da Base de Cálculo**

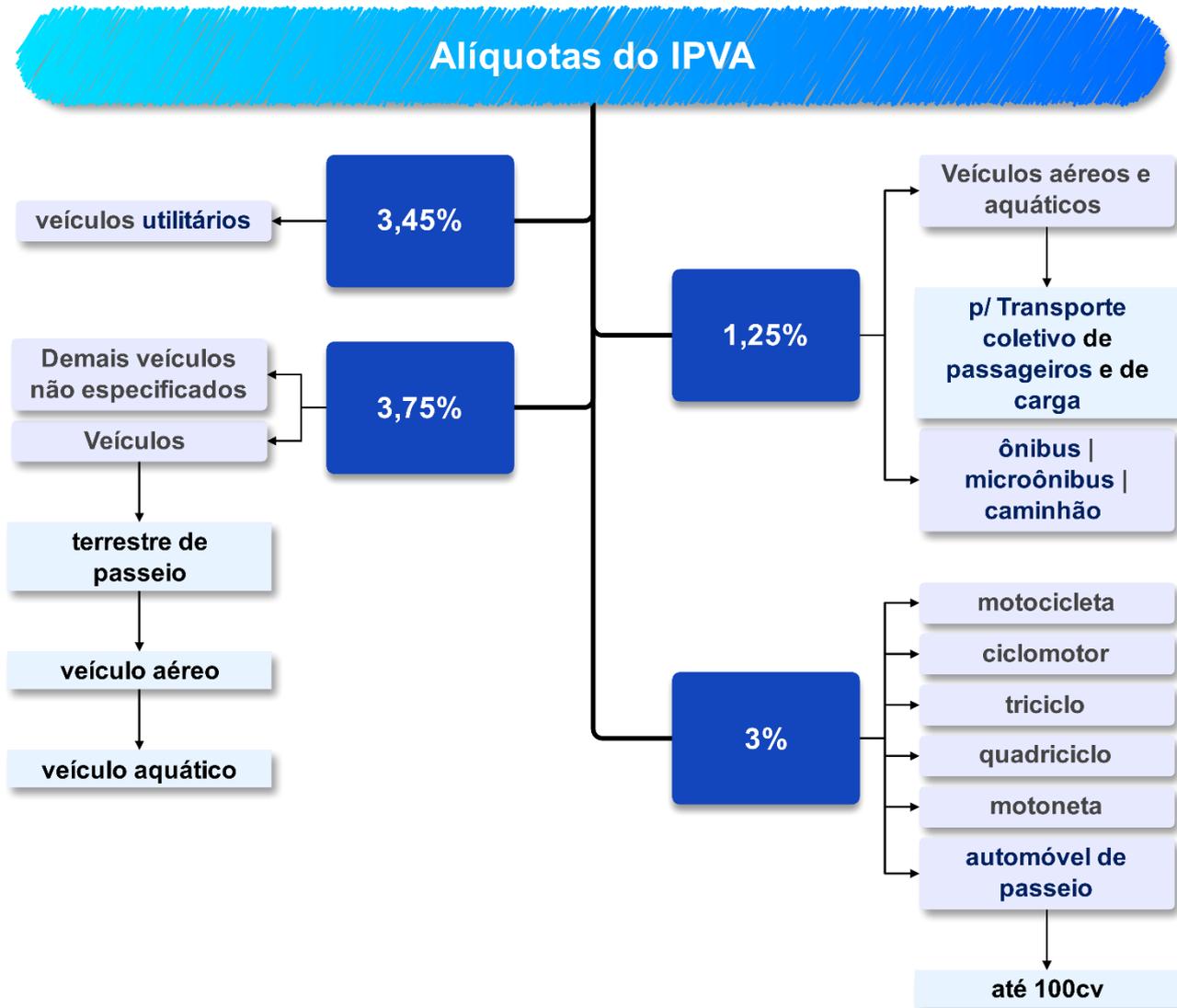
**Base de Cálculo do IPVA**



Não pode ser inferior ao VALOR MÉDIO DE MERCADO



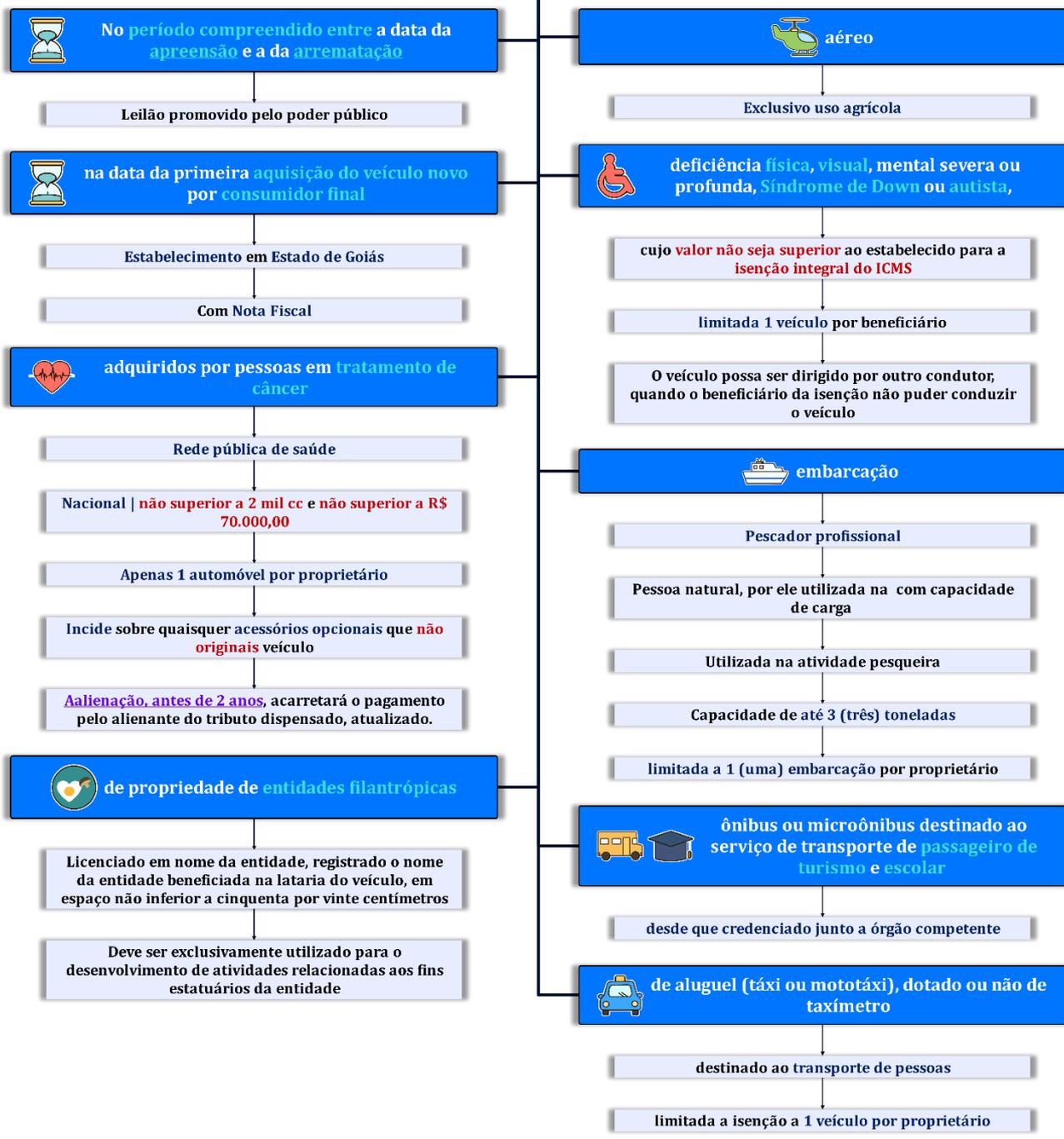
Das Alíquotas



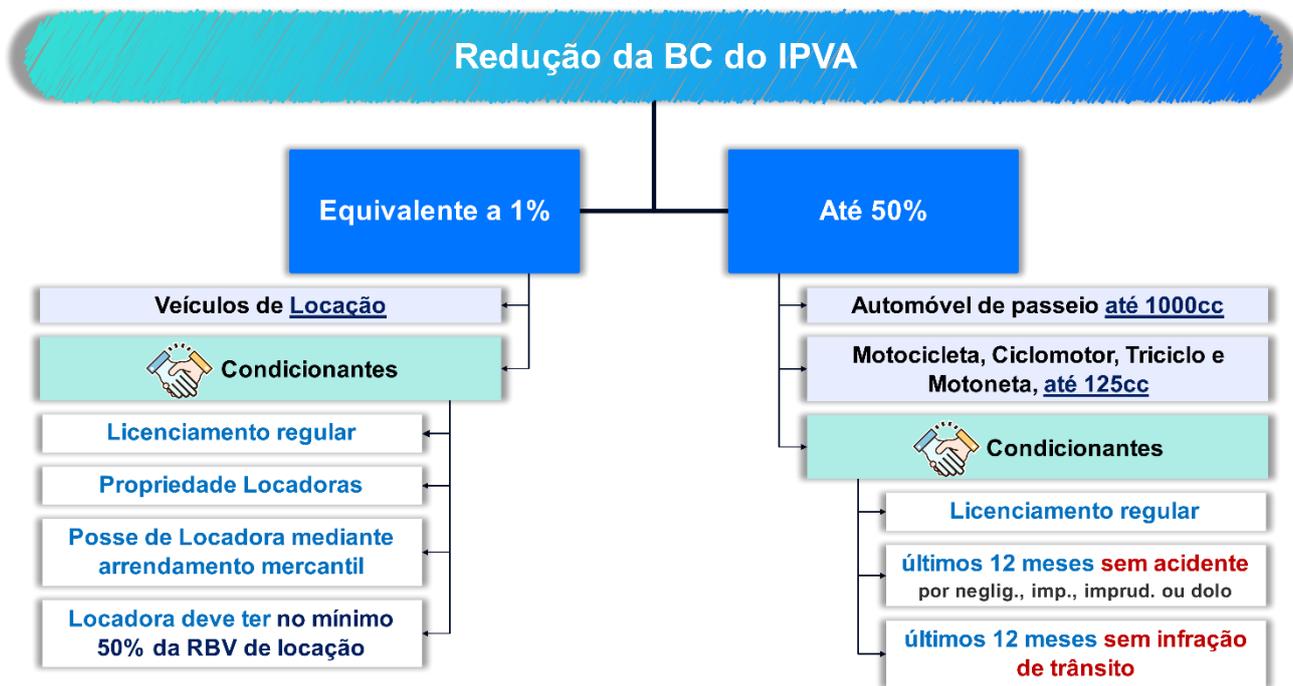
**Da Isenção**



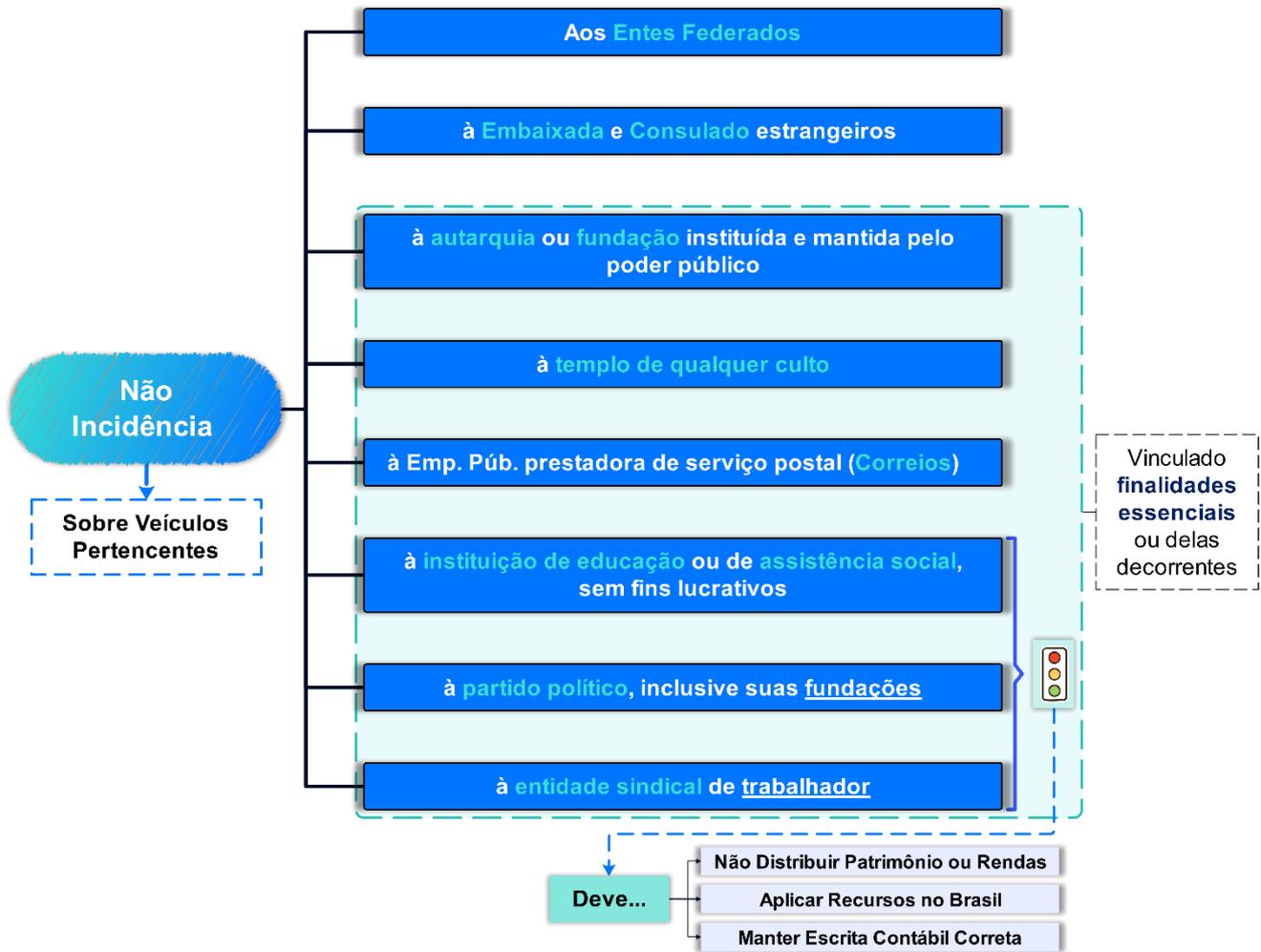
**ISENÇÃO DO IPVA**



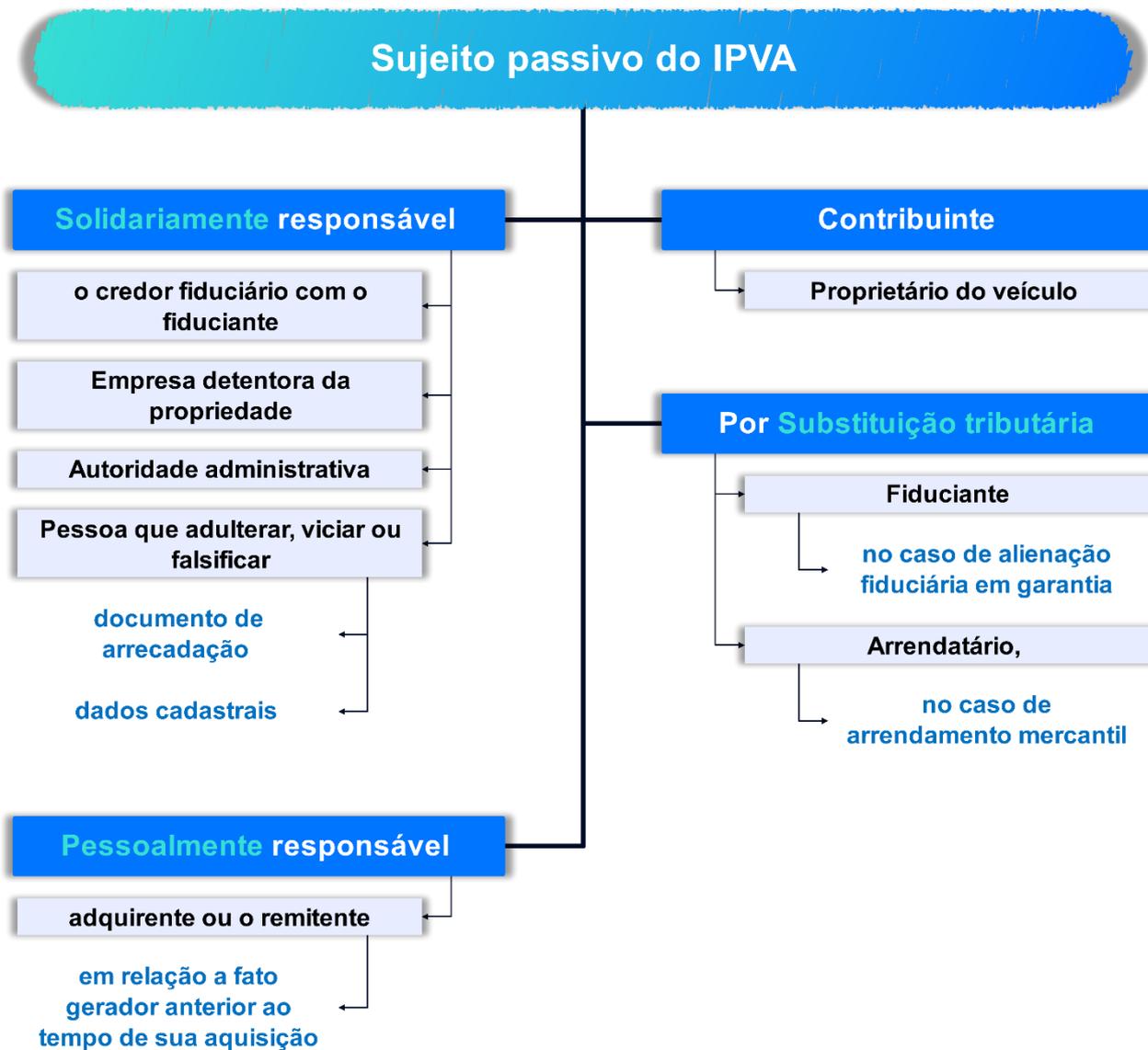
Da Redução de Base de Cálculo



**Da Não Incidência (art. 95)**



Da Sujeição Passiva (art. 96 ao 99)



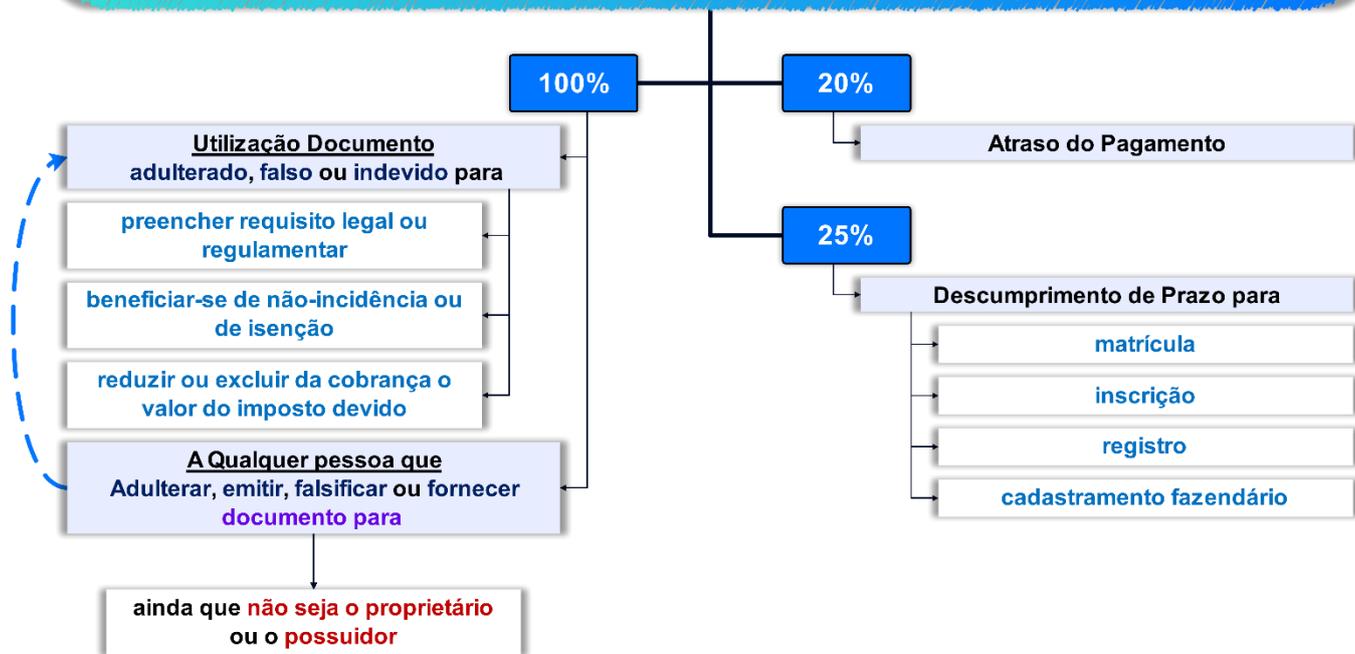
## Do Pagamento (art. 100 ao 102)



Das Penalidades (art. 106 a 111)

Penalidade do IPVA

 **Multas**



No caso da prática de mais de uma infração relacionadas com o mesmo fato que lhes deu origem, deve ser aplicada ao agente a multa mais grave



**Lista de questões**

**01. (SEFAZ GO-2018) Em relação às regras sobre a tributação do IPVA no Estado de Goiás (Lei nº 11.651/2011):**

- A) Contribuinte do IPVA é o proprietário do veículo automotor ou seu possuidor a qualquer título.
- B) O IPVA incide na data da aquisição do veículo usado, desde que o alienante seja domiciliado neste Estado e o veículo esteja licenciado neste Estado.
- C) É sujeito passivo por substituição tributária do IPVA é o credor fiduciário, no caso de alienação fiduciária em garantia e o arrendador, no caso de arrendamento mercantil.
- D) É pessoalmente responsável pelo pagamento do IPVA o adquirente ou o remetente do veículo, em relação ao fato gerador posterior ao tempo de sua aquisição.
- E) O IPVA não incide sobre a propriedade de veículo pertencente à embaixada e consulado estrangeiros credenciados junto ao Governo brasileiro.

**02. (FCC - 2018 - Auditor Fiscal da Receita Estadual - SEFAZ GO) De acordo com o Código Tributário do Estado de Goiás, instituído pela Lei estadual nº 11.651/1991, é isenta do IPVA a propriedade de veículo adquirido por pessoas em tratamento de câncer.**

**Relativamente a esta isenção, assinale a alternativa correta.**

- A) Ela abrange todos os acessórios instalados no veículo, ou que vierem a ser nele instalados, nos 30 dias posteriores à data de emissão do documento fiscal correspondente à sua aquisição, sejam eles equipamentos originais ou não do veículo adquirido, desde que seu valor total seja limitado ao montante de R\$ 10.000,00.
- B) Ela se aplica a até dois veículos automotores por proprietário, desde que um deles seja de passageiros e o outro de carga.
- C) A alienação do veículo adquirido, antes de 2 anos contados da data da sua aquisição, para pessoa que não satisfaça às condições e aos requisitos estabelecidos na legislação, acarretará o pagamento pelo alienante do tributo dispensado, atualizado na forma da legislação tributária.
- D) Para que ela possa ser usufruída, é necessário que o beneficiário esteja em tratamento desta doença na rede pública de saúde municipal, estadual ou federal, ou, se na rede particular,



desde que seja em hospitais mantidos por entidades religiosas, por entidades ligadas à indústria do tabaco, ou por fundações assistenciais de saúde.

E) Para que ela possa ser usufruída, é necessário que o automóvel seja terrestre, de passageiros ou de carga, novo, fabricado no Brasil ou em país do Mercosul, equipado com motor de cilindrada não superior a dois mil centímetros cúbicos e de valor não superior a R\$ 75.000,00.

**03. (FCC/SEFAZ SC/ADAPTADA-2018) Eusébio, neste exercício de 2018, adquiriu três motocicletas, todas elas com até 150 cc.**

A primeira delas (de cor vermelha), que era um veículo usado, fabricado em país estrangeiro no ano de 2015 (ano em que foi importada), foi comprada no dia 15 de março deste ano, em um estabelecimento que comercializa veículos importados novos e usados, sendo que o referido veículo sempre esteve licenciado em Município do Estado de Goiás.

A segunda (de cor azul), veículo novo, ano de fabricação de 2018, ele importou diretamente do exterior, sendo que o desembaraço aduaneiro ocorreu em abril de 2018.

A terceira (de cor prata), também veículo novo, de fabricação nacional, foi adquirida diretamente de uma concessionária de veículos em Goiânia/GO, em junho de 2018.

A alíquota do IPVA a ser utilizada para cálculo do imposto devido neste exercício de 2018, relativamente à motocicleta de cor, é:

- A) vermelha, é 3,45%.
- B) Vermelha, é 3%.
- C) azul, é 3,45%.
- D) prata, é 3,75%.
- E) azul, é 3,75%.

**04. (FCC/SEFAZ SC/ADAPTADA-2018) Eusébio, neste exercício de 2018, adquiriu três motocicletas, todas elas com até 150 cc.**

A primeira delas (de cor vermelha), que era um veículo usado, fabricado em país estrangeiro no ano de 2015 (ano em que foi importada), foi comprada no dia 15 de março deste ano, em um estabelecimento que comercializa veículos importados novos e usados, sendo que o referido veículo sempre esteve licenciado em Município do Estado de Goiás.

A segunda (de cor azul), veículo novo, ano de fabricação de 2018, ele importou diretamente do exterior, sendo que o desembaraço aduaneiro ocorreu em abril de 2018.



A terceira (de cor prata), também veículo novo, de fabricação nacional, foi adquirida diretamente de uma concessionária de veículos em Goiânia/GO, em junho de 2018.

Relativamente às motocicletas acima mencionadas, o fato gerador do IPVA devido no exercício de 2018 ocorreu, em relação à motocicleta de cor

- A) Prata, em 1º de janeiro de 2018.
- B) Vermelha, em 15 de março de 2018.
- C) Vermelha, na data do desembaraço aduaneiro.
- D) Azul, na data do desembaraço aduaneiro.
- E) Prata, em 1º de julho de 2018.

**05. (FCC/SEFAZ SC/ADAPTADA-2018) De acordo com a Lei estadual nº 11.651/91, que instituiu o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) no Estado de Goiás, NÃO será exigido o IPVA sobre a propriedade de**

A) ambulância pertencente a clínicas e hospitais, limitado o benefício a um veículo por estabelecimento clínico ou hospitalar.

B) máquina agrícola, de terraplanagem, ainda que trafeguem em vias públicas para efeitos de deslocamento de local de atividade.

C) até dois veículos terrestres adaptados para serem dirigidos, exclusivamente, por motorista portador de deficiência física que o impeça de dirigir veículo normal, desde que pelo menos um deles tenha mais de dez anos de fabricação.

D) veículo terrestre, nacional ou estrangeiro, com 10 anos ou mais de fabricação.

E) até dois veículos terrestres equipados com motor de cilindrada não superior a 2.200 centímetros cúbicos, de propriedade de pessoa portadora de deficiência física, visual, mental severa ou profunda ou autista, ou de seu responsável legal, para uso do deficiente ou autista, ainda que conduzido por terceiro, desde que, pelo menos um dos veículos, tenha mais de dez anos de fabricação.

**06. (FCC/SEFAZ SC/ADAPTADA-2018) A empresa Silva & Selva Ltda. adquiriu, em 15 de março de 2018, um veículo utilitário novo, de fabricação nacional, para uso de seu estabelecimento comercial, situado no Município de Anápolis/GO.**

O valor inicialmente pedido pela empresa vendedora foi de R\$ 162.000,00, mas, depois de muito barganhar, a empresa Silva & Selva Ltda. conseguiu uma redução desse valor, de modo que



o documento fiscal de venda foi emitido, em 22 de março do corrente ano, no valor de R\$ 150.000,00, valor este que foi efetivamente pago ao estabelecimento vendedor do veículo.

O veículo foi retirado do estabelecimento comercial vendedor no dia 26 de março.

Relativamente a este veículo, o IPVA devido no exercício de 2018 é

A) R\$ 2.500,00.

B) R\$ 3.000,00.

C) R\$ 5.175,00.

D) R\$ 3.240,00.

E) R\$ 4.312,50.

**07. (FCC/SEF SC/ADAPTADA-2021)** Às Prefeituras Municipais pertencem 50% do produto da arrecadação do IPVA, conforme estabelece a Constituição Federal. Em razão disso, a Prefeitura de determinado Município Goiano, constatando uma queda sensível no montante da participação recebida, endereçou ofício à Secretaria de Estado da Fazenda de Goiás, pedindo que esta esclarecesse acerca das isenções concedidas a diversos tipos de veículos, notadamente às ambulâncias, aos tratores agrícolas, aos táxis e aos ônibus. O funcionário da mencionada Secretaria respondeu àquela Prefeitura que é isenta do IPVA a propriedade de

I. ônibus destinado ao serviço de transporte de passageiro de turismo e escolar, desde que credenciado junto a órgão competente para regulação, controle e fiscalização desse serviço.

II. tratores e de demais máquinas agrícolas, desde que utilizados exclusiva e diretamente na agricultura.

III. ambulâncias, mas apenas quando de propriedade de entidades sem fins lucrativos.

IV. veículo terrestre de aluguel (táxi), dotado ou não de taxímetro, desde que destinado ao transporte público de passageiros.

Com base na Lei 11.651/91 e disposições sobre o IPVA, está correto o que consta APENAS em

A) I e IV.

B) III e IV.

C) I, II e III.

D) II e III.

E) I, II e IV.



08. (FCC/SEFAZ SC/ADAPTADA-2018) José e Alberto, taxistas na cidade de Senador Canedo/GO e proprietários de veículos automotores fabricados em 2015, utilizam esses veículos, diariamente, em sua atividade profissional, os quais são beneficiados com a isenção na Lei 11.651/91, que concede isenção para a propriedade de veículo terrestre de aluguel – táxi, dotado ou não de taxímetro, destinado ao transporte público de passageiros.

José, porém, deixou de ser taxista em maio de 2018, passando a utilizar seu veículo apenas para passeio com a família.

Alberto, que continua sendo taxista, vendeu seu veículo para Marcos, em agosto de 2018, para comprar outro, para a mesma utilização, de fabricação mais recente.

Marcos não vai utilizar o veículo adquirido como táxi.

Com base na referida Lei Goiana,

A) José, ao deixar de utilizar seu veículo como táxi, nada deve ao Estado de Goiás, a título de IPVA, pois o benefício da isenção foi perdido após a data da ocorrência do fato gerador, que ocorreu em 1º de janeiro de 2018.

B) José, ao deixar de utilizar seu veículo como táxi, passou a ser devedor do IPVA referente ao exercício de 2018, desde o dia 1º de janeiro de 2018, porque a perda do benefício retroage à data da ocorrência do fato gerador.

C) Alberto, ao efetuar a venda do referido veículo a Marcos, perdeu o benefício da isenção referente àquele veículo, e passou a ser devedor do IPVA referente ao exercício de 2018, desde a data da ocorrência do fato gerador.

D) Marcos, ao adquirir o veículo vendido por Alberto, está obrigado ao pagamento do imposto devido relativamente aos meses faltantes do ano civil, calculado em duodécimos, incluindo-se o mês da transmissão da propriedade.

E) na venda do referido veículo a Marcos, nem Alberto nem Marcos devem IPVA ao Estado de Goiás, pois o benefício da isenção foi perdido após a data do fato gerador, que ocorreu em 1º de janeiro de 2018.

09. (FCC/SEFAZ SC/ADAPTADA-2018) A empresa Silva & Selva Ltda. adquiriu, em 15 de março de 2018, um veículo utilitário novo, de fabricação nacional, para uso de seu estabelecimento comercial, situado no Município de Anápolis/GO.

O valor inicialmente pedido pela empresa vendedora foi de R\$ 162.000,00, mas, depois de muito barganhar, a empresa Silva & Selva Ltda. conseguiu uma redução desse valor, de modo que



o documento fiscal de venda foi emitido, em 22 de março do corrente ano, no valor de R\$ 150.000,00, valor este que foi efetivamente pago ao estabelecimento vendedor do veículo.

O veículo foi retirado do estabelecimento comercial vendedor no dia 26 de março.

Caso a empresa Silva & Selva Ltda. venha a liquidar seu débito de IPVA fora do prazo regulamentar, ela deverá recolhê-lo com o acréscimo de multa, calculado no percentual de

- A) 20% do valor do imposto devido.
- B) 0,2% ao dia, até o limite de 20% do valor do imposto devido.
- C) 1% do valor da Base de Cálculo do imposto
- D) 0,3% ao dia, até o limite de 20% do valor do imposto devido
- E) 30% do valor do imposto devido.

**10. (FCC/PGE TO/ADAPTADA-2018) De acordo com o Código Tributário do Estado do Goiás, o fato gerador do IPVA ocorre**

- A) na data em que o consumidor final adquirir veículo novo ou usado de empresa revendedora de veículos.
- B) na data do desembaraço aduaneiro, em relação a veículo importado do exterior, diretamente por empresa revendedora de veículos, com a finalidade de comercialização.
- C) no primeiro dia útil de janeiro, em relação a veículo adquirido em exercício anterior.
- D) na data em que o veículo tiver sido inscrito no Cadastro de Veículos do Estado do Tocantins, em relação a veículo transferido de outra unidade federada, sendo o imposto devido pro rata die.
- E) na data da incorporação do veículo ao ativo permanente do importador.

**11. (FCC/SEFAZ AP/ADAPTADA-2022) Sr. Infante, domiciliado em Goiânia/GO, coleciona veículos esportivos nacionais e estrangeiros, e os adquire tanto novos como usados. Em 2021, Sr. Infante realizou as seguintes aquisições:**

- I. em maio, adquiriu de estabelecimento revendedor (concessionária) localizado em Goiânia/GO, um veículo azul, de fabricação nacional, novo (zero km);
- II. em agosto, adquiriu por meio de uma trading, um veículo vermelho e importado;
- III. em outubro, adquiriu do Consulado da França, localizado em Goiânia/GO, veículo cinza de sua propriedade, de fabricação estrangeira, usado, que não era tributado pelo IPVA;



IV. em dezembro, importou e recebeu, na condição de consumidor final, veículo preto, novo, de fabricação estrangeira.

Com base no disposto na Lei 11.651/91, assinale a alternativa correta.

A) Não há IPVA a pagar ao Estado do Goiás, relativamente à aquisição do veículo cinza, referente ao ano de 2021, pois o veículo era isento naquele ano.

B) Não há IPVA a pagar ao Estado do Goiás, na aquisição do veículo preto, relativamente ao exercício de 2021.

C) O fato gerador do IPVA ocorreu no momento do desembaraço aduaneiro, relativamente aos veículos vermelho e preto.

D) Há IPVA a pagar ao Estado do Goiás, pelo estabelecimento revendedor, relativamente ao veículo azul, por ter sido esse estabelecimento o primeiro adquirente do veículo novo a ser revendido.

E) Há IPVA a ser pago pela empresa importadora de veículos ao Estado do Goiás, relativamente ao veículo vermelho, mas sem a proporcionalização da base de cálculo do imposto em 1/12 por mês.

**12. (FCC/SEFAZ AP/ADAPTADA-2022) José, residente e domiciliado em Anápolis/GO, adquiriu de seu primo Marcos, residente e domiciliado em Belém/PA, o automóvel de passeio que esse primo utilizou por pouco mais de dois anos.**

A referida aquisição foi feita em março de 2022, mas a transferência do veículo para o Estado de Goiás só foi feita em junho desse mesmo ano. A documentação relativa ao veículo comprova que o imposto referente ao exercício de 2022 já havia sido integralmente pago ao Estado do Pará.

De acordo com a Lei 11.651/91, relativamente ao exercício de 2022, José, na qualidade de novo proprietário do veículo,

A) deve o IPVA ao Estado de Goiás, calculado proporcionalmente ao número de meses transcorridos entre o mês de aquisição do veículo e o mês de dezembro do mesmo exercício.

B) deve o IPVA ao Estado de Goiás, calculado proporcionalmente ao número de meses transcorridos entre o mês de transferência do veículo para o Goiás e o mês de dezembro do mesmo exercício.

C) deve apenas a diferença de IPVA ao Estado de Goiás, calculada entre o valor do imposto comprovadamente recolhido ao Estado do Pará e o imposto total devido ao Estado de Goiás, caso o valor devido a este Estado seja superior ao valor pago ao Estado de proveniência do veículo.

D) não deve IPVA ao Estado de Goiás.



E) deve o IPVA integralmente ao Estado de Goiás, ressalvada a possibilidade de pleitear a restituição do imposto efetivamente pago ao Estado do Pará.

**13. (FCC/SEFAZ BA/ADAPTADA-2019)** Em 1º de março de 2019, Silvana, domiciliada e residente em Formosa/GO, adquiriu, de concessionária Goiana, veículo de passeio novo, zero Km, movido a gasolina, tendo pagado o valor total de R\$ 120.000,00, conforme constou da Nota Fiscal de aquisição. O referido valor decompõe-se nas seguintes rubricas: R\$ 105.000,00 referentes ao valor venal do referido veículo novo, R\$ 12.000,00 referentes a equipamentos opcionais e acessórios que ela mandou instalar no veículo e R\$ 3.000,00 referentes a frete e seguro.

Considerando-se que o fato gerador do IPVA, nesse caso, ocorreu em 1º de março de 2019, e considerando o disposto na Lei estadual nº 11.651/91, o valor do imposto a ser pago, em razão dessa aquisição (desconsiderando isenção), é

- A) R\$ 2.187,50.
- B) R\$ 3.000,00.
- C) R\$ 2.625,00.
- D) R\$ 2.437,50.
- E) R\$ 3.750,00.

**14. (FCC/SEFAZ BA/ADAPTADA-2019)** A Lei estadual nº 11.651/91, dispõe sobre o IPVA. De acordo com essa Lei,

A) em se tratando de veículo de procedência estrangeira, novo ou usado, importado do exterior, considera-se ocorrido o fato gerador na data do desembarço aduaneiro, desde que importado por consumidor final.

B) são isentas do pagamento do imposto as máquinas agrícolas e de terraplanagem, desde que circulem em vias públicas.

C) contribuinte do imposto é o proprietário, o usufrutuário ou o possuidor do veículo a qualquer título.

D) são isentos do pagamento do imposto os veículos utilizados como ambulância e no combate a incêndio, desde que não haja cobrança pelo serviço.

E) o imposto é vinculado à pessoa do proprietário, sendo exigível novo pagamento do imposto a esse Estado, nos casos de transferência.



15. (FCC/SEFAZ BA/ADAPTADA-2019) De acordo com a Lei estadual nº 11.651/91, que dispõe sobre o IPVA, são responsáveis, solidariamente, pelo pagamento do Imposto

I. o proprietário de veículo automotor que o alienar e não fornecer os dados necessários à alteração no Cadastro de Contribuintes do IPVA no prazo de trinta dias, em relação aos fatos geradores ocorridos entre o momento da alienação e o do conhecimento desta pela autoridade responsável.

II. o leiloeiro, em relação ao veículo adquirido ou arrematado em leilão e entregue sem comprovação do pagamento do IPVA e acréscimos legais pendentes sobre o mesmo, correspondente ao exercício ou exercícios anteriores.

III. o titular do domínio e/ou o possuidor a qualquer título.

IV. o funcionário que autorizar ou efetuar o registro e licenciamento, inscrição ou matrícula de veículo de qualquer espécie, sem a prova de pagamento ou do reconhecimento de isenção, não incidência ou imunidade do imposto.

Está correto o que se afirma em

- A) I, apenas.
- B) IV, apenas.
- C) I, II e IV, apenas.
- D) I, II, III e IV.
- E) II, III e IV, apenas.

16. (FCC/SEFAZ AP/ADAPTADA-2022) Em 2021, a Prefeitura Municipal de Goiânia/GO, desejando evitar despesas com a aquisição de veículos automotores, optou por alugar, de empresa locadora sediada em Senador Canedo/GO, veículos de carga necessários ao desempenho de tarefas administrativas.

Essa Prefeitura decidiu, ainda, comprar uma ambulância que prestará serviços de remoção de doentes, os quais serão gratuitos para aqueles que não puderem pagar por ele. Por fim, uma empresa particular sediada no mesmo Município fez a aquisição de um trator, que vai servir de tração para o “bondinho” que vai levar turistas para conhecer as belezas da cidade.

Com base nessas informações, no que dispõe a Lei 11.651/91, e considerando que todos os veículos se encontram registrados e licenciados no Goiás, há IPVA a ser pago a esse Estado, relativamente:

- A) aos veículos de carga e ao trator, apenas.
- B) aos veículos de carga, à ambulância e ao trator.



- C) à ambulância e ao trator, apenas.
- D) aos veículos de carga e à ambulância, apenas.
- E) ao trator, apenas.

**17. (FCC/SEFAZ MA/ADAPTADA-2016)** A empresa Infante Goiano Ltda., com estabelecimento matriz na cidade de Goianésia/GO, importa e revende veículos automotores. Neste ano de 2025, ela importou da Alemanha, na qualidade de consumidora final, 01 (uma) caminhonete nova, para transportar peças entre os estabelecimentos da empresa, e importou também mais 09 (nove) veículos de passeio novos para revenda.

Um mês depois de os nove veículos de passeio estarem estacionados no pátio da referida empresa, aguardando compradores, seus diretores decidiram incorporar um deles ao ativo imobilizado da empresa, com a finalidade de ser utilizado pela sua diretoria. Os demais foram vendidos novos.

De acordo com a Lei estadual nº 11.651/91, o fato gerador do IPVA devido ao Estado de Goiás considera-se ocorrido, para efeito de primeira tributação,

A) relativamente aos veículos de passeio novos, nas datas de suas saídas a consumidores finais e, relativamente à caminhonete usada e ao veículo de passeio usado pelos diretores, nas datas das respectivas vendas, que foram realizadas a adquirentes domiciliados fora do Estado do Maranhão.

B) no dia 1º de janeiro do ano em que tiver ocorrido a importação da caminhonete e do veículo de passeio usado pelos diretores.

C) relativamente à caminhonete usada, na data de sua saída em decorrência de venda feita a consumidor final, domiciliado no Estado do Maranhão.

D) na data do desembarço aduaneiro, relativamente aos oito veículos que foram destinados à revenda.

E) no momento da incorporação do veículo de passeio ao ativo imobilizado da empresa importadora, para uso da diretoria.

**18. (FCC/SEFAZ MA/ADAPTADA-2016)** São isentos do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA devido ao Estado de Goiás, de acordo com a Lei estadual nº 11.651/91, os veículos

- A) e máquinas, agrícolas ou de terraplenagem.
- B) de uso terrestre, com mais de 10 anos de fabricação.



C) movidos a álcool e à força motriz elétrica.

D) do tipo ambulância, desde que não haja cobrança pelo serviço.

E) de Corpo Diplomático acreditado junto ao Governo Brasileiro, desde que o país estrangeiro, cumulativamente, faça parte da Organização das Nações Unidas e adote tratamento recíproco com os veículos do Brasil.

**19. (FCC/SEFAZ PE/ADAPTADA-2022) Considerando o ano de 2025 e o disposto na Lei 11.651/91, é isenta do IPVA no Estado de Goiás a propriedade de**

A) automóvel de passeio, rodoviário, utilizado para transporte urbano, suburbano ou interurbano de até oito pessoas, nas categorias táxi ou aplicativo (transporte contratado por meio de aplicativos), limitado a um veículo por pessoa.

B) veículo de combate a incêndio e veículo destinado exclusivamente ao socorro e transporte de ferido ou doente.

C) veículo automotor terrestre, com potência inferior a cem cilindradas.

D) veículo de transporte de carga, pertencente a pescador profissional, desde que utilizado em atividade relacionada a pesca, comprovada pela fiscalização tributária por meio de análise de notas fiscais de venda dos produtos da pesca e limitada a um veículo por pessoa.

E) veículo terrestre furtado, roubado ou extorquido, nos dezoito meses posteriores ao evento.

**20. (FCC/SEFAZ PE/ADAPTADA-2022) É responsável, solidariamente, pelo pagamento do IPVA e pelos acréscimos devidos ao Estado de Goiás, conforme estabelece a Lei 11.651/91, entre outros,**

A) o servidor que autorizar ou efetuar o registro, licenciamento ou transferência do veículo.

B) o proprietário que alienar ou transferir o veículo, em relação aos débitos posteriores ao registro do evento.

C) o proprietário do veículo, em relação aos débitos incorridos desde o momento da compra até o momento da venda.

D) o credor fiduciário, com o fiduciante, em alienação fiduciária.

E) a pessoa que tomar em locação veículo para uso neste Estado, em relação aos fatos geradores ocorridos nos exercícios anteriores.



21. (CESPE/SEFAZ RS/ADAPTADA-2018) João, que possui deficiência mental leve, é proprietário de um trator agrícola fabricado há quinze anos e de uma caminhonete fabricada há vinte e cinco anos.

Ele requer ao fisco estadual a isenção do IPVA com base na Lei estadual nº 11.651/91. Nesse caso, o fisco deverá declarar a isenção do pagamento do IPVA relativo

- A) apenas ao trator, por causa de sua natureza.
- B) ao trator, em decorrência de sua natureza, e à caminhonete, pelo tempo de fabricação.
- C) ao trator e à caminhonete, em consequência da deficiência mental do contribuinte.
- D) apenas a um dos veículos, à escolha do contribuinte, em razão de sua deficiência mental.
- E) ao trator e à caminhonete, dado o tempo de fabricação desses veículos.

22. (CESPE/SEFAZ RS/ADAPTADA-2018) A Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás verificou inadimplência no pagamento de IPVA referente a veículo automotor terrestre com alienação fiduciária em sua garantia.

Nessa situação, nos termos da Lei estadual n.º 11.651/91, compete o pagamento do IPVA ao

- A) credor fiduciário, sendo o devedor fiduciante responsável subsidiário.
- B) credor fiduciário, sendo o devedor fiduciante responsável solidário.
- C) possuidor indireto do veículo, tendo o possuidor direto responsabilidade solidária.
- D) fiduciante, tendo responsabilidade solidária o credor fiduciário.
- E) devedor fiduciante, tendo responsabilidade subsidiária quem tiver interesse comum na situação que constitua o fato gerador.

23. (FGV/SEFIN RO/ADAPTADA-2018) Com base na lei 11.651/91, em relação ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), a propriedade dos veículos aéreos de uso exclusivo na agricultura é

- A) imune.
- B) tributada.
- C) isenta.
- D) remida.



E) não-incidente.

**24. (FGV/SEFAZ AM/ADAPTADA-2022) O governo federal resolve criar uma universidade federal em Goiás, e o faz, tornando-a uma autarquia.**

**Em relação ao IPVA, de acordo com a Lei 11.651/91, assinale a opção que indica a situação tributária dos veículos utilizados nas atividades essenciais desta universidade.**

- A) Pagam normalmente o IPVA.
- B) Têm isenção de IPVA.
- C) Se os veículos tiverem mais de 5 anos, estarão isentos.
- D) Pagam, mas com um desconto de 50% (cinquenta por cento).
- E) Não há incidência de IPVA.

**25. (FGV/SEFAZ BA/ADAPTADA-2022) O produto da arrecadação do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, incluídos os acréscimos correspondentes, será destinado:**

- A) 50% (cinquenta por cento) para o Estado e 50% (cinquenta por cento) para o Município onde o veículo estiver licenciado, inscrito ou matriculado.
- B) 55% (cinquenta e cinco por cento) para o Estado e 45% (quarenta e cinco por cento) para o Município onde o veículo estiver licenciado, inscrito ou matriculado.
- C) 60% (sessenta por cento) para o Estado e 40% (quarenta por cento) para o Município onde o veículo estiver licenciado, inscrito ou matriculado.
- D) 65% (sessenta e cinco por cento) para o Estado e 35% (trinta e cinco por cento) para o Município onde o veículo estiver licenciado, inscrito ou matriculado.
- E) 40% (quarenta por cento) para o Estado e 60% (sessenta por cento) para o Município onde o veículo estiver licenciado, inscrito ou matriculado.

**26. (FGV/SEFAZ AM/ADAPTADA-2022) Assinale a alternativa correta em relação à isenção de IPVA para ambulâncias de um hospital.**

- A) O hospital tem direito à isenção do IPVA para todos os seus veículos, devido aos serviços prestados à comunidade.



B) As ambulâncias destinadas exclusivamente ao socorro e transporte de ferido ou doente têm isenção de IPVA.

C) A isenção do IPVA se aplica a todos os veículos de um hospital, independentemente de sua finalidade.

D) O hospital pode alegar prejuízo financeiro como justificativa para isenção do IPVA de seus veículos, indecentemente do seu uso.

E) A isenção de IPVA só é válida para ambulâncias adquiridas com verbas públicas.

**27. (FGV/SEFAZ MT/ADAPTADA-2023) Antônio Loureiro resolve investir parte de seu patrimônio na compra de 4 (quatro) táxis e obteve o licenciamento de todos.**

**Sobre a possibilidade de Antônio Loureiro ter isenção de IPVA, assinale a afirmativa correta.**

A) Terá isenção apenas em relação a dois táxis.

B) Terá isenção em relação aos 4 táxis.

C) Não terá isenção, pois claramente cobrará diárias de pelo menos três táxis.

D) Não terá isenção, pois táxi não tem isenção de IPVA.

E) Terá isenção apenas em relação a um dos veículos licenciados.

**28. (FGV/SEF MG/ADAPTADA-2023) Rafael Gomes teve um veículo histórico e de coleção com 22 anos de uso, furtado em abril de 2022, mas ele conseguiu a recuperação e a devolução do carro em julho de 2022.**

**Em relação ao caso, assinale a opção que indica corretamente se haverá algum tipo de isenção do IPVA.**

A) Sim, pois o veículo possui mais de 15 anos de uso.

B) Não, por veículos históricos e de coleção estarem obrigados ao recolhimento do IPVA.

C) Não, pois o veículo foi recuperado em menos de 6 meses.

D) Sim, por ser veículo histórico e de coleção já está isento, a partir de 20 anos de fabricação.

E) Sim, apenas do período entre a data do furto e a devolução ao proprietário.

**29. (FGV/SEF MG/ADAPTADA-2023) Antônio Palmeira comprou um carro usado na Itália no dia 04/04/2022. O desembaraço aduaneiro foi feito em 09/08/2022.**



Assinale a opção que indica o momento em que ocorreu o fato gerador do IPVA e se o IPVA será devido de forma integral ou proporcional ao número de meses restantes do ano.

A) O fato gerador ocorreu no desembaraço aduaneiro e o IPVA será devido de forma proporcional ao número de meses restantes do ano.

B) O fato gerador ocorreu na data da compra e o IPVA será devido de forma proporcional ao número de meses restantes do ano.

C) O fato gerador ocorreu na data da compra e o IPVA será devido de forma integral.

D) O fato gerador ocorreu em 1/1/2022 e o IPVA será devido de forma integral.

E) O fato gerador ocorreu no desembaraço aduaneiro e o IPVA será devido de forma integral.

**30. (CESPE/SEFAZ SE/ADAPTADA-2023) No estado de Goiás, o fato gerador do imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA) ocorre**

A) na data da primeira aquisição pelo consumidor, no caso de veículo automotor novo.

B) no dia 1.º de janeiro de cada ano, quando se tratar de aquisição de veículo automotor novo.

C) na data em que estiver autorizada sua utilização, no caso de veículo não fabricado em série.

D) no dia 1.º de janeiro de cada ano, no caso de veículo importado diretamente do exterior pelo consumidor.

E) na data da arrematação, em se tratando de veículo automotor usado adquirido em leilão.

**31. (CESPE/SEFAZ AC /ADAPTADA-2024) A respeito do imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA), considerando a Lei 11.651/91, julgue os itens seguintes.**

I. A base de cálculo para fins de cobrança do IPVA é o valor venal do veículo, sendo tal valor, no caso de veículo novo, o lançado no documento fiscal de aquisição do veículo, incluídos os valores dos opcionais e acessórios.

II. O pagamento do IPVA ficará sujeito à homologação pela autoridade administrativa competente.

III. O adquirente de veículo automotor usado que possua débitos de exercícios anteriores em relação ao IPVA somente responderá pelo imposto relativo ao exercício em que efetuou a compra do veículo.

Assinale a opção correta.



- A) Apenas o item I está certo.
- B) Apenas o item III está certo.
- C) Apenas os itens I e II estão certos.
- D) Apenas os itens II e III estão certos.
- E) Todos os itens estão certos.

**32. (CESPE/SEFAZ AC /ADAPTADA-2024) A respeito do imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA), assinale a opção correta, considerando a Lei estadual n.º 11.651/91.**

- A) A arrecadação do IPVA é de competência do Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN).
- B) Não incide IPVA sobre a propriedade de veículo automotor novo destinado a revenda que componha o estoque do estabelecimento comercial registrado para essa finalidade.
- C) Para fins de cobrança do IPVA, o veículo automotor corresponde exclusivamente ao veículo automotor terrestre.
- D) O não recolhimento do IPVA autoriza a retenção ou o recolhimento do veículo.
- E) O IPVA incide sobre a propriedade de máquinas de emprego agrícola no âmbito do estado de Goiás.

**33. (FGV - 2023 - Auditor Fiscal da Receita Estadual (SEF MG)/Auditoria e Fiscalização) Antônio Palmeira comprou um carro usado na Itália no dia 04/04/2022.**

**O desembaraço aduaneiro foi feito em 09/08/2022. Assinale a opção que indica o momento em que ocorreu o fato gerador do IPVA e se o IPVA será devido integralmente.**

- A) O fato gerador ocorreu no desembaraço aduaneiro e o IPVA será devido de forma proporcional ao número de meses faltantes para o término do ano civil, incluindo-se o mês da ocorrência do evento.
- B) O fato gerador ocorreu na data da compra e o IPVA será devido de forma proporcional ao número de dias restantes do ano.
- C) O fato gerador ocorreu na data da compra e o IPVA será devido de forma integral.
- D) O fato gerador ocorreu em 1/1/2022 e o IPVA será devido de forma integral.
- E) O fato gerador ocorreu no desembaraço aduaneiro e o IPVA será devido de forma integral.



**34. (UEPA - 2013 - Fiscal de Receitas Estaduais ADAPTADA - SEFA PA) Em relação à base de cálculo do IPVA, na conformidade da Lei Estadual n. 6.017/96, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa CORRETA.**

I. Desde que não seja inferior ao valor de mercado, o somatório dos valores constantes de documento fiscal relativo à aquisição de parte e peça e a serviço prestado, quando se tratar de veículo montado pelo próprio consumidor ou por conta e ordem deste.

II. O valor constante do documento fiscal relativo à operação, acrescido do valor de opcionais e acessórios e das despesas de frete e seguro, quando se tratar da primeira aquisição do veículo por consumidor final, junto ao fabricante, revendedor ou importador.

III. É um dos elementos para determinação da base de cálculo o estado de conservação do veículo individualmente considerado

IV. o valor médio de mercado divulgado em tabela elaborada por órgão próprio indicado em regulamento, quando se tratar de veículo adquirido em exercício anterior.

A alternativa que contém todas as afirmativas corretas é :

A) I e II

B) I e III

C) I, II e IV

D) I e IV

E) I, II e III

**35. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) Sobre o fato gerador do IPVA, de acordo com a Lei nº 11.651/91, assinale a alternativa correta.**

A) O fato gerador ocorre exclusivamente na compra de um veículo novo.

B) O IPVA incide apenas sobre os veículos automotores terrestres e aéreos.

C) A ocorrência do fato gerador inclui o dia 1º de janeiro de cada ano para veículos adquiridos em anos anteriores.

D) O fato gerador não ocorre em veículos importados diretamente pelo consumidor.

E) A data da ocorrência do fato gerador é a mesma para todos os veículos, independentemente de sua condição.



**36. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) De acordo com a base de cálculo do IPVA descrita na Lei nº 11.651/91, é correto afirmar que:**

- A) A base de cálculo é sempre o valor de mercado médio atualizado do veículo.
- B) A base de cálculo inclui todas as despesas de importação, mesmo se não forem pagas pelo importador.
- C) Veículos de fabricação própria têm uma base de cálculo inferior ao valor de mercado.
- D) O valor do IPVA é ajustado conforme o estado de conservação do veículo.
- E) A base de cálculo para veículos importados considera apenas o valor do veículo no país de origem.

**37. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) Em relação às alíquotas do IPVA no Estado de Goiás, assinale a alternativa correta conforme a Lei nº 11.651/91.**

- A) A alíquota do IPVA é a mesma para todos os tipos de veículos.
- B) Veículos de transporte coletivo de passageiros possuem uma alíquota de 3,75%.
- C) Motocicletas possuem alíquotas de 3,75%
- D) Automóveis de passeio com potência até 100cv possuem alíquota de 3%.
- E) A alíquota para veículos utilitários é de 1,25%.

**38. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) Com relação às isenções do IPVA conforme a Lei nº 11.651/91, assinale a alternativa correta.**

- A) Veículos de uso agrícola, como tratores, são isentos de IPVA.
- B) Veículos de combate a incêndio não possuem isenção do IPVA.
- C) Apenas veículos com 20 anos ou mais de uso são isentos de IPVA.
- D) Pessoas com deficiência podem ter isenção de IPVA para mais de um veículo.
- E) A isenção para mototáxis é ilimitada em número de veículos.

**39. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) Com base na Lei nº 11.651/91, sobre a sujeição passiva por substituição tributária do IPVA, assinale a alternativa correta.**

- A) Apenas o proprietário original do veículo é sujeito passivo por substituição tributária.



- B) O arrendatário é sujeito passivo por substituição tributária no caso de arrendamento mercantil.
- C) O proprietário do veículo, quando este é adquirido em leilão, é sempre o substituto tributário.
- D) A responsabilidade por substituição tributária aplica-se exclusivamente a veículos de carga.
- E) A legislação não define situações de substituição tributária para o IPVA.

**40. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) Sobre as penalidades aplicáveis ao IPVA, conforme a Lei nº 11.651/91, assinale a alternativa correta.**

- A) A multa é sempre de 100% do valor do imposto devido, independentemente da infração.
- B) O sujeito passivo que utiliza um documento falso para reduzir o valor do IPVA recebe uma multa de 20%.
- C) Caso o sujeito passivo deixe de matricular o veículo no prazo, a multa é de 25% do valor do imposto.
- D) A multa por falta de pagamento dentro do prazo regulamentar é de 50%.
- E) Não existe multa para atraso no pagamento do IPVA, apenas juros.

**41. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) De acordo com a Lei nº 11.651/91, sobre a redução da base de cálculo do IPVA para empresas locadoras de veículos, assinale a alternativa correta.**

- A) A base de cálculo é reduzida em 50% para veículos destinados à locação.
- B) A redução aplica-se a empresas cujo faturamento com locação represente ao menos 30% de sua receita bruta.
- C) A base de cálculo é reduzida para que o percentual de IPVA aplicável seja equivalente a 1%.
- D) Essa redução é aplicável apenas a veículos utilitários.
- E) A base de cálculo é reduzida automaticamente para qualquer empresa de transporte.

**42. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) De acordo com a Lei nº 11.651/91, sobre a repartição da receita do IPVA, assinale a alternativa correta.**

- A) O município recebe 25% do valor do IPVA arrecadado.



- B) A receita do IPVA é inteiramente destinada ao estado onde o veículo está registrado.
- C) O estado repassa uma parte do IPVA ao município apenas no caso de veículos de transporte público.
- D) Os municípios não recebem participação direta na receita do IPVA.
- E) Os municípios recebem 50% do valor arrecadado do IPVA sobre veículos registrados em seu território.

**43. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) Em relação à não-incidência do IPVA conforme a Lei Estadual nº 11.651/91, assinale a alternativa correta.**

- A) O IPVA incide sobre veículos pertencentes a fundações públicas, desde que estejam em uso administrativo.
- B) Veículos de partidos políticos não têm direito à não-incidência do IPVA.
- C) Veículos de uso educacional de entidades privadas são beneficiados pela não-incidência do IPVA.
- D) A não-incidência aplica-se a veículos registrados em nome de entidades sindicais de trabalhadores.
- E) A não-incidência é aplicável a veículos de embaixadas, mas não a consulados estrangeiros.

**44. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) Sobre as regras de isenção do IPVA, conforme a Lei nº 11.651/91, assinale a alternativa correta.**

- A) Todo veículo com mais de 10 anos de uso é automaticamente isento de IPVA.
- B) A isenção do IPVA para pessoas com deficiência é válida para dois veículos em nome do mesmo beneficiário.
- C) As embarcações utilizadas para pesca profissional por pessoa natural são isentas de IPVA, com limite de uma embarcação por proprietário.
- D) Veículos de empresas de transporte escolar são isentos de IPVA, sem necessidade de credenciamento.
- E) A isenção para veículos de socorro médico depende exclusivamente do tipo de veículo.

**45. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) De acordo com a Lei nº 11.651/91, sobre a responsabilidade pessoal pelo pagamento do IPVA, assinale a alternativa correta.**



- A) O vendedor do veículo permanece responsável pelo pagamento do IPVA após a venda.
- B) O comprador é responsável pelo pagamento de IPVA apenas no ano seguinte à aquisição do veículo.
- C) A responsabilidade pelo pagamento do IPVA recai sobre o comprador em relação a fatos geradores anteriores à compra.
- D) Em casos de alienação fiduciária, a responsabilidade é exclusiva do credor fiduciário.
- E) O arrendatário nunca é responsável pelo pagamento do IPVA em contrato de leasing.

**46. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) De acordo com a Lei nº 11.651/91, sobre o pagamento do IPVA, assinale a alternativa correta.**

- A) O pagamento do IPVA pode ser realizado em até 12 parcelas mensais.
- B) Não há desconto para o pagamento antecipado do IPVA.
- C) O pagamento do IPVA deve ser realizado exclusivamente em parcela única.
- D) O pagamento do IPVA vencido pode ser parcelado em até 6 vezes.
- E) O regulamento do IPVA não permite o parcelamento do imposto em nenhuma situação.

**47. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) Com relação às penalidades aplicáveis ao IPVA, conforme a Lei nº 11.651/91, assinale a alternativa correta.**

- A) A multa para quem utiliza documentos adulterados para isenção é de 10% do valor do imposto.
- B) A falta de pagamento do IPVA no prazo regulamentar resulta em uma multa de 20% do valor do imposto devido.
- C) O uso de documentos falsos no registro de veículo gera uma multa de 50% do imposto devido.
- D) Infrações relativas ao IPVA sempre resultam em multa de 25% do imposto devido.
- E) A utilização de documento falso para comprovar regularidade tributária não gera multa.

**48. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) Com base na Lei nº 11.651/91, sobre o contribuinte do IPVA, assinale a alternativa correta.**

- A) O contribuinte do IPVA é sempre o fabricante do veículo.



- B) O arrendatário em contrato de leasing não pode ser sujeito passivo do IPVA.
- C) O contribuinte do IPVA é o Estado onde o veículo está registrado.
- D) O proprietário do veículo automotor é o contribuinte do IPVA.
- E) O IPVA é cobrado apenas de concessionárias de veículos.

**49. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) De acordo com a Lei nº 11.651/91, assinale a alternativa correta sobre as alíquotas do IPVA aplicáveis no Estado de Goiás:**

- A) O IPVA possui uma alíquota fixa de 3% para todos os tipos de veículos automotores, incluindo terrestres, aquáticos e aéreos.
- B) A alíquota de 3,75% aplica-se exclusivamente a automóveis de passeio com potência até 100cv.
- C) Veículos aquáticos utilizados no transporte coletivo de passageiros e carga têm alíquota reduzida de 1,25%.
- D) Motocicletas e automóveis de passeio com potência acima de 100cv estão sujeitos à mesma alíquota de 3,45%.
- E) Automóveis de passeio com potência até 100cv estão sujeitos a uma alíquota de 1% para incentivar o uso de veículos de menor potência.

**50. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) Sobre as isenções do IPVA previstas Na Lei nº 11.651/91, assinale a alternativa correta:**

- A) A isenção se aplica a uma única embarcação de pesca profissional de pequeno porte por pescador natural.
- B) Todos os veículos de propriedade de pessoas com deficiência são isentos de IPVA, sem restrição de valor.
- C) Veículos com mais de 10 anos de uso são automaticamente isentos de IPVA.
- D) O IPVA é isento para qualquer veículo de uso agrícola, independentemente de sua finalidade específica.
- E) Veículos alugados (táxis) são isentos de IPVA independentemente de seu uso e da quantidade em posse do proprietário.



**51. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) De acordo com a Lei nº 11.651/91, que define as isenções do IPVA, assinale a alternativa correta:**

- A) Veículos adquiridos por pessoas em tratamento de câncer na rede pública são isentos, desde que o valor do veículo seja de até R\$ 90.000,00.
- B) Todas as entidades religiosas possuem isenção automática de IPVA para veículos registrados em seu nome.
- C) Somente veículos de uso agrícola de propriedade de pessoas jurídicas têm direito à isenção de IPVA.
- D) Veículos de propriedade de escolas privadas são isentos de IPVA para facilitar o transporte escolar.
- E) Em Goiás há previsão de isenção para motos de até 150 cc com 6 (seis) anos ou mais de uso.

**52. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) De acordo com o Art. 90 da Lei nº 11.651/91, assinale a alternativa correta sobre a incidência do IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores) no Estado de Goiás.**

- A) O IPVA incide exclusivamente sobre veículos terrestres, como automóveis, motos e caminhões, estando isentos os veículos aquáticos e aéreos.
- B) O IPVA incide sobre a propriedade de veículos automotores de qualquer espécie, mesmo que o proprietário resida fora do Brasil.
- C) O IPVA é um imposto cujo pagamento é de responsabilidade do proprietário, estabelecendo um vínculo do imposto com ele.
- D) O IPVA não incide sobre veículos que estejam em nome de proprietários domiciliados no exterior.
- E) O IPVA incide apenas sobre os veículos automotores terrestres e aéreos.

**53. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) Considerando as disposições do Art. 91 da Lei nº 11.651/91 sobre o fato gerador do IPVA, assinale a alternativa correta:**

- A) O fato gerador do IPVA ocorre na data de aquisição do veículo pelo revendedor, antes de sua venda ao consumidor final.
- B) O fato gerador do IPVA ocorre no momento em que o consumidor final adquire o veículo novo pela primeira vez.



C) A incorporação de um veículo ao ativo permanente do consumidor final gera o fato gerador do IPVA.

D) O fato gerador do IPVA ocorre apenas no dia 1º de janeiro de cada ano, independentemente de outras situações.

E) Veículos adquiridos no exterior não têm fato gerador do IPVA até que sejam revendidos no Brasil.

**54. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) Sobre as situações que caracterizam o fato gerador do IPVA, assinale a alternativa incorreta:**

A) Quando ocorre a perda de isenção ou não-incidência, ocorre o fato gerador do IPVA a partir da data em que o benefício é perdido.

B) A incorporação de um veículo ao ativo permanente do fabricante, do revendedor ou do importador configura o fato gerador do IPVA.

C) O desembaraço aduaneiro de um veículo importado diretamente pelo consumidor final configura o fato gerador do IPVA.

D) O fato gerador do IPVA ocorre apenas no dia 1º de janeiro de cada ano, para todos os veículos registrados no Estado de Goiás.

E) A primeira aquisição de um veículo novo pelo consumidor final configura o fato gerador do IPVA.

**55. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) De acordo com o Art. 92 da Lei nº 11.651/91, assinale a alternativa que indica corretamente a base de cálculo do IPVA em relação a um veículo montado pelo próprio consumidor, utilizando partes e peças adquiridas individualmente:**

A) O valor total das partes e peças adquiridas, considerando o estado de conservação do veículo.

B) O valor médio de mercado do modelo mais similar disponível no mercado, sem considerar as partes e peças adquiridas.

C) O somatório dos valores constantes dos documentos fiscais relativos às partes e peças adquiridas, que não poderá ser inferior ao valor médio de mercado do veículo.

D) O valor de aquisição das partes e peças, com desconto referente ao estado de conservação do veículo.

E) O valor das partes e peças, acrescido do custo de montagem estimado pela autoridade administrativa, independentemente do valor médio de mercado.



56. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) De acordo com o Art. 93 da Lei nº 11.651/91, qual é a alíquota do IPVA para um ônibus utilizado no transporte coletivo de passageiros?

- A) 3,75%
- B) 1,25%
- C) 3%
- D) 3,45%
- E) 5%

57. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) Qual alíquota do IPVA aplica-se a um automóvel de passeio com potência de 90cv, de acordo com o Art. 93 da Lei nº 11.651/91?

- A) 1,25%
- B) 3%
- C) 3,45%
- D) 3,75%
- E) 5%

58. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) De acordo com o Art. 94 da Lei nº 11.651/91, qual das seguintes alternativas descreve corretamente uma condição para que um veículo destinado ao uso de pessoa com deficiência seja isento do IPVA?

- A) O veículo deve ter potência máxima de 1.0 (1000cc).
- B) O veículo deve ser exclusivamente utilizado para fins de transporte coletivo.
- C) O valor do veículo deve estar dentro do limite estabelecido para a isenção integral do ICMS, limitado a um veículo por beneficiário.
- D) A pessoa com deficiência deve conduzir o veículo obrigatoriamente.
- E) O veículo deve ser de fabricação estrangeira e possuir até 1500cc de potência.

59. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) A isenção do IPVA aplica-se a uma embarcação utilizada por um pescador profissional. Qual das condições abaixo é necessária para que a isenção seja válida?

- A) A embarcação deve ter capacidade de carga de até 5 toneladas.



- B) A isenção é limitada a uma embarcação por pescador profissional.
- C) A embarcação deve ser destinada ao transporte coletivo.
- D) A isenção aplica-se apenas se o pescador utilizar a embarcação para turismo.
- E) A embarcação deve ser registrada em nome de uma empresa de pesca.

**60. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) Qual das alternativas abaixo está correta quanto às condições para isenção do IPVA para veículos de aluguel (mototáxi) no Estado de Goiás?**

- A) A isenção é limitada a 10.000 mototáxis no Estado, distribuídos igualmente entre os municípios.
- B) Não há limite de veículos para mototáxi isentos de IPVA no Estado.
- C) O mototaxista deve estar cadastrado no município onde atua e comprovar o pagamento da contribuição sindical anual.
- D) A isenção é válida para qualquer número de veículos de propriedade do mototaxista.
- E) A isenção aplica-se apenas a veículos de aluguel com potência superior a 150cc.

**61. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) De acordo com o Art. 94-A da Lei nº 11.651/91, qual das alternativas abaixo descreve corretamente um requisito para que um automóvel de passeio com potência até 1000cc possa ter sua base de cálculo do IPVA reduzida em até 50%?**

- A) O proprietário deve ter contribuído para a Previdência Social no ano anterior.
- B) O automóvel deve ter sido registrado em outra unidade da Federação.
- C) O proprietário não pode ter cometido infrações de trânsito nos últimos 12 meses.
- D) O automóvel deve ter potência mínima de 1200cc.
- E) O benefício é concedido automaticamente para todos os veículos de passeio.

**62. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) Para uma empresa de locação de veículos no Estado de Goiás se beneficiar da redução da base de cálculo do IPVA para uma alíquota equivalente a 1%, ela deve cumprir qual das condições a seguir?**

- A) Ter todos os seus veículos registrados fora do Estado de Goiás.
- B) Ter no mínimo 50% de sua receita bruta proveniente da atividade de locação de veículos.
- C) Possuir apenas veículos com potência inferior a 1000cc.



- D) Estar dispensada do licenciamento anual dos veículos.
- E) Ser proprietária de no mínimo 100 veículos de locação.

**63. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) Qual dos seguintes veículos não é elegível para a redução da base de cálculo do IPVA em até 50%, de acordo com o Art. 94-A?**

- A) Um automóvel de passeio com potência de 950cc, cujo proprietário possui infrações de trânsito no último ano.
- B) Um automóvel de passeio com potência de 1000cc e licenciamento regular.
- C) Uma motocicleta de 125cc, sem infrações de trânsito registradas nos últimos 12 meses.
- D) Um triciclo de 120cc, cujo proprietário manteve o licenciamento em dia.
- E) Um automóvel de passeio com potência de 900cc, sem infrações de trânsito no último ano.

**64. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) De acordo com a Lei nº 11.651/91, quem é considerado contribuinte do IPVA?**

- A) O fiduciante em um contrato de alienação fiduciária.
- B) O arrendatário em um contrato de leasing.
- C) O proprietário do veículo automotor.
- D) A autoridade administrativa que realiza o registro do veículo.
- E) A pessoa que utiliza o veículo sem ser proprietária.

**65. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) No caso de alienação fiduciária, quem é considerado o sujeito passivo por substituição tributária responsável pelo pagamento do IPVA?**

- A) O banco ou instituição financeira, que é o proprietário legal do veículo.
- B) O fiduciante, que mantém a posse e o uso do veículo.
- C) O arrendatário, que utiliza o veículo através de um contrato de leasing.
- D) A autoridade administrativa responsável pelo registro do veículo.
- E) O adquirente do veículo após a quitação do financiamento.



**66. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) Qual das seguintes pessoas ou entidades é solidariamente responsável pelo pagamento do IPVA, conforme o Art. 99?**

- A) Apenas o proprietário do veículo.
- B) A empresa locadora de veículos que concede o veículo em leasing, juntamente com o arrendatário.
- C) O adquirente de um veículo, que assume o IPVA de períodos anteriores.
- D) O credor fiduciário que concedeu o financiamento, mas não o fiduciante.
- E) O servidor que efetua o registro do veículo, desde que o IPVA esteja quitado.

**67. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) De acordo com o Art. 100 da Lei nº 11.651/91, qual das alternativas está correta em relação às opções de pagamento do IPVA?**

- A) O IPVA pode ser parcelado em até 12 vezes mensais, iguais e sucessivas.
- B) O pagamento antecipado, em parcela única, concede um desconto obrigatório de 10%.
- C) Em caso de atraso, o IPVA pode ser parcelado em até 10 parcelas.
- D) O IPVA vincendo pode ser parcelado em até 10 vezes, enquanto o IPVA vencido pode ser parcelado em até 6 vezes.
- E) O parcelamento do IPVA, vencido ou vincendo, só pode ser realizado com autorização judicial.

**68. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) Conforme o Art. 101 da Lei nº 11.651/91, quando o IPVA é calculado proporcionalmente ao número de meses decorridos no ano, incluindo o mês do evento?**

- A) Quando ocorre a primeira aquisição de um veículo novo pelo consumidor final.
- B) Quando um veículo perde sua condição de isenção no meio do ano.
- C) Quando um veículo é inutilizado ou subtraído permanentemente.
- D) No momento em que um veículo é importado e ocorre o desembaraço aduaneiro.
- E) Quando um veículo é incorporado ao ativo permanente do fabricante ou revendedor.



**69. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) Segundo o Art. 106 da Lei nº 11.651/91, qual é a multa aplicada quando o contribuinte utiliza um documento falso para obter uma isenção do IPVA?**

- A) 20% do valor do imposto devido.
- B) 25% do valor do imposto devido.
- C) 50% do valor do imposto devido.
- D) 100% do valor do imposto devido.
- E) 10% do valor do imposto devido.

**70. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) Em relação às penalidades do IPVA, qual das situações a seguir acarreta uma multa de 25% sobre o valor do imposto devido?**

- A) O sujeito passivo atrasa o pagamento do IPVA além do prazo previsto no calendário de pagamento.
- B) O contribuinte utiliza um documento falso para comprovar regularidade tributária.
- C) O proprietário do veículo deixa de encaminhar o veículo para matrícula ou registro dentro do prazo regulamentar.
- D) O veículo é registrado com documentos falsos para reduzir o imposto devido.
- E) O pagamento do IPVA é feito em atraso, mas com desconto aplicado.

**71. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) Em março de 2025, a empresa TransGo adquiriu um ônibus novo, com valor de aquisição de R\$ 400.000,00, destinado ao transporte coletivo de passageiros. Sabendo que se trata da primeira aquisição do veículo por consumidor final, qual será o valor do IPVA devido em 2025?**

- A) R\$ 1.250,00
- B) R\$ 3.750,00
- C) R\$ 3.333,33
- D) R\$ 4.166,67
- E) R\$ 5.000,00



72. Em julho de 2025, Paula adquiriu uma motocicleta 0km com 100cv, avaliada em R\$ 18.000,00. Sabendo que se trata de sua primeira aquisição e que a moto está sujeita à alíquota de 3%, qual será o valor do IPVA devido no ano da compra?

- A) R\$ 450,00
- B) R\$ 540,00
- C) R\$ 270,00
- D) R\$ 600,00
- E) R\$ 675,00

73. Em abril de 2025, uma empresa adquiriu uma picape utilitária nova de uma concessionária em Anápolis, avaliada em R\$ 150.000,00, para uso comercial. Sabendo que o veículo se enquadra como utilitário (alíquota de 3,45%), qual será o valor do IPVA devido no exercício de 2025?

- A) R\$ 3.937,50
- B) R\$ 4.312,50
- C) R\$ 4.725,00
- D) R\$ 5.175,00
- E) NDA

74. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) De acordo com a Lei nº 11.651/91, assinale a alternativa correta sobre a incidência do IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores) no Estado de Goiás.

A) O IPVA incide exclusivamente sobre veículos terrestres, como automóveis, motos e caminhões, estando isentos os veículos aquáticos e aéreos.

B) O IPVA incide sobre a propriedade de veículos automotores de qualquer espécie, mesmo que o proprietário resida fora do Brasil.

C) O IPVA é um imposto cujo pagamento é de responsabilidade do proprietário, estabelecendo um vínculo do imposto com ele.

D) O IPVA não incide sobre veículos que estejam em nome de proprietários domiciliados no exterior.

E) O IPVA incide apenas sobre os veículos automotores terrestres e aéreos.



**75. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) Considerando as disposições da Lei nº 11.651/91 sobre o fato gerador do IPVA, assinale a alternativa correta:**

- A) O fato gerador do IPVA ocorre na data de aquisição do veículo pelo revendedor, antes de sua venda ao consumidor final.
- B) O fato gerador do IPVA ocorre no momento em que o consumidor final adquire o veículo novo pela primeira vez.
- C) A incorporação de um veículo ao ativo permanente do consumidor final gera o fato gerador do IPVA.
- D) O fato gerador do IPVA ocorre apenas no dia 1º de janeiro de cada ano, independentemente de outras situações.
- E) Veículos adquiridos no exterior não têm fato gerador do IPVA até que sejam revendidos no Brasil.

**76. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) De acordo com a Lei nº 11.651/91, assinale a alternativa que indica corretamente a base de cálculo do IPVA em relação a um veículo montado pelo próprio consumidor, utilizando partes e peças adquiridas individualmente:**

- A) O valor total das partes e peças adquiridas, considerando o estado de conservação do veículo.
- B) O valor médio de mercado do modelo mais similar disponível no mercado, sem considerar as partes e peças adquiridas.
- C) O somatório dos valores constantes dos documentos fiscais relativos às partes e peças adquiridas, que não poderá ser inferior ao valor médio de mercado do veículo.
- D) O valor de aquisição das partes e peças, com desconto referente ao estado de conservação do veículo.
- E) O valor das partes e peças, acrescido do custo de montagem estimado pela autoridade administrativa, independentemente do valor médio de mercado.

**77. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) De acordo com a Lei nº 11.651/91, qual é a base de cálculo do IPVA na primeira aquisição de um veículo novo por consumidor final?**

- A) O valor de mercado do veículo divulgado em tabela oficial.
- B) O valor constante da nota fiscal de aquisição.



- C) O valor constante da nota fiscal de aquisição, acrescido do valor de opcionais, acessórios e demais despesas relativas à operação.
- D) O valor do veículo sugerido pelo fabricante.
- E) O valor constante da nota fiscal de aquisição, deduzindo-se os tributos incidentes.

**78. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) De acordo com a Lei nº 11.651/91, como se determina a base de cálculo do IPVA de um veículo adquirido em exercício anterior?**

- A) Pelo valor médio de mercado divulgado em tabela elaborada por órgão próprio indicado em regulamento.
- B) Pelo valor do custo de aquisição ou fabricação.
- C) Pelo valor constante do documento fiscal de aquisição.
- D) Pelo valor venal do veículo apurado pelo município.
- E) Pelo valor segurado do veículo.

**79. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) Um contribuinte no Estado de Goiás adquiriu diversas partes e peças e contratou serviços para montar um veículo por conta própria. Os valores são:**

- Partes e peças: R\$ 30.000
- Serviços de montagem: R\$ 10.000

**Sabendo que o valor médio de mercado para um veículo similar é de R\$ 50.000, qual será a base de cálculo do IPVA para esse veículo?**

- A) R\$ 40.000
- B) R\$ 50.000
- C) R\$ 30.000
- D) R\$ 10.000
- E) R\$ 60.000

**80. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) De acordo com a Lei nº 11.651/91, qual é a alíquota do IPVA para um ônibus utilizado no transporte coletivo de passageiros?**

- A) 3,75%



- B) 1,25%
- C) 3%
- D) 3,45%
- E) 5%

**81. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) De acordo com a Lei Estadual nº 11.651/1991, assinale a alternativa que apresenta corretamente a alíquota do IPVA no Estado de Goiás:**

- A) 1,25% para veículos utilitários e motocicletas.
- B) 3,75% para veículos de carga e de transporte coletivo de passageiros.
- C) 3% para veículos de passeio com potência superior a 100cv.
- D) 3,45% para veículos utilitários.
- E) 3,75% para motocicletas, ciclomotores e quadriciclos.

**82. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) De acordo com a Lei nº 11.651/91, qual das seguintes alternativas descreve corretamente uma condição para que um veículo destinado ao uso de pessoa com deficiência seja isento do IPVA?**

- A) O veículo deve ter potência máxima de 1.0 (1000cc).
- B) O veículo deve ser exclusivamente utilizado para fins de transporte coletivo.
- C) O valor do veículo deve estar dentro do limite estabelecido para a isenção integral do ICMS, limitado a um veículo por beneficiário.
- D) A pessoa com deficiência deve conduzir o veículo obrigatoriamente.
- E) O veículo deve ser de fabricação estrangeira e possuir até 1500cc de potência.

**83. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) A Associação Vida Sobre Rodas, entidade filantrópica sem fins lucrativos, presta atendimento médico gratuito em rodovias goianas por meio de ambulâncias próprias, que opera com doações e convênios. Durante fiscalização da Secretaria da Economia do Estado de Goiás, um dos fiscais questionou a não incidência do IPVA sobre os referidos veículos, alegando que apenas entes públicos, como Municípios e o Estado, estariam dispensados do imposto por serem imunes.**

Com base na legislação vigente, é correto afirmar que:



A) As ambulâncias da associação são imunes ao IPVA, por prestarem serviço de interesse público.

B) A associação está sujeita ao IPVA, pois apenas o poder público tem direito à não incidência tributária sobre ambulâncias.

C) As ambulâncias da associação são isentas do IPVA, desde que destinadas exclusivamente ao transporte de feridos ou doentes.

D) A associação, por não ser ente federativo, deve recolher o IPVA normalmente, ainda que os veículos sejam utilizados como ambulâncias.

E) A ausência de finalidade lucrativa da associação não afasta a incidência do IPVA, salvo se ela for conveniada com o SUS.

**84. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) Em março de 2025, Yugui, motociclista no interior de Goiás, procurou a Secretaria da Economia buscando aisenção do IPVA referente à sua motocicleta Honda CG 150, ano de fabricação 2019, cilindrada 150cc, utilizada exclusivamente para o trabalho. Ele alegou que o veículo já possuía 6 anos de uso e que, conforme a nova lei publicada recentemente, teria direito à isenção.**

Com base na legislação vigente do Estado de Goiás, assinale a alternativa correta:

A) Yugui tem razão, pois a motocicleta atende os requisitos do art. 94, XV e, portanto, está isenta do IPVA desde 2025.

B) Yugui está equivocado, pois a isenção para veículos com 6 anos de uso só se aplica a veículos com até 125cc.

C) Yugui está equivocado, pois, embora o veículo atenda aos requisitos do art. 94, XV, a isenção só tem efeito a partir do exercício de 2026.

D) Yugui faz jus à isenção, mas apenas se comprovar que utiliza o veículo exclusivamente para atividade profissional.

E) A motocicleta de Yugui será isenta somente quando atingir 15 anos de uso, conforme regra geral do art. 94, X.

**85. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) Jorge possui três veículos registrados em seu nome, todos licenciados no Estado de Goiás:**

- **Veículo A:** Carro de passeio fabricado em 2009, 1.6 de cilindrada.
- **Veículo B:** Motocicleta Honda CG 150, fabricada em 2020, com 150cc.
- **Veículo C:** Motocicleta Yamaha 160, fabricada em 2004, com 160cc.



Em março de 2025, Jorge consulta a tabela de IPVA e acredita que apenas o veículo A estaria isento, já que as motocicletas não se enquadrariam nos critérios de isenção. Com base na legislação estadual vigente, assinale a alternativa correta:

- A) Apenas o Veículo A está isento do IPVA em 2025
- B) Os Veículos A e C estão isentos do IPVA em 2025, ainda que a motocicleta C tenha mais de 150cc, por força do tempo de uso.
- C) Apenas o Veículo C está isento, por ter mais de 20 anos de fabricação, sendo irrelevante a cilindrada.
- D) Nenhum dos veículos está isento em 2025, pois a regra do inciso XV ainda não está em vigor.
- E) Somente o Veículo B estará isento, pois tem 150cc e completará 6 anos em 2025.

**86. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) De acordo com a Lei nº 11.651/91, qual das alternativas abaixo descreve corretamente um requisito para que um automóvel de passeio com potência até 1000cc possa ter sua base de cálculo do IPVA reduzida em até 50%?**

- A) O proprietário deve ter contribuído para a Previdência Social no ano anterior.
- B) O automóvel deve ter sido registrado em outra unidade da Federação.
- C) O proprietário não pode ter cometido infrações de trânsito nos últimos 12 meses.
- D) O automóvel deve ter potência mínima de 1200cc.
- E) O benefício é concedido automaticamente para todos os veículos de passeio.

**87. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) A empresa Goiás Locações Eireli possui sede no Estado de Goiás e atua no ramo de serviços diversos, incluindo transporte, comércio e locação de veículos. No ano de 2025, sua receita bruta foi composta por 45% de atividades de locação de veículos, 30% de transporte de cargas e 25% de comércio de autopeças. Todos os seus veículos estavam registrados e licenciados regularmente no Estado de Goiás até a data de vencimento do IPVA.**

**Com base na legislação vigente, é correto afirmar que:**

- A) A empresa tem direito à isenção integral do IPVA sobre os veículos utilizados para locação, desde que estejam licenciados regularmente.
- B) A empresa tem direito à redução da base de cálculo do IPVA, pois os veículos estão registrados e licenciados em Goiás.



C) A empresa não faz jus à redução da base de cálculo, pois a atividade de locação não representa pelo menos 50% da receita bruta.

D) A empresa poderá usufruir do benefício de redução se comprovar que utiliza ao menos 50% da frota para locação, independentemente da receita.

E) O benefício da redução da base de cálculo se aplica a qualquer veículo de empresa que exerça, ainda que secundariamente, a atividade de locação.

**88. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) Qual dos seguintes veículos não é elegível para a redução da base de cálculo do IPVA em até 50%, de acordo com a legislação goiana?**

A) Um automóvel de passeio com potência de 950cc, cujo proprietário possui infrações de trânsito no último ano.

B) Um automóvel de passeio com potência de 1000cc e licenciamento regular.

C) Uma motocicleta de 125cc, sem infrações de trânsito registradas nos últimos 12 meses.

D) Um triciclo de 120cc, cujo proprietário manteve o licenciamento em dia.

E) Um automóvel de passeio com potência de 900cc, sem infrações de trânsito no último ano.

**89. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) Analise os veículos abaixo e assinale a alternativa correta quanto à aplicação do IPVA no Estado de Goiás:**

I. Ambulância pertencente a clube esportivo privado, utilizada exclusivamente para transporte de atletas acidentados.

II. Veículo de passeio pertencente a locadora registrada em Goiás, com atividade principal de locação ( $\geq 50\%$  da receita bruta), licenciado regularmente, avaliado em R\$ 80.000.

III. Veículo de transporte pertencente ao Município de Anápolis, registrado no DETRAN-GO.

IV. Motocicleta de 150cc com 7 anos de uso pertencente a pessoa física, com licenciamento em dia, no ano de 2025.

V. Veículo de representação pertencente à embaixada de país estrangeiro, regularmente credenciada junto ao Governo Brasileiro.

A) Apenas os veículos I, III e IV estão isentos do IPVA, nos termos do art. 94.

B) Os veículos II e V estão sujeitos à redução da base de cálculo do IPVA.

C) Os veículos I e II estão isentos, e os veículos III e V são imunes.



D) Os veículos II têm redução da base de cálculo; os veículos III e V estão acobertados por não incidência; e o veículo I está isento.

E) Apenas os veículos IV e V têm direito à não incidência do IPVA, por expressa previsão legal.

**90. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) Um contribuinte possui um automóvel de passeio adquirido em 2024 com potência de 100cv e valor de mercado de R\$ 60.000,00. Qual será o valor do IPVA devido no Estado de Goiás, em 2025?**

- A) R\$ 750,00
- B) R\$ 2.070,00
- C) R\$ 1.800,00
- D) R\$ 2.250,00
- E) R\$ 2.100,00



**Gabarito**

|       |       |       |
|-------|-------|-------|
| 1. E  | 31. A | 61. C |
| 2. C  | 32. B | 62. B |
| 3. B  | 33. A | 63. A |
| 4. D  | 34. C | 64. C |
| 5. B  | 35. C | 65. B |
| 6. E  | 36. B | 66. B |
| 7. A  | 37. D | 67. D |
| 8. D  | 38. A | 68. C |
| 9. A  | 39. B | 69. D |
| 10. E | 40. C | 70. C |
| 11. C | 41. C | 71. D |
| 12. D | 42. E | 72. C |
| 13. E | 43. D | 73. E |
| 14. A | 44. C | 74. B |
| 15. B | 45. C | 75. B |
| 16. A | 46. D | 76. C |
| 17. E | 47. B | 77. C |
| 18. A | 48. D | 78. A |
| 19. B | 49. C | 79. B |
| 20. D | 50. A | 80. B |
| 21. A | 51. E | 81. D |
| 22. D | 52. B | 82. C |
| 23. C | 53. B | 83. C |
| 24. E | 54. D | 84. C |
| 25. A | 55. C | 85. B |
| 26. B | 56. B | 86. C |
| 27. E | 57. B | 87. C |
| 28. A | 58. C | 88. A |
| 29. A | 59. B | 89. D |
| 30. A | 60. C | 90. C |



## Consolidação das questões comentadas na Aula

**01. (SEFAZ GO-2018) Em relação às regras sobre a tributação do IPVA no Estado de Goiás (Lei nº 11.651/2011):**

A) Contribuinte do IPVA é o proprietário do veículo automotor ou seu possuidor a qualquer título.

B) O IPVA incide na data da aquisição do veículo usado, desde que o alienante seja domiciliado neste Estado e o veículo esteja licenciado neste Estado.

C) É sujeito passivo por substituição tributária do IPVA é o credor fiduciário, no caso de alienação fiduciária em garantia e o arrendador, no caso de arrendamento mercantil.

D) É pessoalmente responsável pelo pagamento do IPVA o adquirente ou o remetente do veículo, em relação ao fato gerador posterior ao tempo de sua aquisição.

E) O IPVA não incide sobre a propriedade de veículo pertencente à embaixada e consulado estrangeiros credenciados junto ao Governo brasileiro.

### Comentários

Alternativa A: **incorreta**. O Artigo 96 da Lei 11.651/1991 define como contribuinte do IPVA **apenas o proprietário** do veículo automotor aéreo, aquático ou terrestre. A menção a "possuidor a qualquer título" não consta na legislação.

Alternativa B: **incorreta**. O Artigo 91 da Lei 11.651/1991 define os momentos de ocorrência do fato gerador do IPVA. Para veículos usados adquiridos em exercício anterior, o fato gerador ocorre no **dia 1º de janeiro de cada ano**.

Alternativa C: **incorreta**. O Artigo 97 da Lei 11.651/1991 define como sujeito passivo por substituição tributária o **fiduciante** (e não o credor fiduciário) no caso de alienação fiduciária em garantia e o **arrendatário** (e não o arrendador) no caso de arrendamento mercantil.

Alternativa D: **incorreta**. O Artigo 98 da Lei 11.651/1991 define que o adquirente ou o remetente do veículo são pessoalmente responsáveis pelo pagamento do IPVA em relação a fato gerador **anterior** (e não posterior) ao tempo de sua aquisição.



Alternativa E: **correta**. O inciso II do Artigo 95 da Lei 11.651/1991 é caso de não incidência do IPVA sobre a propriedade de veículos pertencentes a embaixadas e consulados estrangeiros credenciados junto ao Governo brasileiro.

**Gabarito: E**

---

**02. (FCC - 2018 - Auditor Fiscal da Receita Estadual - SEFAZ GO) De acordo com o Código Tributário do Estado de Goiás, instituído pela Lei estadual nº 11.651/1991, é isenta do IPVA a propriedade de veículo adquirido por pessoas em tratamento de câncer.**

**Relativamente a esta isenção, assinale a alternativa correta.**

A) Ela abrange todos os acessórios instalados no veículo, ou que vierem a ser nele instalados, nos 30 dias posteriores à data de emissão do documento fiscal correspondente à sua aquisição, sejam eles equipamentos originais ou não do veículo adquirido, desde que seu valor total seja limitado ao montante de R\$ 10.000,00.

B) Ela se aplica a até dois veículos automotores por proprietário, desde que um deles seja de passageiros e o outro de carga.

C) A alienação do veículo adquirido, antes de 2 anos contados da data da sua aquisição, para pessoa que não satisfaça às condições e aos requisitos estabelecidos na legislação, acarretará o pagamento pelo alienante do tributo dispensado, atualizado na forma da legislação tributária.

D) Para que ela possa ser usufruída, é necessário que o beneficiário esteja em tratamento desta doença na rede pública de saúde municipal, estadual ou federal, ou, se na rede particular, desde que seja em hospitais mantidos por entidades religiosas, por entidades ligadas à indústria do tabaco, ou por fundações assistenciais de saúde.

E) Para que ela possa ser usufruída, é necessário que o automóvel seja terrestre, de passageiros ou de carga, novo, fabricado no Brasil ou em país do Mercosul, equipado com motor de cilindrada não superior a dois mil centímetros cúbicos e de valor não superior a R\$ 75.000,00.

### Comentários

**Alternativa A:** Incorreta. O §14 do Art. 94 da Lei 11.651/1991 define que a isenção não se aplica a quaisquer acessórios opcionais que não sejam equipamentos originais do veículo adquirido. A alternativa descreve uma isenção abrangente para acessórios, com limite de valor, o que não se aplica.

**Alternativa B:** Incorreta. O §13 do Art. 94 da Lei 11.651/1991 limita a isenção a apenas 1 (um) automóvel por proprietário, e não dois, como sugere a alternativa.



**Alternativa C:** Correta. O §15 do Art. 94 da Lei 11.651/1991 afirma que a venda do veículo adquirido com isenção, em um prazo inferior a 2 anos, para alguém que não atenda aos requisitos da lei, obriga o vendedor a pagar o imposto dispensado, atualizado.

**Alternativa D:** Incorreta. O inciso XIV do Art. 94 da Lei 11.651/1991 define que a isenção se aplica a pessoas em tratamento de câncer na rede pública de saúde (municipal, estadual ou federal). Não há menção à necessidade de tratamento em hospitais específicos da rede privada para a isenção.

**Alternativa E:** Incorreta. O §10 do Art. 94 da Lei 11.651/1991 determina que o veículo para a isenção deve ser um automóvel de passageiros, de fabricação nacional, com motor de até 2.000 cilindradas e valor máximo de R\$ 70.000,00. A alternativa define um valor limite diferente (R\$ 75.000,00), além de incluir a possibilidade de veículos de carga e fabricados no Mercosul, o que não está previsto na lei.

**Gabarito: C**

---

**03. (FCC/SEFAZ SC/ADAPTADA-2018) Eusébio, neste exercício de 2018, adquiriu três motocicletas, todas elas com até 150 cc.**

**A primeira delas (de cor vermelha), que era um veículo usado, fabricado em país estrangeiro no ano de 2015 (ano em que foi importada), foi comprada no dia 15 de março deste ano, em um estabelecimento que comercializa veículos importados novos e usados, sendo que o referido veículo sempre esteve licenciado em Município do Estado de Goiás.**

**A segunda (de cor azul), veículo novo, ano de fabricação de 2018, ele importou diretamente do exterior, sendo que o desembaraço aduaneiro ocorreu em abril de 2018.**

**A terceira (de cor prata), também veículo novo, de fabricação nacional, foi adquirida diretamente de uma concessionária de veículos em Goiânia/GO, em junho de 2018.**

**A alíquota do IPVA a ser utilizada para cálculo do imposto devido neste exercício de 2018, relativamente à motocicleta de cor, é:**

- A) vermelha, é 3,45%.
- B) Vermelha, é 3%.
- C) azul, é 3,45%.
- D) prata, é 3,75%.
- E) azul, é 3,75%.

**Comentários**

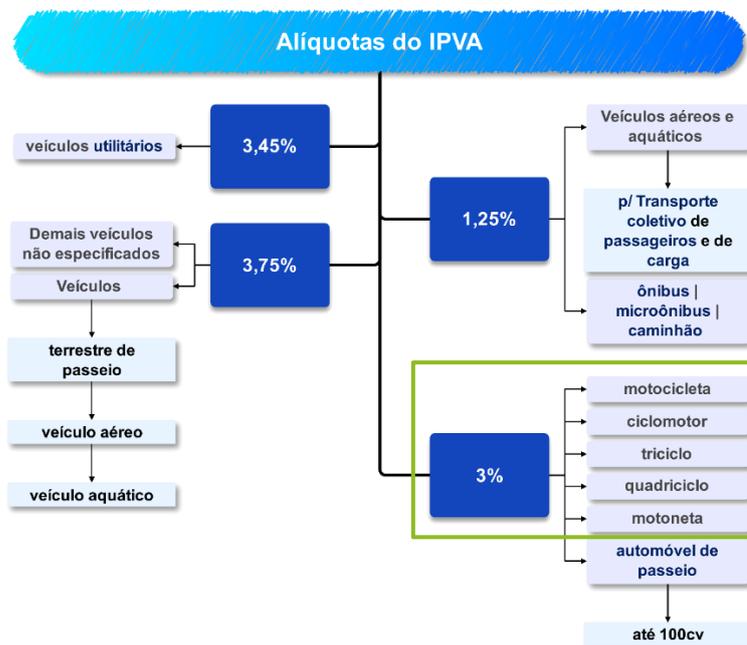




**FIQUE ATENTO**

A lei 22.287 de 24/03/2025 trouxe a isenção para motocicleta, ciclomotor, triciclo e motoneta até 150 cc com 6 (seis) anos ou mais de uso. Entretanto ela condicionou sua vigência a partir de 01/01/2026. Como estamos diante de uma questão prática, padrão FCC, essas motocicletas ainda não estão isentas.

A alíquota das motocicletas em Goiás é de 3%, independente de potência. A análise das 150cc servirá para fins de verificação de isenção a partir de 2026



**Gabarito: B**

04. (FCC/SEFAZ SC/ADAPTADA-2018) Eusébio, neste exercício de 2018, adquiriu três motocicletas, todas elas com até 150 cc.

A primeira delas (de cor vermelha), que era um veículo usado, fabricado em país estrangeiro no ano de 2015 (ano em que foi importada), foi comprada no dia 15 de março deste ano, em um estabelecimento que comercializa veículos importados novos e usados, sendo que o referido veículo sempre esteve licenciado em Município do Estado de Goiás.

A segunda (de cor azul), veículo novo, ano de fabricação de 2018, ele importou diretamente do exterior, sendo que o desembaraço aduaneiro ocorreu em abril de 2018.

A terceira (de cor prata), também veículo novo, de fabricação nacional, foi adquirida diretamente de uma concessionária de veículos em Goiânia/GO, em junho de 2018.



Relativamente às motocicletas acima mencionadas, o fato gerador do IPVA devido no exercício de 2018 ocorreu, em relação à motocicleta de cor

- A) Prata, em 1º de janeiro de 2018.
- B) Vermelha, em 15 de março de 2018.
- C) Vermelha, na data do desembarço aduaneiro.
- D) Azul, na data do desembarço aduaneiro.
- E) Prata, em 1º de julho de 2018.

### Comentários

#### A) Prata, em 1º de janeiro de 2018.

**Incorreta.** O inciso I do Art. 91 da Lei nº 11.651/1991 estabelece que o fato gerador ocorre na data da **primeira aquisição de veículo novo por consumidor final**, e não em 1º de janeiro, que se aplica apenas a veículos adquiridos em exercício anterior (inciso V).

#### B) Vermelha, em 15 de março de 2018.

**Incorreta.** A motocicleta vermelha, embora importada no passado (2015), é usada. Como se trata de **veículo usado adquirido em 2018**, aplica-se o inciso V do Art. 91: o fato gerador ocorre em **1º de janeiro de 2018**.

#### C) Vermelha, na data do desembarço aduaneiro.

**Incorreta.** Essa data (inciso II do Art. 91) só se aplica a **veículos importados diretamente pelo consumidor final**, o que **não é o caso** aqui – Eusébio adquiriu o veículo já importado, de um estabelecimento local.

#### D) Azul, na data do desembarço aduaneiro.

**Correta.** O fato gerador do IPVA para veículos importados do exterior por consumidor final ocorre na data do desembarço aduaneiro, conforme o inciso II do Art. 91 da Lei nº 11.651/91.E) Prata, em 1º de julho de 2018.

#### E) Prata, em 1º de julho de 2018.

**Incorreta.** A motocicleta prata, por ser nova e adquirida em 2018, tem seu fato gerador na data da aquisição, em junho de 2018, e não em 1º de julho de 2018.

**Gabarito: D**



05. (FCC/SEFAZ SC/ADAPTADA-2018) De acordo com a Lei estadual nº 11.651/91, que instituiu o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) no Estado de Goiás, **NÃO** será exigido o IPVA sobre a propriedade de

A) ambulância pertencente a clínicas e hospitais, limitado o benefício a um veículo por estabelecimento clínico ou hospitalar.

B) máquina agrícola, de terraplanagem, ainda que trafeguem em vias públicas para efeitos de deslocamento de local de atividade.

C) até dois veículos terrestres adaptados para serem dirigidos, exclusivamente, por motorista portador de deficiência física que o impeça de dirigir veículo normal, desde que pelo menos um deles tenha mais de dez anos de fabricação.

D) veículo terrestre, nacional ou estrangeiro, com 10 anos ou mais de fabricação.

E) até dois veículos terrestres equipados com motor de cilindrada não superior a 2.200 centímetros cúbicos, de propriedade de pessoa portadora de deficiência física, visual, mental severa ou profunda ou autista, ou de seu responsável legal, para uso do deficiente ou autista, ainda que conduzido por terceiro, desde que, pelo menos um dos veículos, tenha mais de dez anos de fabricação.

#### Comentários:

**Alternativa A:** Incorreta. A isenção para ambulâncias não possui limitação de um veículo por estabelecimento, e sim é destinada àquelas que são para o socorro e transporte de ferido ou doente, independente de qual instituição pertença.

**Alternativa B:** Correta. Máquinas agrícolas e de terraplanagem são isentas do IPVA, conforme o inciso I do Art. 94 da Lei nº 11.651/91, independentemente de sua utilização em vias públicas.

**Alternativa C:** Incorreta. A isenção para pessoas com deficiência física se aplica a apenas um veículo por beneficiário, não dois, e não há exigência de que um deles tenha mais de dez anos de fabricação.

**Alternativa D:** Incorreta. A isenção para veículos por tempo de uso é de **15 anos de uso**, não 10 anos de fabricação, conforme o inciso X do Art. 94 da Lei nº 11.651/91.

**Alternativa E:** Incorreta. A isenção para pessoas com deficiência se aplica a apenas um veículo por beneficiário, não dois, e não há exigência de que um deles tenha mais de dez anos de fabricação.

**Gabarito: B**



06. (FCC/SEFAZ SC/ADAPTADA-2018) A empresa Silva & Selva Ltda. adquiriu, em 15 de março de 2018, um veículo utilitário novo, de fabricação nacional, para uso de seu estabelecimento comercial, situado no Município de Anápolis/GO.

O valor inicialmente pedido pela empresa vendedora foi de R\$ 162.000,00, mas, depois de muito barganhar, a empresa Silva & Selva Ltda. conseguiu uma redução desse valor, de modo que o documento fiscal de venda foi emitido, em 22 de março do corrente ano, no valor de R\$ 150.000,00, valor este que foi efetivamente pago ao estabelecimento vendedor do veículo.

O veículo foi retirado do estabelecimento comercial vendedor no dia 26 de março.

Relativamente a este veículo, o IPVA devido no exercício de 2018 é

- A) R\$ 2.500,00.
- B) R\$ 3.000,00.
- C) R\$ 5.175,00.
- D) R\$ 3.240,00.
- E) R\$ 4.312,50.

**Comentários:**

**Análise passo a passo**

**1. Fato gerador – Art. 91, I**

Ocorre na data da **primeira aquisição do veículo novo por consumidor final**, ou seja, **março de 2018**.

**2. Base de cálculo – Art. 92, I**

O valor constante do **documento fiscal de aquisição**:

R\$ 150.000,00

**3. Alíquota – Art. 93, III**

Para **veículos utilitários**, a alíquota do IPVA é:

3,45%

**4. Cálculo do IPVA anual**

$IPVA\ total = R\$150.000,00 \times 3,45\% = R\$5.175,00$

**5. Proporcionalidade – Art. 101, I, “a”**



Como a aquisição ocorreu em **março**, o IPVA devido será proporcional a **10/12 avos** (março a dezembro, incluindo março).

$$\text{IPVA devido} = 10/12 \times \text{R\$}5.175,00 = \text{R\$}4.312,50$$

**Gabarito: E**

**07. (FCC/SEF SC/ADAPTADA-2021)** Às Prefeituras Municipais pertencem 50% do produto da arrecadação do IPVA, conforme estabelece a Constituição Federal. Em razão disso, a Prefeitura de determinado Município Goiano, constatando uma queda sensível no montante da participação recebida, endereçou ofício à Secretaria de Estado da Fazenda de Goiás, pedindo que esta esclarecesse acerca das isenções concedidas a diversos tipos de veículos, notadamente às ambulâncias, aos tratores agrícolas, aos táxis e aos ônibus. O funcionário da mencionada Secretaria respondeu àquela Prefeitura que é isenta do IPVA a propriedade de

I. ônibus destinado ao serviço de transporte de passageiro de turismo e escolar, desde que credenciado junto a órgão competente para regulação, controle e fiscalização desse serviço.

II. tratores e de demais máquinas agrícolas, desde que utilizados exclusiva e diretamente na agricultura.

III. ambulâncias, mas apenas quando de propriedade de entidades sem fins lucrativos.

IV. veículo terrestre de aluguel (táxi), dotado ou não de taxímetro, desde que destinado ao transporte público de passageiros.

Com base na Lei 11.651/91 e disposições sobre o IPVA, está correto o que consta APENAS em

- A) I e IV.
- B) III e IV.
- C) I, II e III.
- D) II e III.
- E) I, II e IV.

#### Comentários

I. ônibus destinado ao serviço de transporte de passageiro de turismo e escolar, desde que credenciado junto a órgão competente para regulação, controle e fiscalização desse serviço.



**Correta.** Conforme o inciso XI do Art. 94, a propriedade de ônibus ou microônibus destinado ao transporte de passageiros de turismo e escolar, desde que credenciado junto a órgão competente, é isenta do IPVA.

**II. tratores e demais máquinas agrícolas, desde que utilizados exclusiva e diretamente na agricultura.**

**Incorreta.** O inciso I do Art. 94 isenta a propriedade de máquina e trator agrícolas e de terraplenagem, sem impor exigência adicional quanto ao uso direto na obrigatório na agricultura. Veja que uma máquina de terraplanagem pode executar essa atividade numa construção civil e não perde sua isenção.

**III. ambulâncias, mas apenas quando de propriedade de entidades sem fins lucrativos.**

**Incorreta.** O inciso III do Art. 94 isenta veículos destinados exclusivamente ao socorro e transporte de ferido ou doente — ou seja, ambulâncias em geral, sem exigir que sejam de entidades sem fins lucrativos. Portanto, a assertiva restringe indevidamente o alcance da norma, sendo incorreta.

**IV. veículo terrestre de aluguel (táxi), dotado ou não de taxímetro, desde que destinado ao transporte público de passageiros.**

**Correta.** O inciso VI do Art. 94 prevê a isenção do IPVA para veículo de aluguel (táxi ou mototáxi), dotado ou não de taxímetro, limitada a 1 veículo por proprietário.

**Gabarito: A**

**08. (FCC/SEFAZ SC/ADAPTADA-2018) José e Alberto, taxistas na cidade de Senador Canedo/GO e proprietários de veículos automotores fabricados em 2015, utilizam esses veículos, diariamente, em sua atividade profissional, os quais são beneficiados com a isenção na Lei 11.651/91, que concede isenção para a propriedade de veículo terrestre de aluguel – táxi, dotado ou não de taxímetro, destinado ao transporte público de passageiros.**

**José, porém, deixou de ser taxista em maio de 2018, passando a utilizar seu veículo apenas para passeio com a família.**

**Alberto, que continua sendo taxista, vendeu seu veículo para Marcos, em agosto de 2018, para comprar outro, para a mesma utilização, de fabricação mais recente.**

**Marcos não vai utilizar o veículo adquirido como táxi.**

**Com base na referida Lei Goiana,**

**A) José, ao deixar de utilizar seu veículo como táxi, nada deve ao Estado de Goiás, a título de IPVA, pois o benefício da isenção foi perdido após a data da ocorrência do fato gerador, que ocorreu em 1º de janeiro de 2018.**



B) José, ao deixar de utilizar seu veículo como táxi, passou a ser devedor do IPVA referente ao exercício de 2018, desde o dia 1º de janeiro de 2018, porque a perda do benefício retroage à data da ocorrência do fato gerador.

C) Alberto, ao efetuar a venda do referido veículo a Marcos, perdeu o benefício da isenção referente àquele veículo, e passou a ser devedor do IPVA referente ao exercício de 2018, desde a data da ocorrência do fato gerador.

D) Marcos, ao adquirir o veículo vendido por Alberto, está obrigado ao pagamento do imposto devido relativamente aos meses faltantes do ano civil, calculado em duodécimos, incluindo-se o mês da transmissão da propriedade.

E) na venda do referido veículo a Marcos, nem Alberto nem Marcos devem IPVA ao Estado de Goiás, pois o benefício da isenção foi perdido após a data do fato gerador, que ocorreu em 1º de janeiro de 2018.

#### Comentários:

**Alternativa A:** Incorreta. Conforme o §1º do Art. 94, “cessado o motivo ou a condição que lhe deu causa, cessa a isenção”, e conforme o Art. 101, I, “a”, o imposto será devido **proporcionalmente aos meses restantes do ano** a partir da perda da isenção. José **deve pagar o IPVA proporcional** a partir de maio de 2018.

**Alternativa B:** Incorreta. A perda da isenção **não retroage**. A exigência do IPVA ocorre **proporcionalmente a partir da perda da condição de isenção** (maio), conforme o Art. 101, I, “a”. A lei não impõe retroatividade ao início do exercício.

**Alternativa C:** Incorreta. Até agosto de 2018, o veículo estava em uso como táxi, portanto **isentado**. A isenção **cessa com a perda da condição**, mas o pagamento do imposto **só será exigido proporcionalmente a partir da alienação**. Alberto não deve IPVA **desde 1º de janeiro**, apenas Marcos será responsável **pelo período restante** do ano (a partir da transferência).

**Alternativa D:** Correta. O Art. 101, I, “a”, estabelece que o IPVA será devido em duodécimos **proporcionais aos meses restantes do ano, incluindo o da perda da isenção** (agosto). Marcos, ao adquirir o veículo e não usá-lo como táxi, **não tem direito à isenção**, e passa a ser **responsável pelo IPVA proporcional ao restante de 2018**.

**Alternativa E:** Incorreta. A isenção **cessa com a perda da condição**, e o IPVA **passa a ser exigido proporcionalmente**. A alegação de que o fato gerador já teria ocorrido **não anula a regra de proporcionalidade** prevista na lei.

**Gabarito: D**



09. (FCC/SEFAZ SC/ADAPTADA-2018) A empresa Silva & Selva Ltda. adquiriu, em 15 de março de 2018, um veículo utilitário novo, de fabricação nacional, para uso de seu estabelecimento comercial, situado no Município de Anápolis/GO.

O valor inicialmente pedido pela empresa vendedora foi de R\$ 162.000,00, mas, depois de muito barganhar, a empresa Silva & Selva Ltda. conseguiu uma redução desse valor, de modo que o documento fiscal de venda foi emitido, em 22 de março do corrente ano, no valor de R\$ 150.000,00, valor este que foi efetivamente pago ao estabelecimento vendedor do veículo.

O veículo foi retirado do estabelecimento comercial vendedor no dia 26 de março.

Caso a empresa Silva & Selva Ltda. venha a liquidar seu débito de IPVA fora do prazo regulamentar, ela deverá recolhê-lo com o acréscimo de multa, calculado no percentual de

- A) 20% do valor do imposto devido.
- B) 0,2% ao dia, até o limite de 20% do valor do imposto devido.
- C) 1% do valor da Base de Cálculo do imposto
- D) 0,3% ao dia, até o limite de 20% do valor do imposto devido
- E) 30% do valor do imposto devido.

#### Comentários:

De acordo com o Art. 106, inciso I, da Lei nº 11.651/91, as infrações relacionadas com o IPVA são punidas com multa de 20% do valor do imposto devido, quando não for pago dentro do prazo previsto no calendário de pagamento do IPVA.

As alternativas B e D, que mencionam percentuais diários, não correspondem ao estabelecido na legislação estadual para o IPVA em Goiás.

As alternativas C e E apresentam percentuais que não estão previstos no artigo 106 da lei 11.651/91.

A alternativa correta é a que corresponde diretamente ao percentual fixo de multa para pagamento fora do prazo, conforme a legislação.

**Gabarito: A**

10. (FCC/PGE TO/ADAPTADA-2018) De acordo com o Código Tributário do Estado do Goiás, o fato gerador do IPVA ocorre

A) na data em que o consumidor final adquirir veículo novo ou usado de empresa revendedora de veículos.



B) na data do desembaraço aduaneiro, em relação a veículo importado do exterior, diretamente por empresa revendedora de veículos, com a finalidade de comercialização.

C) no primeiro dia útil de janeiro, em relação a veículo adquirido em exercício anterior.

D) na data em que o veículo tiver sido inscrito no Cadastro de Veículos do Estado do Tocantins, em relação a veículo transferido de outra unidade federada, sendo o imposto devido pro rata die.

E) na data da incorporação do veículo ao ativo permanente do importador.

#### Comentários:

A alternativa "A" está incorreta. O Art. 91, I trata da **primeira aquisição de veículo novo por consumidor final**, não menciona **aquisição de veículo usado**. Para veículos usados, o fato gerador ocorre em **1º de janeiro** do exercício, conforme inciso V do mesmo artigo, **caso tenham sido adquiridos anteriormente**. Esta alternativa mistura situações distintas, portanto está incorreta.

A alternativa "B" está incorreta pois, o Art. 91, II trata do desembaraço aduaneiro **por consumidor final**, não por empresa revendedora com fins de comercialização.

A alternativa "C" está incorreta. O fato gerador para veículos adquiridos em exercício anterior é no dia 1 de janeiro, e não no primeiro dia útil.

A alternativa "D" está incorreta, pois o IPVA é vinculado ao veículo, e não ao estado que se encontra o cadastro do veículo. Além disso, a Lei 11.651/91 não apresenta nenhum momento do fato gerador, referente a inscrição no cadastro de outro estado.

A alternativa "E" está correta, pois o inciso III do Artigo 91 da Lei 11.651/91, demonstra que o fato gerador ocorre na data de incorporação de veículo ao ativo permanente do importador.

**Gabarito: E**

**11. (FCC/SEFAZ AP/ADAPTADA-2022) Sr. Infante, domiciliado em Goiânia/GO, coleciona veículos esportivos nacionais e estrangeiros, e os adquire tanto novos como usados. Em 2021, Sr. Infante realizou as seguintes aquisições:**

**I. em maio, adquiriu de estabelecimento revendedor (concessionária) localizado em Goiânia/GO, um veículo azul, de fabricação nacional, novo (zero km);**

**II. em agosto, adquiriu por meio de uma trading, um veículo vermelho e importado;**

**III. em outubro, adquiriu do Consulado da França, localizado em Goiânia/GO, veículo cinza de sua propriedade, de fabricação estrangeira, usado, que não era tributado pelo IPVA;**



IV. em dezembro, importou e recebeu, na condição de consumidor final, veículo preto, novo, de fabricação estrangeira.

Com base no disposto na Lei 11.651/91, assinale a alternativa correta.

A) Não há IPVA a pagar ao Estado do Goiás, relativamente à aquisição do veículo cinza, referente ao ano de 2021, pois o veículo era isento naquele ano.

B) Não há IPVA a pagar ao Estado do Goiás, na aquisição do veículo preto, relativamente ao exercício de 2021.

C) O fato gerador do IPVA ocorreu no momento do desembaraço aduaneiro, relativamente aos veículos vermelho e preto.

D) Há IPVA a pagar ao Estado do Goiás, pelo estabelecimento revendedor, relativamente ao veículo azul, por ter sido esse estabelecimento o primeiro adquirente do veículo novo a ser revendido.

E) Há IPVA a ser pago pela empresa importadora de veículos ao Estado do Goiás, relativamente ao veículo vermelho, mas sem a proporcionalização da base de cálculo do imposto em 1/12 por mês.

## Comentários

### Análise das aquisições

#### I. Maio – veículo azul, novo, nacional, adquirido de concessionária em Goiânia

→ Aplica-se o **Art. 91, I**: Fato gerador ocorre na data da primeira aquisição do veículo novo por consumidor final.

→ O contribuinte é **Sr. Infante** (Art. 96), não a concessionária.

→ O IPVA é isento, por ser a primeira aquisição do veículo (veículo novo) por consumidor final. (Art. 94, § 5º).

#### II. Agosto – veículo vermelho, importado via trading

→ **Art. 91, II**: Fato gerador ocorre na data do desembaraço aduaneiro, quando o consumidor final importa diretamente ou via trading.

→ O IPVA é devido proporcionalmente ao restante do exercício (Art. 101, I, “a”).



III. Outubro – veículo cinza, usado, adquirido do Consulado da França (anteriormente não incidência, de acordo com a lei)

→ Consulado era não contribuinte, por não incidência (Art. 95, II).

→ Com a transferência para pessoa física, perde-se a não incidência, e o IPVA é devido a partir da data da aquisição, proporcional ao restante do ano (Art. 101, I, “a”).

IV. Dezembro – veículo preto, novo, importado diretamente por Sr. Infante

→ Fato gerador: desembaraço aduaneiro (Art. 91, II).

→ IPVA proporcional ao restante do ano (dezembro em diante), conforme Art. 101, I, “a”.

#### Análise das alternativas

A) Não há IPVA a pagar ao Estado do Goiás, relativamente à aquisição do veículo cinza, referente ao ano de 2021, pois o veículo era isento naquele ano.

✗ **Incorreta.** O veículo não era isento, mas não incidia IPVA enquanto estava sob propriedade do consulado (Art. 95, II).

A partir da aquisição por Sr. Infante, o imposto passa a incidir, proporcionalmente.

B) Não há IPVA a pagar ao Estado do Goiás, na aquisição do veículo preto, relativamente ao exercício de 2021.

✗ **Incorreta.** O veículo foi importado diretamente pelo consumidor final, o que gera fato gerador no desembaraço aduaneiro (Art. 91, II), e o IPVA é devido proporcionalmente a partir de dezembro.

C) O fato gerador do IPVA ocorreu no momento do desembaraço aduaneiro, relativamente aos veículos vermelho e preto.

✓ **Correta.** Ambos os veículos foram importados para consumo final (um via trading, outro diretamente), o que configura fato gerador no momento do desembaraço aduaneiro, conforme Art. 91, II.

D) Há IPVA a pagar ao Estado do Goiás, pelo estabelecimento revendedor, relativamente ao veículo azul, por ter sido esse estabelecimento o primeiro adquirente do veículo novo a ser revendido.

✗ **Incorreta.** O Art. 91, I indica que o IPVA incide na aquisição pelo consumidor final, não pelo revendedor. O estabelecimento não é contribuinte, salvo se incorporar o veículo ao ativo permanente (Art. 91, III).



E) Há IPVA a ser pago pela empresa importadora de veículos ao Estado do Goiás, relativamente ao veículo vermelho, mas sem a proporcionalização da base de cálculo do imposto em 1/12 por mês.

✘ **Incorreta.** O IPVA é devido pelo **consumidor final**, que importou via trading, e o valor deve ser **proporcional** aos meses restantes no ano (Art. 101, I, "a").

**Gabarito: C**

**12. (FCC/SEFAZ AP/ADAPTADA-2022)** José, residente e domiciliado em Anápolis/GO, adquiriu de seu primo Marcos, residente e domiciliado em Belém/PA, o automóvel de passeio que esse primo utilizou por pouco mais de dois anos.

A referida aquisição foi feita em março de 2022, mas a transferência do veículo para o Estado de Goiás só foi feita em junho desse mesmo ano. A documentação relativa ao veículo comprova que o imposto referente ao exercício de 2022 já havia sido integralmente pago ao Estado do Pará.

De acordo com a Lei 11.651/91, relativamente ao exercício de 2022, José, na qualidade de novo proprietário do veículo,

A) deve o IPVA ao Estado de Goiás, calculado proporcionalmente ao número de meses transcorridos entre o mês de aquisição do veículo e o mês de dezembro do mesmo exercício.

B) deve o IPVA ao Estado de Goiás, calculado proporcionalmente ao número de meses transcorridos entre o mês de transferência do veículo para o Goiás e o mês de dezembro do mesmo exercício.

C) deve apenas a diferença de IPVA ao Estado de Goiás, calculada entre o valor do imposto comprovadamente recolhido ao Estado do Pará e o imposto total devido ao Estado de Goiás, caso o valor devido a este Estado seja superior ao valor pago ao Estado de proveniência do veículo.

D) não deve IPVA ao Estado de Goiás.

E) deve o IPVA integralmente ao Estado de Goiás, ressalvada a possibilidade de pleitear a restituição do imposto efetivamente pago ao Estado do Pará.

#### **Comentários:**

O IPVA é devido ao estado em que o veículo está licenciado na data (momento) da ocorrência do fato Gerador, no caso em 1º de janeiro do exercício – neste caso, o Estado do Pará.

**D) não deve IPVA ao Estado de Goiás.**



**Correta.** Como o veículo estava licenciado no Pará em 1º de janeiro de 2022, e o IPVA foi integralmente pago naquele estado, não há nova cobrança de IPVA devida a Goiás no exercício de 2022.

**Gabarito: D**

13. (FCC/SEFAZ BA/ADAPTADA-2019) Em 1º de março de 2019, Silvana, domiciliada e residente em Formosa/GO, adquiriu, de concessionária Goiana, veículo de passeio novo, zero Km, movido a gasolina, tendo pagado o valor total de R\$ 120.000,00, conforme constou da Nota Fiscal de aquisição. O referido valor decompõe-se nas seguintes rubricas: R\$ 105.000,00 referentes ao valor venal do referido veículo novo, R\$ 12.000,00 referentes a equipamentos opcionais e acessórios que ela mandou instalar no veículo e R\$ 3.000,00 referentes a frete e seguro.

Considerando-se que o fato gerador do IPVA, nesse caso, ocorreu em 1º de março de 2019, e considerando o disposto na Lei estadual nº 11.651/91, o valor do imposto a ser pago, em razão dessa aquisição (desconsiderando isenção), é

- A) R\$ 2.187,50.
- B) R\$ 3.000,00.
- C) R\$ 2.625,00.
- D) R\$ 2.437,50.
- E) R\$ 3.750,00.

#### Comentários:

Para calcular o IPVA, é necessário somar o valor venal do veículo com os opcionais e acessórios, e com o frete e seguro, conforme o inciso I do Art. 92 da Lei nº 11.651/91.

Portanto, a base de cálculo é:  $R\$ 105.000,00 + R\$ 12.000,00 + R\$ 3.000,00 = R\$ 120.000,00$ .

A alíquota para veículos de passeio é de 3,75%, conforme o inciso IV do Art. 93 da mesma lei.

O cálculo do IPVA é:  $R\$ 120.000,00 \times 3,75\% = R\$ 4.500,00$ .

Como o veículo foi comprado em março de 2019, o IPVA deve ser proporcional aos meses restantes do ano, incluindo março.

De março a dezembro, são 10 meses.

O valor proporcional é:  $(R\$ 4.500,00 / 12) \times 10 = R\$ 3.750,00$ .



**Gabarito: E**

---

**14. (FCC/SEFAZ BA/ADAPTADA-2019) A Lei estadual nº 11.651/91, dispõe sobre o IPVA. De acordo com essa Lei,**

A) em se tratando de veículo de procedência estrangeira, novo ou usado, importado do exterior, considera-se ocorrido o fato gerador na data do desembarço aduaneiro, desde que importado por consumidor final.

B) são isentas do pagamento do imposto as máquinas agrícolas e de terraplanagem, desde que circulem em vias públicas.

C) contribuinte do imposto é o proprietário, o usufrutuário ou o possuidor do veículo a qualquer título.

D) são isentos do pagamento do imposto os veículos utilizados como ambulância e no combate a incêndio, desde que não haja cobrança pelo serviço.

E) o imposto é vinculado à pessoa do proprietário, sendo exigível novo pagamento do imposto a esse Estado, nos casos de transferência.

**Comentários:**

**Alternativa A:** Correta. Conforme o inciso II do art. 91 da Lei nº 11.651/91, o fato gerador do IPVA ocorre na data do desembarço aduaneiro, em relação a veículo importado do exterior, diretamente ou por meio de “trading”, por consumidor<sup>1</sup> final.

**Alternativa B:** Incorreta. O inciso I do art. 94 da Lei nº 11.651/91, isenta as máquinas agrícolas e de terraplanagem, independente da circulação em vias públicas.

**Alternativa C:** Incorreta. De acordo com o art. 96 da Lei nº 11.651/91, contribuinte do IPVA é o proprietário do veículo automotor.

**Alternativa D:** Incorreta. O inciso III do art. 94 da Lei nº 11.651/91 isenta veículos **destinados exclusivamente ao socorro e transporte de ferido ou doente**, não havendo ressalvas sobre a cobrança de serviço. Assim como o inciso VII do mesmo artigo isenta veículos de combate a incêndio, também sem está ressalva.

**Alternativa E:** Incorreta. O imposto é vinculado ao veículo (Parágrafo único do art. 90 da Lei nº 11.651/91), e não à pessoa do proprietário.

**Gabarito: A**

---



15. (FCC/SEFAZ BA/ADAPTADA-2019) De acordo com a Lei estadual nº 11.651/91, que dispõe sobre o IPVA, são responsáveis, solidariamente, pelo pagamento do Imposto

I. o proprietário de veículo automotor que o alienar e não fornecer os dados necessários à alteração no Cadastro de Contribuintes do IPVA no prazo de trinta dias, em relação aos fatos geradores ocorridos entre o momento da alienação e o do conhecimento desta pela autoridade responsável.

II. o leiloeiro, em relação ao veículo adquirido ou arrematado em leilão e entregue sem comprovação do pagamento do IPVA e acréscimos legais pendentes sobre o mesmo, correspondente ao exercício ou exercícios anteriores.

III. o titular do domínio e/ou o possuidor a qualquer título.

IV. o funcionário que autorizar ou efetuar o registro e licenciamento, inscrição ou matrícula de veículo de qualquer espécie, sem a prova de pagamento ou do reconhecimento de isenção, não incidência ou imunidade do imposto.

Está correto o que se afirma em

- A) I, apenas.
- B) IV, apenas.
- C) I, II e IV, apenas.
- D) I, II, III e IV.
- E) II, III e IV, apenas.

**Comentários:**

Para responder corretamente a esta questão, é necessário analisar o Artigo 99 da Lei nº 11.651/91, que discorre sobre a responsabilidade solidária pelo pagamento do IPVA.

**Item I:** Incorreto. Não há essa previsão legal.

**Item II:** Incorreto. Não há essa previsão legal.

**Item III:** Incorreto. Não há essa previsão legal.

**Item IV:** Correto. Essa situação está expressamente prevista no **Art. 99, III**, que trata da responsabilidade da **autoridade administrativa** que realizar o ato sem exigir prova de quitação do IPVA.

**Gabarito: B**



16. (FCC/SEFAZ AP/ADAPTADA-2022) Em 2021, a Prefeitura Municipal de Goiânia/GO, desejando evitar despesas com a aquisição de veículos automotores, optou por alugar, de empresa locadora sediada em Senador Canedo/GO, veículos de carga necessários ao desempenho de tarefas administrativas.

Essa Prefeitura decidiu, ainda, comprar uma ambulância que prestará serviços de remoção de doentes, os quais serão gratuitos para aqueles que não puderem pagar por ele. Por fim, uma empresa particular sediada no mesmo Município fez a aquisição de um trator, que vai servir de tração para o “bondinho” que vai levar turistas para conhecer as belezas da cidade.

Com base nessas informações, no que dispõe a Lei 11.651/91, e considerando que todos os veículos se encontram registrados e licenciados no Goiás, há IPVA a ser pago a esse Estado, relativamente:

- A) aos veículos de carga e ao trator, apenas.
- B) aos veículos de carga, à ambulância e ao trator.
- C) à ambulância e ao trator, apenas.
- D) aos veículos de carga e à ambulância, apenas.
- E) ao trator, apenas.

Comentário mais abaixo ....





Escaneie aqui  
com seu celular!

**7FONTES**  
CONCURSOS**Prof. Renato Campos**

### Comentários

#### 1. Veículos de carga alugados por órgão público (Prefeitura)

Os veículos pertencem a **empresa locadora**.

Segundo o **Art. 95, I**, há **não incidência** para veículos pertencentes à **União, Estados, Municípios**.

Mas os veículos pertencem à **empresa privada**, logo, **não há isenção nem não incidência**.

Portanto, há **incidência de IPVA**, ainda que o **locatário** seja o poder público.

→ **IPVA é devido.**

#### 2. Ambulância adquirida pela Prefeitura

Segundo o **Art. 95, I**, há **não incidência** para veículos pertencentes à **União, Estados, Municípios**.

→ **Caso de não incidência.**

#### 3. Trator adquirido por empresa privada para puxar bondinho turístico

O **Art. 94, I** prevê isenção para **máquina e trator agrícolas e de terraplenagem**.



O trator não será utilizado na agricultura ou terraplenagem, mas sim no turismo, como meio de tração.

Como a finalidade do veículo não é agrícola nem de terraplenagem, não se aplica a isenção.

→ IPVA incide sobre o trator.

Gabarito: A

---

17. (FCC/SEFAZ MA/ADAPTADA-2016) A empresa Infante Goiano Ltda., com estabelecimento matriz na cidade de Goianésia/GO, importa e revende veículos automotores. Neste ano de 2025, ela importou da Alemanha, na qualidade de consumidora final, 01 (uma) caminhonete nova, para transportar peças entre os estabelecimentos da empresa, e importou também mais 09 (nove) veículos de passeio novos para revenda.

Um mês depois de os nove veículos de passeio estarem estacionados no pátio da referida empresa, aguardando compradores, seus diretores decidiram incorporar um deles ao ativo imobilizado da empresa, com a finalidade de ser utilizado pela sua diretoria. Os demais foram vendidos novos.

De acordo com a Lei estadual nº 11.651/91, o fato gerador do IPVA devido ao Estado de Goiás considera-se ocorrido, para efeito de primeira tributação,

A) relativamente aos veículos de passeio novos, nas datas de suas saídas a consumidores finais e, relativamente à caminhonete usada e ao veículo de passeio usado pelos diretores, nas datas das respectivas vendas, que foram realizadas a adquirentes domiciliados fora do Estado do Maranhão.

B) no dia 1º de janeiro do ano em que tiver ocorrido a importação da caminhonete e do veículo de passeio usado pelos diretores.

C) relativamente à caminhonete usada, na data de sua saída em decorrência de venda feita a consumidor final, domiciliado no Estado do Maranhão.

D) na data do desembaraço aduaneiro, relativamente aos oito veículos que foram destinados à revenda.

E) no momento da incorporação do veículo de passeio ao ativo imobilizado da empresa importadora, para uso da diretoria.

Comentários:



**Caminhonete nova (uso da empresa):** A importação da caminhonete nova pela empresa Infante Goiano Ltda. na qualidade de consumidor final tem o fato gerador na data do desembarço aduaneiro, conforme o inciso II do Art. 91 da Lei nº 11.651/91.

**Nove veículos de passeio novos (revenda):** Não há fato gerador para os veículos importados para revenda.

**Oito veículos de passeio vendidos:** Para os oito veículos de passeio vendidos novos, o fato gerador para o consumidor final ocorrerá na data da primeira aquisição pelo consumidor final (data da venda), conforme o inciso I do Art. 91 da Lei nº 11.651/91.

**Um veículo de passeio incorporado ao ativo imobilizado:** Para o veículo de passeio que foi incorporado ao ativo imobilizado para uso da diretoria, o fato gerador ocorreu no momento dessa incorporação, conforme o inciso III do Art. 91 da Lei nº 11.651/91.

**E) Correta.** O fato gerador do IPVA para o veículo de passeio incorporado ao ativo imobilizado da empresa importadora, para uso da diretoria, ocorre no momento da incorporação, conforme o inciso III do Art. 91.

**Gabarito: E**

---

**18. (FCC/SEFAZ MA/ADAPTADA-2016) São isentos do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA devido ao Estado de Goiás, de acordo com a Lei estadual nº 11.651/91, os veículos**

A) e máquinas, agrícolas ou de terraplenagem.

B) de uso terrestre, com mais de 10 anos de fabricação.

C) movidos a álcool e à força motriz elétrica.

D) do tipo ambulância, desde que não haja cobrança pelo serviço.

E) de Corpo Diplomático acreditado junto ao Governo Brasileiro, desde que o país estrangeiro, cumulativamente, faça parte da Organização das Nações Unidas e adote tratamento recíproco com os veículos do Brasil.

**Comentários:**

Para identificar a alternativa correta, é necessário consultar o Artigo 94 da Lei nº 11.651/91, que trata das isenções do IPVA.

**Alternativa A:** Correta. O inciso I do Art. 94 estabelece a isenção para "máquina e trator agrícolas e de terraplenagem".



**Alternativa B:** Incorreta. O inciso X do Art. 94 estabelece a isenção para veículos com 15 (quinze) anos ou mais de uso, e não 10 anos.

**Alternativa C:** Incorreta. A Lei nº 11.651/91 não prevê isenção para veículos movidos a álcool ou à força motriz elétrica de forma genérica.

**Alternativa D:** Incorreta. O inciso III do Art. 94 isenta veículos destinados exclusivamente ao socorro e transporte de ferido ou doente (ambulâncias), sem condicionar a isenção à não cobrança pelo serviço.

**Alternativa E:** Incorreta. O inciso II do Art. 95 (que trata da não incidência, e não isenção) menciona veículos de embaixada e consulado estrangeiros credenciados junto ao Governo brasileiro, sem as condições cumulativas mencionadas na alternativa.

**Gabarito: A**

---

**19. (FCC/SEFAZ PE/ADAPTADA-2022) Considerando o ano de 2025 e o disposto na Lei 11.651/91, é isenta do IPVA no Estado de Goiás a propriedade de**

A) automóvel de passeio, rodoviário, utilizado para transporte urbano, suburbano ou interurbano de até oito pessoas, nas categorias táxi ou aplicativo (transporte contratado por meio de aplicativos), limitado a um veículo por pessoa.

B) veículo de combate a incêndio e veículo destinado exclusivamente ao socorro e transporte de ferido ou doente.

C) veículo automotor terrestre, com potência inferior a cem cilindradas.

D) veículo de transporte de carga, pertencente a pescador profissional, desde que utilizado em atividade relacionada a pesca, comprovada pela fiscalização tributária por meio de análise de notas fiscais de venda dos produtos da pesca e limitada a um veículo por pessoa.

E) veículo terrestre furtado, roubado ou extorquido, nos dezoito meses posteriores ao evento.

**Comentários:**

Para identificar a alternativa correta, é necessário consultar o Artigo 94 da Lei nº 11.651/91, que trata das isenções do IPVA.

**Alternativa A:** Incorreta. O inciso VI do Art. 94 isenta veículos de aluguel (táxi ou mototáxi) destinados ao transporte de pessoa, limitado a um veículo por proprietário. A menção a "aplicativo" e nem a limitação por número de pessoas constam expressamente na redação da lei.



**Alternativa B:** Correta. O inciso VII do Art. 94 isenta veículos de combate a incêndio, e o inciso III do mesmo artigo isenta veículos destinados exclusivamente ao socorro e transporte de ferido ou doente.

**Alternativa C:** Incorreta. A Lei nº 11.651/91 não estabelece isenção com base na potência inferior a cem cilindradas para veículos automotores terrestres em geral.

**Alternativa D:** Incorreta. O inciso IX do Art. 94 isenta embarcação de pescador profissional, pessoa natural, utilizada na atividade pesqueira com capacidade de carga até 3 (três) toneladas, limitada a uma embarcação por proprietário. Não há previsão de isenção para veículos de transporte de carga pertencentes a pescador profissional.

**Alternativa E:** Incorreta. A Lei nº 11.651/91 não prevê isenção para veículos terrestres furtados, roubados ou extorquidos nos dezoito meses posteriores ao evento. O Art. 101, II, "b" trata da proporcionalidade do imposto em caso de subtração injusta, mas não de isenção.

**Gabarito: B**

---

**20. (FCC/SEFAZ PE/ADAPTADA-2022) É responsável, solidariamente, pelo pagamento do IPVA e pelos acréscimos devidos ao Estado de Goiás, conforme estabelece a Lei 11.651/91, entre outros,**

- A) o servidor que autorizar ou efetuar o registro, licenciamento ou transferência do veículo.
- B) o proprietário que alienar ou transferir o veículo, em relação aos débitos posteriores ao registro do evento.
- C) o proprietário do veículo, em relação aos débitos incorridos desde o momento da compra até o momento da venda.
- D) o credor fiduciário, com o fiduciante, em alienação fiduciária.
- E) a pessoa que tomar em locação veículo para uso neste Estado, em relação aos fatos geradores ocorridos nos exercícios anteriores.

### **Comentários:**

Para identificar a alternativa correta, é necessário analisar o Artigo 99 da Lei nº 11.651/91, que trata da responsabilidade solidária pelo pagamento do IPVA.

**Alternativa A:** Incorreta. O inciso III do Art. 99 estabelece a responsabilidade solidária da autoridade administrativa que proceder o registro ou averbação de negócio do qual resulte a alienação ou a oneração do veículo, sem que o sujeito passivo faça prova de quitação de crédito tributário relativo ao imposto. A alternativa não contempla essa condição.



**Alternativa B:** Incorreta. O Art. 98 estabelece a responsabilidade pessoal do adquirente ou remitente do veículo em relação a fato gerador anterior ao tempo de sua aquisição. A alternativa fala em débitos posteriores, o que está incorreto.

**Alternativa C:** Incorreta. O proprietário é o contribuinte (Art. 96), e não há essa previsão de solidariedade na lei goiana.

**Alternativa D:** Correta. O inciso I do Art. 99 estabelece que o credor fiduciário é solidariamente responsável com o fiduciante, em relação ao veículo objeto de alienação fiduciária em garantia.

**Alternativa E:** Incorreta. O Art. 97 estabelece o arrendatário como sujeito passivo por substituição no caso de arrendamento mercantil. Não há previsão geral de responsabilidade solidária para a pessoa que toma o veículo em locação nos termos apresentados na alternativa.

**Gabarito: D**

---

**21. (CESPE/SEFAZ RS/ADAPTADA-2018) João, que possui deficiência mental leve, é proprietário de um trator agrícola fabricado há quinze anos e de uma caminhonete fabricada há vinte e cinco anos.**

**Ele requer ao fisco estadual a isenção do IPVA com base na Lei estadual nº 11.651/91. Nesse caso, o fisco deverá declarar a isenção do pagamento do IPVA relativo**

- A) apenas ao trator, por causa de sua natureza.
- B) ao trator, em decorrência de sua natureza, e à caminhonete, pelo tempo de fabricação.
- C) ao trator e à caminhonete, em consequência da deficiência mental do contribuinte.
- D) apenas a um dos veículos, à escolha do contribuinte, em razão de sua deficiência mental.
- E) ao trator e à caminhonete, dado o tempo de fabricação desses veículos.

### Comentários

**Alternativa A:** Correta. O trator é isento devido à sua natureza. A caminhonete, embora tenha mais de 15 anos de fabricação, a isenção no estado de Goiás prevista na Lei nº 11.651/91, Art. 94, inciso X ocorre com 15 anos ou mais de **USO** e **não de fabricação**.

**Alternativa B:** Incorreta. A caminhonete, embora tenha mais de 15 anos de fabricação, a isenção no estado de Goiás prevista na Lei nº 11.651/91, Art. 94, inciso X ocorre com 15 anos ou mais de **USO**.



**Alternativa C:** Incorreta. A deficiência mental leve de João não é prevista na lei para fins de isenção de IPVA, uma vez que a legislação só contempla deficiência mental severa ou profunda para essa isenção (Art. 94, inciso IV).

**Alternativa D:** Incorreta. A condição de deficiência mental leve não é critério válido para a isenção de IPVA na Lei nº 11.651/91.

**Alternativa E:** Incorreta. O trator é isento devido à sua natureza. A caminhonete, embora tenha mais de 15 anos de fabricação, a isenção no estado de Goiás prevista na Lei nº 11.651/91, Art. 94, inciso X ocorre com 15 anos ou mais de **USO**.

**Gabarito: A**

---

**22. (CESPE/SEFAZ RS/ADAPTADA-2018) A Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás verificou inadimplência no pagamento de IPVA referente a veículo automotor terrestre com alienação fiduciária em sua garantia.**

**Nessa situação, nos termos da Lei estadual n.º 11.651/91, compete o pagamento do IPVA ao**

- A) credor fiduciário, sendo o devedor fiduciante responsável subsidiário.
- B) credor fiduciário, sendo o devedor fiduciante responsável solidário.
- C) possuidor indireto do veículo, tendo o possuidor direto responsabilidade solidária.
- D) fiduciante, tendo responsabilidade solidária o credor fiduciário.
- E) devedor fiduciante, tendo responsabilidade subsidiária quem tiver interesse comum na situação que constitua o fato gerador.

### **Comentários**

#### **Alternativa A:**

Incorreta. O Art. 97 da Lei nº 11.651/91 define o fiduciante como o sujeito passivo por substituição tributária em caso de alienação fiduciária, não o credor fiduciário.

#### **Alternativa B:**

Incorreta. A responsabilidade do credor fiduciário é solidária, conforme o Art. 99, inciso I, da Lei nº 11.651/91, mas o devedor fiduciante é o responsável principal pelo pagamento do IPVA.

#### **Alternativa C:**



Incorreta. A Lei nº 11.651/91 não utiliza os termos "possuidor indireto" e "possuidor direto" para definir os responsáveis pelo pagamento do IPVA em caso de alienação fiduciária. Em vez disso, a lei emprega os termos "fiduciante" e "credor fiduciário".

**Alternativa D:**

Correta. O Art. 99, inciso I, da Lei nº 11.651/91, estabelece a responsabilidade solidária entre o credor fiduciário e o fiduciante pelo pagamento do IPVA. O fiduciante, como sujeito passivo por substituição tributária (Art. 97), é o responsável principal pelo pagamento do imposto. A responsabilidade solidária significa que a Secretaria da Fazenda pode cobrar o valor total do IPVA de qualquer um dos responsáveis.

**Alternativa E:**

Incorreta. A responsabilidade de outros com interesse comum no fato gerador é solidária, e não subsidiária.

**Gabarito: D**

---

**23. (FGV/SEFIN RO/ADAPTADA-2018) Com base na lei 11.651/91, em relação ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), a propriedade dos veículos aéreos de uso exclusivo na agricultura é**

- A) imune.
- B) tributada.
- C) isenta.
- D) remida.
- E) não-incidente.

**Comentários**

Como sabemos, a EC 132/2023 (reforma tributária) trouxe imunidade para aeronaves agrícolas e de operador certificado para prestar serviços aéreos a terceiros. Mas como a questão pede de acordo com a lei estadual 11.651/91, seguimos o entendimento literal.

O inciso II do Art. 94 da Lei nº 11.651/91 estabelece que a propriedade de veículos aéreos de exclusivo uso agrícola é isenta do IPVA.

**Gabarito: C**

24. (FGV/SEFAZ AM/ADAPTADA-2022) O governo federal resolve criar uma universidade federal em Goiás, e o faz, tornando-a uma autarquia.

Em relação ao IPVA, de acordo com a Lei 11.651/91, assinale a opção que indica a situação tributária dos veículos utilizados nas atividades essenciais desta universidade.

- A) Pagam normalmente o IPVA.
- B) Têm isenção de IPVA.
- C) Se os veículos tiverem mais de 5 anos, estarão isentos.
- D) Pagam, mas com um desconto de 50% (cinquenta por cento).
- E) Não há incidência de IPVA.

#### Comentários

**Alternativa E:** Correta. O Art. 95, inciso III, alínea "a" da Lei nº 11.651/91 estabelece a não incidência do IPVA sobre veículos pertencentes a autarquias federais, como universidades federais, desde que estejam vinculados a suas atividades essenciais. Dessa forma, os veículos da universidade federal, utilizados para fins educacionais, administrativos, de pesquisa e extensão, não estão sujeitos à incidência do IPVA.

**Gabarito: E**

---

25. (FGV/SEFAZ BA/ADAPTADA-2022) O produto da arrecadação do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, incluídos os acréscimos correspondentes, será destinado:

- A) 50% (cinquenta por cento) para o Estado e 50% (cinquenta por cento) para o Município onde o veículo estiver licenciado, inscrito ou matriculado.
- B) 55% (cinquenta e cinco por cento) para o Estado e 45% (quarenta e cinco por cento) para o Município onde o veículo estiver licenciado, inscrito ou matriculado.
- C) 60% (sessenta por cento) para o Estado e 40% (quarenta por cento) para o Município onde o veículo estiver licenciado, inscrito ou matriculado.
- D) 65% (sessenta e cinco por cento) para o Estado e 35% (trinta e cinco por cento) para o Município onde o veículo estiver licenciado, inscrito ou matriculado.
- E) 40% (quarenta por cento) para o Estado e 60% (sessenta por cento) para o Município onde o veículo estiver licenciado, inscrito ou matriculado.



**Comentários**

**Alternativa A:** Correta. O Art. 105 da Lei 11.651/91 define que a arrecadação do IPVA será repartida igualmente entre o Estado e o Município onde o veículo está registrado, licenciado ou matriculado, destinando 50% para o Estado e 50% para o Município. Esta divisão garante que ambos compartilhem equitativamente a receita do imposto.

**Gabarito: A**

---

**26. (FGV/SEFAZ AM/ADAPTADA-2022) Assinale a alternativa correta em relação à isenção de IPVA para ambulâncias de um hospital.**

A) O hospital tem direito à isenção do IPVA para todos os seus veículos, devido aos serviços prestados à comunidade.

B) As ambulâncias destinadas exclusivamente ao socorro e transporte de ferido ou doente têm isenção de IPVA.

C) A isenção do IPVA se aplica a todos os veículos de um hospital, independentemente de sua finalidade.

D) O hospital pode alegar prejuízo financeiro como justificativa para isenção do IPVA de seus veículos, indecentemente do seu uso.

E) A isenção de IPVA só é válida para ambulâncias adquiridas com verbas públicas.

**Comentários**

**Alternativa B:** Correta. O Art. 94, inciso III, da Lei 11.651/91 estabelece que a isenção do IPVA é concedida para veículos “destinados exclusivamente ao socorro e transporte de ferido ou doente”. Portanto, apenas ambulâncias que cumprem essa função específica têm direito à isenção, e o fato de o hospital ter prejuízo financeiro não justifica a isenção para outros veículos.

**Gabarito: B**

---

**27. (FGV/SEFAZ MT/ADAPTADA-2023) Antônio Loureiro resolve investir parte de seu patrimônio na compra de 4 (quatro) táxis e obteve o licenciamento de todos.**

**Sobre a possibilidade de Antônio Loureiro ter isenção de IPVA, assinale a afirmativa correta.**

A) Terá isenção apenas em relação a dois táxis.

B) Terá isenção em relação aos 4 táxis.



- C) Não terá isenção, pois claramente cobrará diárias de pelo menos três táxis.
- D) Não terá isenção, pois táxi não tem isenção de IPVA.
- E) Terá isenção apenas em relação a um dos veículos licenciados.

### Comentários

**Alternativa E:** Correta. O Art. 94, inciso VI da Lei nº 11.651/91 concede a isenção do IPVA para veículos de aluguel (táxi ou mototáxi) destinados ao transporte de pessoas, mas limita essa isenção a apenas um veículo por proprietário. Assim, Antônio terá direito à isenção do IPVA apenas para um dos veículos.

**Gabarito: E**

---

**28. (FGV/SEF MG/ADAPTADA-2023) Rafael Gomes teve um veículo histórico e de coleção com 22 anos de uso, furtado em abril de 2022, mas ele conseguiu a recuperação e a devolução do carro em julho de 2022.**

**Em relação ao caso, assinale a opção que indica corretamente se haverá algum tipo de isenção do IPVA.**

- A) Sim, pois o veículo possui mais de 15 anos de uso.
- B) Não, por veículos históricos e de coleção estarem obrigados ao recolhimento do IPVA.
- C) Não, pois o veículo foi recuperado em menos de 6 meses.
- D) Sim, por ser veículo histórico e de coleção já está isento, a partir de 20 anos de fabricação.
- E) Sim, apenas do período entre a data do furto e a devolução ao proprietário.

### Comentários

**Alternativa A:** Correta. A devolução do veículo não interfere na isenção do IPVA, uma vez que a isenção é concedida para veículos com 15 anos ou mais de uso, conforme o Art. 94, inciso X, da Lei 11.651/91.

**Gabarito: A**

---

**29. (FGV/SEF MG/ADAPTADA-2023) Antônio Palmeira comprou um carro usado na Itália no dia 04/04/2022. O desembaraço aduaneiro foi feito em 09/08/2022.**



Assinale a opção que indica o momento em que ocorreu o fato gerador do IPVA e se o IPVA será devido de forma integral ou proporcional ao número de meses restantes do ano.

A) O fato gerador ocorreu no desembaraço aduaneiro e o IPVA será devido de forma proporcional ao número de meses restantes do ano.

B) O fato gerador ocorreu na data da compra e o IPVA será devido de forma proporcional ao número de meses restantes do ano.

C) O fato gerador ocorreu na data da compra e o IPVA será devido de forma integral.

D) O fato gerador ocorreu em 1/1/2022 e o IPVA será devido de forma integral.

E) O fato gerador ocorreu no desembaraço aduaneiro e o IPVA será devido de forma integral.

### Comentários

**Alternativa A: Correta.** De acordo com o Art. 91, inciso II da Lei nº 11.651/91, o fato gerador do IPVA para veículos importados ocorre na data do desembaraço aduaneiro.

O Art. 101, inciso I, alínea "b" da mesma lei define que o IPVA será devido **de forma proporcional ao número de meses restantes do ano**, incluindo o mês do fato gerador. Assim, Antônio pagará o IPVA proporcionalmente a partir de agosto.

**Gabarito: A**

---

**30. (CESPE/SEFAZ SE/ADAPTADA-2023) No estado de Goiás, o fato gerador do imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA) ocorre**

A) na data da primeira aquisição pelo consumidor, no caso de veículo automotor novo.

B) no dia 1.º de janeiro de cada ano, quando se tratar de aquisição de veículo automotor novo.

C) na data em que estiver autorizada sua utilização, no caso de veículo não fabricado em série.

D) no dia 1.º de janeiro de cada ano, no caso de veículo importado diretamente do exterior pelo consumidor.

E) na data da arrematação, em se tratando de veículo automotor usado adquirido em leilão.

### Comentários

**Alternativa A:**



Correta. O Art. 91, inciso I, da Lei nº 11.651/91 estabelece que o fato gerador do IPVA ocorre na data da primeira aquisição de um veículo novo por consumidor final. Portanto, no caso de um veículo automotor novo, o IPVA é devido a partir da data de sua primeira aquisição.

**Alternativa B:**

Incorreta. O dia 1º de janeiro de cada ano é considerado o fato gerador apenas para veículos que já foram adquiridos em anos anteriores, conforme o Art. 91, inciso V. Para veículos novos, o fato gerador é a data da primeira aquisição pelo consumidor final.

**Alternativa C:**

Incorreta. A legislação do estado de Goiás não menciona a data de autorização de utilização como fato gerador do IPVA para veículos não fabricados em série.

**Alternativa D:**

Incorreta. Para veículos importados diretamente do exterior, o fato gerador do IPVA ocorre na data do desembarço aduaneiro, conforme o Art. 91, inciso II, e não no dia 1º de janeiro.

**Alternativa E:**

Incorreta. A data de arrematação em leilão não é considerada o fato gerador do IPVA. A legislação do IPVA não define essa situação como momento do fato gerador.

**Gabarito: A**

---

**31. (CESPE/SEFAZ AC /ADAPTADA-2024) A respeito do imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA), considerando a Lei 11.651/91, julgue os itens seguintes.**

**I. A base de cálculo para fins de cobrança do IPVA é o valor venal do veículo, sendo tal valor, no caso de veículo novo, o lançado no documento fiscal de aquisição do veículo, incluídos os valores dos opcionais e acessórios.**

**II. O pagamento do IPVA ficará sujeito à homologação pela autoridade administrativa competente.**

**III. O adquirente de veículo automotor usado que possua débitos de exercícios anteriores em relação ao IPVA somente responderá pelo imposto relativo ao exercício em que efetuou a compra do veículo.**

**Assinale a opção correta.**

A) Apenas o item I está certo.

B) Apenas o item III está certo.

C) Apenas os itens I e II estão certos.



D) Apenas os itens II e III estão certos.

E) Todos os itens estão certos.

### Comentários

**Item I - Correto:** A base de cálculo do IPVA, conforme o Art. 92, inciso I da Lei nº 11.651/91, para veículos novos adquiridos por consumidor final, é o valor constante na nota fiscal de compra, incluindo o valor dos opcionais e acessórios e demais despesas relacionadas à operação.

**Item II - Incorreto:** A Lei nº 11.651/91 não menciona a necessidade de homologação do pagamento do IPVA pela autoridade administrativa. O Art. 100 apenas define que o local, prazo e forma de pagamento serão estabelecidos em regulamento. O IPVA é lançamento de ofício.

**Item III - Incorreto:** O Art. 98 da Lei nº 11.651/91 estabelece que o adquirente de um veículo usado é pessoalmente responsável pelo pagamento do IPVA referente a fatos geradores anteriores à sua compra. Ou seja, o comprador do veículo com débitos de IPVA de exercícios anteriores também será responsável por quitá-los.

**Gabarito: A**

---

**32. (CESPE/SEFAZ AC /ADAPTADA-2024) A respeito do imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA), assinale a opção correta, considerando a Lei estadual n.º 11.651/91.**

A) A arrecadação do IPVA é de competência do Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN).

B) Não incide IPVA sobre a propriedade de veículo automotor novo destinado a revenda que componha o estoque do estabelecimento comercial registrado para essa finalidade.

C) Para fins de cobrança do IPVA, o veículo automotor corresponde exclusivamente ao veículo automotor terrestre.

D) O não recolhimento do IPVA autoriza a retenção ou o recolhimento do veículo.

E) O IPVA incide sobre a propriedade de máquinas de emprego agrícola no âmbito do estado de Goiás.

### Comentários



**Alternativa A:** Incorreta. A Lei nº 11.651/91 não atribui ao DETRAN a competência para a arrecadação do IPVA. Além disso, a questão se refere a uma lei estadual de Goiás, enquanto o DETRAN é um órgão estadual que não possui competência de arrecadação de tributos.

**Alternativa B:** Correta. O Art. 91, inciso III, da Lei nº 11.651/91 define o fato gerador do IPVA como a data da incorporação do veículo ao ativo permanente do fabricante, do revendedor ou do importador. Assim, enquanto o veículo novo fizer parte do estoque de um estabelecimento comercial para revenda, ele não estará sujeito à incidência do IPVA.

**Alternativa C:** Incorreta. O Art. 90 da Lei nº 11.651/91 estabelece que o IPVA incide sobre a propriedade de veículos automotores terrestres, aquáticos e aéreos. Portanto, não se limita apenas a veículos terrestres.

**Alternativa D:** Incorreta. A Lei nº 11.651/91 prevê multas para o não pagamento do IPVA, mas não menciona a retenção ou o recolhimento do veículo como penalidade.

**Alternativa E:** Incorreta. O Art. 94, inciso I, da Lei nº 11.651/91 isenta do pagamento de IPVA a propriedade de máquinas e tratores agrícolas e de terraplenagem.

**Gabarito: B**

---

**33. (FGV - 2023 - Auditor Fiscal da Receita Estadual (SEF MG)/Auditoria e Fiscalização)**  
**Antônio Palmeira comprou um carro usado na Itália no dia 04/04/2022.**

**O desembaraço aduaneiro foi feito em 09/08/2022. Assinale a opção que indica o momento em que ocorreu o fato gerador do IPVA e se o IPVA será devido integralmente.**

A) O fato gerador ocorreu no desembaraço aduaneiro e o IPVA será devido de forma proporcional ao número de meses faltantes para o término do ano civil, incluindo-se o mês da ocorrência do evento.

B) O fato gerador ocorreu na data da compra e o IPVA será devido de forma proporcional ao número de dias restantes do ano.

C) O fato gerador ocorreu na data da compra e o IPVA será devido de forma integral.

D) O fato gerador ocorreu em 1/1/2022 e o IPVA será devido de forma integral.

E) O fato gerador ocorreu no desembaraço aduaneiro e o IPVA será devido de forma integral.

**Comentários:**

*Art. 91. Ocorre o fato gerador do IPVA:*



*II - na data do desembaraço aduaneiro, em relação a veículo importado do exterior, diretamente ou por meio de “trading”, por consumidor final;*

*(...)*

*Art. 101. O valor do IPVA compreende tantos doze avos do seu valor anual quantos forem os meses:*

*I - faltantes para o término do ano civil, incluindo-se o mês da ocorrência do evento, nas seguintes situações:*

*b) desembaraço aduaneiro, em relação a veículo importado, diretamente ou por meio de “trading”, do exterior por consumidor final;*

**Gabarito: A**

**34. (UEPA - 2013 - Fiscal de Receitas Estaduais ADAPTADA - SEFA PA) Em relação à base de cálculo do IPVA, na conformidade da Lei Estadual n. 6.017/96, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa CORRETA.**

I. Desde que não seja inferior ao valor de mercado, o somatório dos valores constantes de documento fiscal relativo à aquisição de parte e peça e a serviço prestado, quando se tratar de veículo montado pelo próprio consumidor ou por conta e ordem deste.

II. O valor constante do documento fiscal relativo à operação, acrescido do valor de opcionais e acessórios e das despesas de frete e seguro, quando se tratar da primeira aquisição do veículo por consumidor final, junto ao fabricante, revendedor ou importador.

III. É um dos elementos para determinação da base de cálculo o estado de conservação do veículo individualmente considerado

IV. o valor médio de mercado divulgado em tabela elaborada por órgão próprio indicado em regulamento, quando se tratar de veículo adquirido em exercício anterior.

A alternativa que contém todas as afirmativas corretas é :

A) I e II

B) I e III

C) I, II e IV

D) I e IV

E) I, II e III

**Comentários**



**I – CORRETO:**

Art. 92. A base de cálculo do IPVA é:

*IV - o somatório dos valores constantes de documento fiscal relativo à aquisição de parte e peça e a serviço prestado, quando se tratar de veículo montado pelo próprio consumidor ou por conta e ordem deste, não podendo o somatório ser inferior ao valor médio de mercado;*

**II – CORRETO:**

Art. 92. A base de cálculo do IPVA é:

*I - o valor constante do documento fiscal relativo à aquisição, acrescido do valor de opcional e acessório e das demais despesas relativas à operação, quando se tratar da primeira aquisição do veículo novo por consumidor final;*

**III – INCORRETO:**

Art. 92. A base de cálculo do IPVA é:

*§ 3º É irrelevante para determinação da base de cálculo o estado de conservação do veículo individualmente considerado.*

**IV – CORRETO:**

Art. 92. A base de cálculo do IPVA é:

*V - o valor médio de mercado divulgado em tabela elaborada por órgão próprio indicado em regulamento, quando se tratar de veículo adquirido em exercício anterior, observando-se, no mínimo, o seguinte:*

- a) em relação ao veículo aéreo, o fabricante e o modelo;*
- b) em relação ao veículo aquático, a potência do motor, o comprimento, o tipo de casco e o ano de fabricação;*
- c) em relação ao veículo terrestre, a marca, o modelo, a espécie e o ano de fabricação.*

**Gabarito: C**

---

**35. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) Sobre o fato gerador do IPVA, de acordo com a Lei nº 11.651/91, assinale a alternativa correta.**

- A) O fato gerador ocorre exclusivamente na compra de um veículo novo.
- B) O IPVA incide apenas sobre os veículos automotores terrestres e aéreos.
- C) A ocorrência do fato gerador inclui o dia 1º de janeiro de cada ano para veículos adquiridos em anos anteriores.



D) O fato gerador não ocorre em veículos importados diretamente pelo consumidor.

E) A data da ocorrência do fato gerador é a mesma para todos os veículos, independentemente de sua condição.

### Comentários

**Alternativa A:** Incorreta. O fato gerador ocorre em diversas situações além da compra de um veículo novo, incluindo a perda de isenção e o dia 1º de janeiro para veículos adquiridos em anos anteriores.

**Alternativa B:** Incorreta. O IPVA incide sobre a propriedade de veículo automotor **aéreo, aquático ou terrestre**.

**Alternativa C:** Correta. O Art. 91 estabelece que o fato gerador ocorre no dia 1º de janeiro de cada ano para veículos adquiridos em exercícios anteriores.

**Alternativa D:** Incorreta. A importação direta por um consumidor final também constitui um fato gerador do IPVA.

**Alternativa E:** Incorreta. O fato gerador varia conforme a situação do veículo, como a primeira aquisição, importação, ou perda de isenção.

**Gabarito: C**

---

**36. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) De acordo com a base de cálculo do IPVA descrita na Lei nº 11.651/91, é correto afirmar que:**

A) A base de cálculo é sempre o valor de mercado médio atualizado do veículo.

B) A base de cálculo inclui todas as despesas de importação, mesmo se não forem pagas pelo importador.

C) Veículos de fabricação própria têm uma base de cálculo inferior ao valor de mercado.

D) O valor do IPVA é ajustado conforme o estado de conservação do veículo.

E) A base de cálculo para veículos importados considera apenas o valor do veículo no país de origem.

### Comentários

**Alternativa A:** Incorreta. A base de cálculo depende da situação do veículo e pode ser o valor de aquisição, de importação ou o valor de mercado médio, conforme aplicável.



**Alternativa B:** Correta. O Art. 92 inclui despesas incidentes sobre a importação, ainda que não sejam pagas pelo importador.

**Alternativa C:** Incorreta. A base de cálculo não pode ser inferior ao valor médio de mercado, mesmo para veículos fabricados pelo próprio consumidor.

**Alternativa D:** Incorreta. O estado de conservação do veículo é irrelevante para a determinação da base de cálculo, segundo o Art. 92.

**Alternativa E:** Incorreta. A base de cálculo para veículos importados inclui o valor do veículo, tributos incidentes e outras despesas, não apenas o valor original.

**Gabarito: B**

---

**37. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) Em relação às alíquotas do IPVA no Estado de Goiás, assinale a alternativa correta conforme a Lei nº 11.651/91.**

- A) A alíquota do IPVA é a mesma para todos os tipos de veículos.
- B) Veículos de transporte coletivo de passageiros possuem uma alíquota de 3,75%.
- C) Motocicletas possuem alíquotas de 3,75%
- D) Automóveis de passeio com potência até 100cv possuem alíquota de 3%.
- E) A alíquota para veículos utilitários é de 1,25%.

### Comentários

**Alternativa A:** Incorreta. As alíquotas variam de acordo com o tipo e uso do veículo.

**Alternativa B:** Incorreta. Veículos de transporte coletivo de passageiros possuem alíquota de 1,25%.

**Alternativa C:** Incorreta. Motocicletas têm uma alíquota de 3%.

**Alternativa D:** Correta. Automóveis de passeio com até 100cv possuem uma alíquota de 3%, conforme descrito no Art. 93.

**Alternativa E:** Incorreta. Veículos utilitários possuem uma alíquota de 3,45%.

**Gabarito: D**

---

**38. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) Com relação às isenções do IPVA conforme a Lei nº 11.651/91, assinale a alternativa correta.**



- A) Veículos de uso agrícola, como tratores, são isentos de IPVA.
- B) Veículos de combate a incêndio não possuem isenção do IPVA.
- C) Apenas veículos com 20 anos ou mais de uso são isentos de IPVA.
- D) Pessoas com deficiência podem ter isenção de IPVA para mais de um veículo.
- E) A isenção para mototáxis é ilimitada em número de veículos.

### Comentários

**Alternativa A:** Correta. O Art. 94 lista máquinas agrícolas, incluindo tratores, como isentas do IPVA.

**Alternativa B:** Incorreta. Veículos de combate a incêndio também são isentos.

**Alternativa C:** Incorreta. Veículos com 15 anos ou mais de uso são isentos do IPVA, não apenas aqueles com 20 anos ou mais.

**Alternativa D:** Incorreta. A isenção é limitada a apenas um veículo por pessoa com deficiência.

**Alternativa E:** Incorreta. A isenção para mototáxis é limitada em número, conforme regulação.

**Gabarito: A**

---

**39. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) Com base na Lei nº 11.651/91, sobre a sujeição passiva por substituição tributária do IPVA, assinale a alternativa correta.**

- A) Apenas o proprietário original do veículo é sujeito passivo por substituição tributária.
- B) O arrendatário é sujeito passivo por substituição tributária no caso de arrendamento mercantil.
- C) O proprietário do veículo, quando este é adquirido em leilão, é sempre o substituto tributário.
- D) A responsabilidade por substituição tributária aplica-se exclusivamente a veículos de carga.
- E) A legislação não define situações de substituição tributária para o IPVA.

### Comentários



**Alternativa A:** Incorreta. O **proprietário original não é o único** e nem é **sujeito passivo por substituição tributária**, segundo a Lei nº 11.651/91.

**Alternativa B:** Correta. O Art. 97 especifica que o arrendatário é sujeito passivo por substituição tributária em casos de arrendamento mercantil.

**Alternativa C:** Incorreta. A substituição tributária para o IPVA não é atribuída a proprietários que adquirem veículos em leilão.

**Alternativa D:** Incorreta. A substituição tributária para o IPVA não se limita a veículos de carga.

**Alternativa E:** Incorreta. A legislação define claramente as situações em que há substituição tributária para o IPVA.

**Gabarito: B**

---

**40. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) Sobre as penalidades aplicáveis ao IPVA, conforme a Lei nº 11.651/91, assinale a alternativa correta.**

- A) A multa é sempre de 100% do valor do imposto devido, independentemente da infração.
- B) O sujeito passivo que utiliza um documento falso para reduzir o valor do IPVA recebe uma multa de 20%.
- C) Caso o sujeito passivo deixe de matricular o veículo no prazo, a multa é de 25% do valor do imposto.
- D) A multa por falta de pagamento dentro do prazo regulamentar é de 50%.
- E) Não existe multa para atraso no pagamento do IPVA, apenas juros.

### Comentários

**Alternativa A:** Incorreta. As multas variam conforme o tipo de infração, e não são sempre de 100%.

**Alternativa B:** Incorreta. A utilização de documentos falsos para reduzir o IPVA incorre em multa de 100% do valor devido, não 20%.

**Alternativa C:** Correta. O Art. 106 estabelece uma multa de 25% para falta de matrícula, inscrição, ou registro no prazo.

**Alternativa D:** Incorreta. A multa por atraso no pagamento do IPVA é de 20%, não 50%.



**Alternativa E:** Incorreta. Existe uma multa de 20% pelo atraso, conforme o calendário de pagamento do IPVA.

**Gabarito: C**

---

**41. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) De acordo com a Lei nº 11.651/91, sobre a redução da base de cálculo do IPVA para empresas locadoras de veículos, assinale a alternativa correta.**

- A) A base de cálculo é reduzida em 50% para veículos destinados à locação.
- B) A redução aplica-se a empresas cujo faturamento com locação represente ao menos 30% de sua receita bruta.
- C) A base de cálculo é reduzida para que o percentual de IPVA aplicável seja equivalente a 1%.
- D) Essa redução é aplicável apenas a veículos utilitários.
- E) A base de cálculo é reduzida automaticamente para qualquer empresa de transporte.

#### Comentários

**Alternativa C:** Correta. O Art. 94-B define que a base de cálculo deve ser reduzida de forma que o IPVA resulte em 1%.

**Gabarito: C**

---

**42. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) De acordo com a Lei nº 11.651/91, sobre a repartição da receita do IPVA, assinale a alternativa correta.**

- A) O município recebe 25% do valor do IPVA arrecadado.
- B) A receita do IPVA é inteiramente destinada ao estado onde o veículo está registrado.
- C) O estado repassa uma parte do IPVA ao município apenas no caso de veículos de transporte público.
- D) Os municípios não recebem participação direta na receita do IPVA.
- E) Os municípios recebem 50% do valor arrecadado do IPVA sobre veículos registrados em seu território.

#### Comentários



**Alternativa E:** Correta. O Art. 105 define que 50% do valor arrecadado do IPVA sobre veículos registrados no município pertence ao município.

**Gabarito: E**

---

**43. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) Em relação à não-incidência do IPVA conforme a Lei Estadual nº 11.651/91, assinale a alternativa correta.**

A) O IPVA incide sobre veículos pertencentes a fundações públicas, desde que estejam em uso administrativo.

B) Veículos de partidos políticos não têm direito à não-incidência do IPVA.

C) Veículos de uso educacional de entidades privadas são beneficiados pela não-incidência do IPVA.

D) A não-incidência aplica-se a veículos registrados em nome de entidades sindicais de trabalhadores.

E) A não-incidência é aplicável a veículos de embaixadas, mas não a consulados estrangeiros.

#### **Comentários**

**Alternativa A:** Incorreta. A não-incidência aplica-se a veículos de fundações públicas vinculados a suas finalidades essenciais, incluindo uso administrativo.

**Alternativa B:** Incorreta. Veículos de partidos políticos também gozam de não-incidência do IPVA.

**Alternativa D:** Incorreta. A não-incidência é destinada a instituições de educação sem fins lucrativos, não a todas as entidades educacionais.

**Alternativa D:** Correta. A não-incidência do IPVA é aplicável a veículos de entidades sindicais de trabalhadores, conforme estabelecido no Art. 95.

**Alternativa E:** Incorreta. A não-incidência aplica-se tanto a embaixadas quanto a consulados estrangeiros credenciados.

**Gabarito: D**

---

**44. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) Sobre as regras de isenção do IPVA, conforme a Lei nº 11.651/91, assinale a alternativa correta.**

A) Todo veículo com mais de 10 anos de uso é automaticamente isento de IPVA.



B) A isenção do IPVA para pessoas com deficiência é válida para dois veículos em nome do mesmo beneficiário.

C) As embarcações utilizadas para pesca profissional por pessoa natural são isentas de IPVA, com limite de uma embarcação por proprietário.

D) Veículos de empresas de transporte escolar são isentos de IPVA, sem necessidade de credenciamento.

E) A isenção para veículos de socorro médico depende exclusivamente do tipo de veículo.

### Comentários

**Alternativa A:** Incorreta. A isenção se aplica a veículos com 15 anos ou mais de uso, e não 10.

**Alternativa B:** Incorreta. A isenção para pessoas com deficiência é limitada a apenas um veículo por beneficiário.

**Alternativa C:** Correta. O Art. 94 estabelece isenção para embarcações de pesca profissional por pessoa natural, limitada a uma embarcação por proprietário.

**Alternativa D:** Incorreta. A isenção para veículos de transporte escolar requer credenciamento junto ao órgão competente.

**Alternativa E:** Incorreta. A isenção para veículos de socorro depende da finalidade de uso, e não apenas do tipo de veículo.

**Gabarito: C**

---

**45. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) De acordo com a Lei nº 11.651/91, sobre a responsabilidade pessoal pelo pagamento do IPVA, assinale a alternativa correta.**

A) O vendedor do veículo permanece responsável pelo pagamento do IPVA após a venda.

B) O comprador é responsável pelo pagamento de IPVA apenas no ano seguinte à aquisição do veículo.

C) A responsabilidade pelo pagamento do IPVA recai sobre o comprador em relação a fatos geradores anteriores à compra.

D) Em casos de alienação fiduciária, a responsabilidade é exclusiva do credor fiduciário.

E) O arrendatário nunca é responsável pelo pagamento do IPVA em contrato de leasing.

### Comentários



**Alternativa A:** Incorreta. Após a venda, a responsabilidade pelo pagamento do IPVA recai sobre o comprador.

**Alternativa B:** Incorreta. O comprador é responsável pelo pagamento do IPVA relativo a fatos geradores anteriores, não apenas a partir do ano seguinte.

**Alternativa C:** Correta. O Art. 98 estabelece que o comprador é pessoalmente responsável pelo pagamento do IPVA relacionado a fatos geradores anteriores à aquisição.

**Alternativa D:** Incorreta. Em casos de alienação fiduciária, a responsabilidade pelo pagamento do IPVA é solidária entre o credor fiduciário (banco ou financeira) e o fiduciante (usuário do veículo).

**Alternativa E:** Incorreta. O arrendatário é responsável por substituição pelo pagamento do IPVA em contrato de leasing (arrendamento mercantil).

**Gabarito: C**

---

**46. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) De acordo com a Lei nº 11.651/91, sobre o pagamento do IPVA, assinale a alternativa correta.**

- A) O pagamento do IPVA pode ser realizado em até 12 parcelas mensais.
- B) Não há desconto para o pagamento antecipado do IPVA.
- C) O pagamento do IPVA deve ser realizado exclusivamente em parcela única.
- D) O pagamento do IPVA vencido pode ser parcelado em até 6 vezes.
- E) O regulamento do IPVA não permite o parcelamento do imposto em nenhuma situação.

### Comentários

**Alternativa A:** Incorreta. O pagamento pode ser feito em até 10 parcelas mensais, não 12.

**Alternativa B:** Incorreta. A lei permite que haja desconto para pagamento antecipado em parcela única, conforme regulamento.

**Alternativa C:** Incorreta. O IPVA pode ser pago em parcelas, e não exclusivamente em parcela única.

**Alternativa D:** Correta. O Art. 100 permite o parcelamento do IPVA vencido em até 6 parcelas mensais e sucessivas.



**Alternativa E:** Incorreta. O regulamento permite o parcelamento do imposto, até 10 vezes para pagamentos em dia e 6 vezes para vencidos.

**Gabarito: D**

---

**47. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) Com relação às penalidades aplicáveis ao IPVA, conforme a Lei nº 11.651/91, assinale a alternativa correta.**

A) A multa para quem utiliza documentos adulterados para isenção é de 10% do valor do imposto.

B) A falta de pagamento do IPVA no prazo regulamentar resulta em uma multa de 20% do valor do imposto devido.

C) O uso de documentos falsos no registro de veículo gera uma multa de 50% do imposto devido.

D) Infrações relativas ao IPVA sempre resultam em multa de 25% do imposto devido.

E) A utilização de documento falso para comprovar regularidade tributária não gera multa.

### Comentários

**Alternativa A:** Incorreta. A multa para uso de documentos adulterados é de 100% do valor do imposto, não 10%.

**Alternativa B:** Correta. A falta de pagamento no prazo regulamentar resulta em multa de 20% do valor do imposto, conforme o Art. 106.

**Alternativa C:** Incorreta. A multa por uso de documentos falsos para reduzir o imposto é de 100%.

**Alternativa D:** Incorreta. As multas variam conforme a infração, podendo ser de 20%, 25% ou 100%.

**Alternativa E:** Incorreta. O uso de documento falso para comprovar regularidade tributária gera multa de 100% do valor do imposto devido.

**Gabarito: B**

---

**48. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) Com base na Lei nº 11.651/91, sobre o contribuinte do IPVA, assinale a alternativa correta.**

A) O contribuinte do IPVA é sempre o fabricante do veículo.



- B) O arrendatário em contrato de leasing não pode ser sujeito passivo do IPVA.
- C) O contribuinte do IPVA é o Estado onde o veículo está registrado.
- D) O proprietário do veículo automotor é o contribuinte do IPVA.
- E) O IPVA é cobrado apenas de concessionárias de veículos.

### Comentários

**Alternativa A:** Incorreta. O contribuinte do IPVA é o proprietário, não o fabricante do veículo.

**Alternativa B:** Incorreta. O arrendatário é sujeito passivo por substituição tributária em arrendamento mercantil (leasing).

**Alternativa D:** Incorreta. O Estado é o sujeito ativo do IPVA.

**Alternativa D:** Correta. O Art. 96 define o proprietário do veículo automotor como o contribuinte do IPVA.

**Alternativa E:** Incorreta. O IPVA é cobrado dos proprietários de veículos, não apenas de concessionárias. As concessionárias pagam sobre os veículos do ativo imobilizado.

**Gabarito: D**

---

**49. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) De acordo com a Lei nº 11.651/91, assinale a alternativa correta sobre as alíquotas do IPVA aplicáveis no Estado de Goiás:**

- A) O IPVA possui uma alíquota fixa de 3% para todos os tipos de veículos automotores, incluindo terrestres, aquáticos e aéreos.
- B) A alíquota de 3,75% aplica-se exclusivamente a automóveis de passeio com potência até 100cv.
- C) Veículos aquáticos utilizados no transporte coletivo de passageiros e carga têm alíquota reduzida de 1,25%.
- D) Motocicletas e automóveis de passeio com potência acima de 100cv estão sujeitos à mesma alíquota de 3,45%.
- E) Automóveis de passeio com potência até 100cv estão sujeitos a uma alíquota de 1% para incentivar o uso de veículos de menor potência.

### Comentários



**Alternativa A:** Incorreta. As alíquotas variam de acordo com o tipo e uso dos veículos. Por exemplo, ônibus, micro-ônibus e veículos aquáticos para transporte coletivo têm uma alíquota de 1,25%.

**Alternativa B:** Incorreta. A alíquota de 3,75% aplica-se a veículos terrestres de passeio, veículos aéreos e aquáticos, mas não é restrita a automóveis com potência até 100cv.

**Alternativa C:** Correta. De acordo com o Art. 93, veículos aquáticos e aéreos usados no transporte coletivo têm alíquota de 1,25%.

**Alternativa D:** Incorreta. A alíquota de 3,45% se aplica a veículos utilitários, não sendo aplicável a motocicletas ou automóveis de passeio com potência superior a 100cv.

**Alternativa E:** Incorreta. Não existe uma alíquota de 1% para incentivar veículos de menor potência; a alíquota aplicável para automóveis de passeio com até 100cv é de 3%.

**Gabarito: C**

---

**50. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) Sobre as isenções do IPVA previstas Na Lei nº 11.651/91, assinale a alternativa correta:**

A) A isenção se aplica a uma única embarcação de pesca profissional de pequeno porte por pescador natural.

B) Todos os veículos de propriedade de pessoas com deficiência são isentos de IPVA, sem restrição de valor.

C) Veículos com mais de 10 anos de uso são automaticamente isentos de IPVA.

D) O IPVA é isento para qualquer veículo de uso agrícola, independentemente de sua finalidade específica.

E) Veículos alugados (táxis) são isentos de IPVA independentemente de seu uso e da quantidade em posse do proprietário.

### Comentários

**Alternativa A:** Correta. O Art. 94 isenta uma única embarcação de pesca profissional de pequeno porte por pescador natural.

**Alternativa B:** Incorreta. A isenção é aplicável a veículos de pessoas com deficiência, mas há restrições quanto ao valor do veículo para que seja concedida.

**Alternativa C:** Incorreta. A isenção se aplica a veículos com 15 anos ou mais de uso, e não 10 anos.



**Alternativa D:** Incorreta. Apenas máquinas e tratores agrícolas têm isenção, desde que sejam utilizados exclusivamente para fins agrícolas.

**Alternativa E:** Incorreta. A isenção para táxis se limita a um veículo por proprietário.

**Gabarito: A**

---

**51. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) De acordo com a Lei nº 11.651/91, que define as isenções do IPVA, assinale a alternativa correta:**

A) Veículos adquiridos por pessoas em tratamento de câncer na rede pública são isentos, desde que o valor do veículo seja de até R\$ 90.000,00.

B) Todas as entidades religiosas possuem isenção automática de IPVA para veículos registrados em seu nome.

C) Somente veículos de uso agrícola de propriedade de pessoas jurídicas têm direito à isenção de IPVA.

D) Veículos de propriedade de escolas privadas são isentos de IPVA para facilitar o transporte escolar.

E) Em Goiás há previsão de isenção para motos de até 150 cc com 6 (seis) anos ou mais de uso.

### Comentários

**Alternativa A:** Inorreta. A isenção para pessoas em tratamento de câncer aplica-se a veículos até R\$ 70.000,00 e deve atender a critérios específicos.

**Alternativa B:** Incorreta. A isenção aplica-se a templos de qualquer culto, mas o uso do veículo deve estar vinculado a finalidades essenciais da instituição.

**Alternativa C:** Incorreta. A isenção para veículos de uso agrícola aplica-se a tratores e máquinas agrícolas, independentemente da titularidade (pessoa física ou jurídica).

**Alternativa D:** Incorreta. Escolas privadas não possuem isenção de IPVA.

**Alternativa E:** Correta. Conforme o inciso XV do Art. 94, há isenção para:

"motocicleta, ciclomotor, triciclo e motoneta até 150 cc com 6 (seis) anos ou mais de uso."

Atenção essa foi uma mudança recente na nossa legislação.

**Gabarito: E**

---



**52. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) De acordo com o Art. 90 da Lei nº 11.651/91, assinale a alternativa correta sobre a incidência do IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores) no Estado de Goiás.**

- A) O IPVA incide exclusivamente sobre veículos terrestres, como automóveis, motos e caminhões, estando isentos os veículos aquáticos e aéreos.
- B) O IPVA incide sobre a propriedade de veículos automotores de qualquer espécie, mesmo que o proprietário resida fora do Brasil.
- C) O IPVA é um imposto cujo pagamento é de responsabilidade do proprietário, estabelecendo um vínculo do imposto com ele.
- D) O IPVA não incide sobre veículos que estejam em nome de proprietários domiciliados no exterior.
- E) O IPVA incide apenas sobre os veículos automotores terrestres e aéreos.

### Comentários

#### Alternativa A:

Incorreta. O IPVA incide não apenas sobre veículos terrestres, mas também sobre veículos aquáticos (como lanchas e barcos) e aéreos (como aviões e helicópteros). A Lei nº 11.651/91 especifica que a incidência do IPVA ocorre sobre veículos automotores de todas as espécies.

#### Alternativa B:

Correta. De acordo com o Art. 90 da Lei nº 11.651/91, o IPVA incide sobre a propriedade de veículos automotores de qualquer tipo, seja terrestre, aquático ou aéreo, independentemente do domicílio do proprietário. Isso significa que, mesmo que o proprietário resida fora do Brasil, ele continua responsável pelo pagamento do IPVA sobre o veículo registrado no Estado de Goiás.

#### Alternativa C:

Incorreta. O IPVA é um imposto vinculado ao veículo, mas a responsabilidade pelo pagamento é do proprietário do veículo, conforme o parágrafo único do Art. 90. Isso quer dizer que a obrigação de pagamento acompanha o veículo, mas o proprietário registrado é quem deve pagar o tributo.

#### Alternativa D:

Incorreta. O domicílio do proprietário (seja ele no Brasil ou no exterior) não impede a incidência do IPVA sobre o veículo. O Art. 90 menciona explicitamente que o imposto é devido mesmo que o proprietário do veículo automotor resida no exterior.

#### Alternativa E:



Incorreta. O IPVA incide sobre a propriedade de veículo automotor **aéreo, aquático ou terrestre**.

**Gabarito: B**

---

**53. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) Considerando as disposições do Art. 91 da Lei nº 11.651/91 sobre o fato gerador do IPVA, assinale a alternativa correta:**

A) O fato gerador do IPVA ocorre na data de aquisição do veículo pelo revendedor, antes de sua venda ao consumidor final.

B) O fato gerador do IPVA ocorre no momento em que o consumidor final adquire o veículo novo pela primeira vez.

C) A incorporação de um veículo ao ativo permanente do consumidor final gera o fato gerador do IPVA.

D) O fato gerador do IPVA ocorre apenas no dia 1º de janeiro de cada ano, independentemente de outras situações.

E) Veículos adquiridos no exterior não têm fato gerador do IPVA até que sejam revendidos no Brasil.

### **Comentários**

#### **Alternativa A:**

Incorreta. O fato gerador do IPVA ocorre na primeira aquisição do veículo pelo consumidor final, não pelo revendedor. Enquanto o veículo estiver com o revendedor e disponível para venda, não há fato gerador do IPVA.

#### **Alternativa B:**

Correta. De acordo com o Art. 91, inciso I, o fato gerador ocorre na data da primeira aquisição do veículo novo por um consumidor final. Esse é o momento em que o imposto se torna devido pelo proprietário.

#### **Alternativa C:**

Incorreta. A incorporação ao ativo permanente gera fato gerador do IPVA apenas para fabricantes, revendedores e importadores. A legislação não menciona essa condição para o consumidor final.

#### **Alternativa D:**



Incorreta. O dia 1º de janeiro de cada ano é um dos momentos em que ocorre o fato gerador, mas apenas para veículos adquiridos em exercícios anteriores. Outras situações, como a aquisição de um veículo novo ou o desembaraço aduaneiro, também configuram o fato gerador.

**Alternativa E:**

Incorreta. Veículos adquiridos no exterior geram o fato gerador do IPVA na data do desembaraço aduaneiro (se importado por um consumidor final), que ocorre quando o veículo é liberado pela alfândega. Não é necessário que o veículo seja revendido no Brasil para que o imposto seja devido.

**Gabarito: B**

---

**54. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) Sobre as situações que caracterizam o fato gerador do IPVA, assinale a alternativa incorreta:**

A) Quando ocorre a perda de isenção ou não-incidência, ocorre o fato gerador do IPVA a partir da data em que o benefício é perdido.

B) A incorporação de um veículo ao ativo permanente do fabricante, do revendedor ou do importador configura o fato gerador do IPVA.

C) O desembaraço aduaneiro de um veículo importado diretamente pelo consumidor final configura o fato gerador do IPVA.

D) O fato gerador do IPVA ocorre apenas no dia 1º de janeiro de cada ano, para todos os veículos registrados no Estado de Goiás.

E) A primeira aquisição de um veículo novo pelo consumidor final configura o fato gerador do IPVA.

**Comentários.****Alternativa A:**

Correta. Quando um veículo que era isento ou não-incidente perde essa condição, ocorre o fato gerador do IPVA a partir da data da perda do benefício, conforme previsto no Art. 91, inciso IV.

**Alternativa B:**

Correta. A incorporação de um veículo ao ativo permanente do fabricante, do revendedor ou do importador é uma das situações descritas no Art. 91 que configuram o fato gerador do IPVA.

**Alternativa C:**

Correta. O desembaraço aduaneiro de um veículo importado configura o fato gerador do IPVA, pois é o momento em que o veículo é liberado para o consumidor final no Brasil.

**Alternativa D:**

Incorreta. Embora o dia 1º de janeiro seja um dos momentos em que o fato gerador ocorre, isso se aplica somente a veículos adquiridos em anos anteriores. O fato gerador não ocorre exclusivamente nesta data, já que outras situações também configuram a obrigação do pagamento.

**Alternativa E:**

Correta. A primeira aquisição de um veículo novo por um consumidor final gera o fato gerador do IPVA, conforme o Art. 91, inciso I.

**Gabarito: D**

---

**55. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) De acordo com o Art. 92 da Lei nº 11.651/91, assinale a alternativa que indica corretamente a base de cálculo do IPVA em relação a um veículo montado pelo próprio consumidor, utilizando partes e peças adquiridas individualmente:**

A) O valor total das partes e peças adquiridas, considerando o estado de conservação do veículo.

B) O valor médio de mercado do modelo mais similar disponível no mercado, sem considerar as partes e peças adquiridas.

C) O somatório dos valores constantes dos documentos fiscais relativos às partes e peças adquiridas, que não poderá ser inferior ao valor médio de mercado do veículo.

D) O valor de aquisição das partes e peças, com desconto referente ao estado de conservação do veículo.

E) O valor das partes e peças, acrescido do custo de montagem estimado pela autoridade administrativa, independentemente do valor médio de mercado.

**Comentários:****Alternativa A:**

Incorreta. A lei não considera o estado de conservação do veículo para definir a base de cálculo do IPVA. O valor é calculado com base no somatório das partes e peças, mas independentemente do estado de conservação do veículo.

**Alternativa B:**

Incorreta. O valor médio de mercado do modelo similar só seria utilizado se não fosse possível determinar a base de cálculo a partir dos valores de peças e partes adquiridas. Neste caso específico, o somatório das peças deve ser considerado, mas sempre respeitando o limite mínimo do valor médio de mercado.

**Alternativa C:**

Correta. Esta é a alternativa que reflete corretamente a regra prevista no Art. 92. Para veículos montados pelo próprio consumidor, a base de cálculo do IPVA é o somatório dos valores constantes dos documentos fiscais de partes e peças, mas essa soma não pode ser inferior ao valor médio de mercado.

**Alternativa D:**

Incorreta. O estado de conservação do veículo não afeta a base de cálculo, conforme especificado no § 3º do Art. 92. Assim, não se aplica qualquer desconto relacionado ao estado de conservação.

**Alternativa E:**

Incorreta. A base de cálculo não inclui um "custo de montagem estimado pela autoridade administrativa" como regra. A base é o somatório das peças e partes adquiridas, sem considerar acréscimos estimados.

**Gabarito: C**

---

**56. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) De acordo com o Art. 93 da Lei nº 11.651/91, qual é a alíquota do IPVA para um ônibus utilizado no transporte coletivo de passageiros?**

- A) 3,75%
- B) 1,25%
- C) 3%
- D) 3,45%
- E) 5%

**Comentários****Alternativa A: 3,75%**

Incorreta. A alíquota de 3,75% aplica-se a veículos de passeio, veículos aéreos, veículos aquáticos e outros veículos não especificados. Um ônibus de transporte coletivo de passageiros se enquadra na alíquota de 1,25%.



**Alternativa B: 1,25%**

Correta. Conforme o inciso I do Art. 93, a alíquota de 1,25% é aplicada para ônibus, microônibus, caminhões e veículos aéreos e aquáticos utilizados no transporte coletivo de passageiros e de carga.

**Alternativa C: 3%**

Incorreta. A alíquota de 3% aplica-se a motocicletas, ciclomotores, triciclos, quadriciclos, motonetas e automóveis de passeio com potência até 100cv, não a ônibus.

**Alternativa D: 3,45%**

Incorreta. A alíquota de 3,45% é aplicável para veículos utilitários, e não para ônibus de transporte coletivo.

**Alternativa E: 5%**

Incorreta. O Art. 93 não estabelece nenhuma alíquota de 5% para o IPVA. Essa alternativa foi incluída para confundir.

**Gabarito: B**

---

**57. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) Qual alíquota do IPVA aplica-se a um automóvel de passeio com potência de 90cv, de acordo com o Art. 93 da Lei nº 11.651/91?**

- A) 1,25%
- B) 3%
- C) 3,45%
- D) 3,75%
- E) 5%

**Comentários****Alternativa A: 1,25%**

Incorreta. A alíquota de 1,25% se aplica a ônibus, microônibus, caminhões e veículos aéreos e aquáticos usados para transporte coletivo, e não a automóveis de passeio.

**Alternativa B: 3%**

Correta. De acordo com o inciso II do Art. 93, a alíquota de 3% é aplicada a motocicletas, ciclomotores, triciclos, quadriciclos, motonetas e automóveis de passeio com potência até 100cv, o que inclui o automóvel de 90cv mencionado.

**Alternativa C: 3,45%**

Incorreta. A alíquota de 3,45% é aplicada a veículos utilitários, e não a automóveis de passeio com potência de até 100cv.

**Alternativa D: 3,75%**

Incorreta. A alíquota de 3,75% aplica-se a veículos de passeio com potência superior a 100cv e demais veículos não especificados. Como o automóvel do enunciado tem 90cv, ele não se enquadra nessa alíquota.

**Alternativa E: 5%**

Incorreta. Não existe uma alíquota de 5% no Art. 93. Essa alternativa foi incluída para desviar a atenção.

**Gabarito: B**

---

**58. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) De acordo com o Art. 94 da Lei nº 11.651/91, qual das seguintes alternativas descreve corretamente uma condição para que um veículo destinado ao uso de pessoa com deficiência seja isento do IPVA?**

- A) O veículo deve ter potência máxima de 1.0 (1000cc).
- B) O veículo deve ser exclusivamente utilizado para fins de transporte coletivo.
- C) O valor do veículo deve estar dentro do limite estabelecido para a isenção integral do ICMS, limitado a um veículo por beneficiário.
- D) A pessoa com deficiência deve conduzir o veículo obrigatoriamente.
- E) O veículo deve ser de fabricação estrangeira e possuir até 1500cc de potência.

**Comentários****Alternativa A:**

Incorreta. O Art. 94 não exige um limite de cilindrada para veículos de pessoas com deficiência. A condição é que o valor do veículo não exceda o limite estabelecido para a isenção integral do ICMS.

**Alternativa B:**

Incorreta. A exigência de uso exclusivo para transporte coletivo não se aplica a veículos de pessoas com deficiência. Essa exigência é aplicável a veículos usados no transporte coletivo, como ônibus e microônibus.

**Alternativa C:**

Correta. De acordo com o Art. 94, inciso IV, o valor do veículo não pode exceder o limite da isenção integral do ICMS, e a isenção é limitada a um veículo por beneficiário.

**Alternativa D:**

Incorreta. A condução do veículo não precisa ser feita exclusivamente pela pessoa com deficiência. O benefício permite que o veículo seja conduzido por outro condutor autorizado, caso o beneficiário não possa dirigir.

**Alternativa E:**

Incorreta. O veículo deve ser nacional, não estrangeiro, e o limite de cilindrada não é mencionado para essa isenção específica.

**Gabarito: C**

---

**59. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) A isenção do IPVA aplica-se a uma embarcação utilizada por um pescador profissional. Qual das condições abaixo é necessária para que a isenção seja válida?**

- A) A embarcação deve ter capacidade de carga de até 5 toneladas.
- B) A isenção é limitada a uma embarcação por pescador profissional.
- C) A embarcação deve ser destinada ao transporte coletivo.
- D) A isenção aplica-se apenas se o pescador utilizar a embarcação para turismo.
- E) A embarcação deve ser registrada em nome de uma empresa de pesca.

**Comentários****Alternativa A:**

Incorreta. O limite de capacidade de carga para isenção é de até 3 toneladas, não 5 toneladas.

**Alternativa B:**

Correta. A isenção é limitada a uma embarcação por pescador profissional para uso na atividade pesqueira, conforme o Art. 94, inciso IX.



**Alternativa C:**

Incorreta. A embarcação deve ser utilizada na atividade pesqueira e não para transporte coletivo.

**Alternativa D:**

Incorreta. A isenção se aplica à atividade pesqueira, e não ao turismo.

**Alternativa E:**

Incorreta. A isenção é concedida a pescadores profissionais, pessoa natural, e não a empresas de pesca.

**Gabarito: B**

---

**60. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) Qual das alternativas abaixo está correta quanto às condições para isenção do IPVA para veículos de aluguel (mototáxi) no Estado de Goiás?**

A) A isenção é limitada a 10.000 mototáxis no Estado, distribuídos igualmente entre os municípios.

B) Não há limite de veículos para mototáxi isentos de IPVA no Estado.

C) O mototaxista deve estar cadastrado no município onde atua e comprovar o pagamento da contribuição sindical anual.

D) A isenção é válida para qualquer número de veículos de propriedade do mototaxista.

E) A isenção aplica-se apenas a veículos de aluguel com potência superior a 150cc.

**Comentários****Alternativa A:**

Incorreta. O limite para a modalidade de mototáxi isento é de 6.500 veículos, e a distribuição deve observar a proporcionalidade entre os municípios, conforme o número de habitantes, e não uma distribuição igual.

**Alternativa B:**

Incorreta. Existe, sim, um limite para a isenção de mototáxis: são 6.500 veículos em todo o Estado de Goiás.

**Alternativa C:**

Correta. Para a concessão de isenção ao mototaxista, ele deve estar cadastrado no município em que atua e comprovar o pagamento da contribuição sindical federal anual, conforme o § 4º do Art. 94.

**Alternativa D:**

Incorreta. A isenção para mototáxi é limitada a um veículo por proprietário.

**Alternativa E:**

Incorreta. A lei não estabelece um limite mínimo de potência para a isenção de mototáxis.

**Gabarito: C**

---

**61. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) De acordo com o Art. 94-A da Lei nº 11.651/91, qual das alternativas abaixo descreve corretamente um requisito para que um automóvel de passeio com potência até 1000cc possa ter sua base de cálculo do IPVA reduzida em até 50%?**

- A) O proprietário deve ter contribuído para a Previdência Social no ano anterior.
- B) O automóvel deve ter sido registrado em outra unidade da Federação.
- C) O proprietário não pode ter cometido infrações de trânsito nos últimos 12 meses.
- D) O automóvel deve ter potência mínima de 1200cc.
- E) O benefício é concedido automaticamente para todos os veículos de passeio.

**Comentários**

**Alternativa A:**

Incorreta. Não há exigência de contribuição para a Previdência Social para obter a redução do IPVA. O requisito está relacionado ao histórico de trânsito e ao licenciamento regular.

**Alternativa B:**

Incorreta. O veículo deve estar registrado no Estado de Goiás para obter o benefício. Um registro em outra unidade da Federação não atende aos requisitos do Art. 94-A.

**Alternativa C:**

Correta. Um dos requisitos para a concessão do benefício é que o proprietário não tenha cometido infrações de trânsito nos últimos 12 meses.

**Alternativa D:**



Incorreta. O limite de potência para automóveis elegíveis ao benefício é até 1000cc, e não uma potência mínima de 1200cc.

**Alternativa E:**

Incorreta. O benefício não é concedido automaticamente; ele depende do cumprimento de requisitos específicos, incluindo histórico de trânsito e licenciamento regular.

**Gabarito: C**

**62. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) Para uma empresa de locação de veículos no Estado de Goiás se beneficiar da redução da base de cálculo do IPVA para uma alíquota equivalente a 1%, ela deve cumprir qual das condições a seguir?**

- A) Ter todos os seus veículos registrados fora do Estado de Goiás.
- B) Ter no mínimo 50% de sua receita bruta proveniente da atividade de locação de veículos.
- C) Possuir apenas veículos com potência inferior a 1000cc.
- D) Estar dispensada do licenciamento anual dos veículos.
- E) Ser proprietária de no mínimo 100 veículos de locação.

**Comentários****Alternativa A:**

Incorreta. Os veículos da empresa devem estar registrados no Estado de Goiás para que ela receba o benefício da redução da base de cálculo.

**Alternativa B:**

Correta. Para se qualificar, a empresa precisa ter pelo menos 50% de sua receita bruta proveniente da locação de veículos, conforme estabelecido no Art. 94-B, § 1º.

**Alternativa C:**

Incorreta. Não há restrição de potência dos veículos para a empresa obter o benefício; a condição principal é que a atividade de locação represente 50% da receita bruta.

**Alternativa D:**

Incorreta. A empresa deve manter o licenciamento anual dos veículos em dia; estar dispensada do licenciamento é incorreto e não atende aos requisitos do Art. 94-B.

**Alternativa E:**

Incorreta. A lei não exige uma quantidade mínima de veículos para a empresa obter o benefício.

**Gabarito: B**

---

**63. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) Qual dos seguintes veículos não é elegível para a redução da base de cálculo do IPVA em até 50%, de acordo com o Art. 94-A?**

- A) Um automóvel de passeio com potência de 950cc, cujo proprietário possui infrações de trânsito no último ano.
- B) Um automóvel de passeio com potência de 1000cc e licenciamento regular.
- C) Uma motocicleta de 125cc, sem infrações de trânsito registradas nos últimos 12 meses.
- D) Um triciclo de 120cc, cujo proprietário manteve o licenciamento em dia.
- E) Um automóvel de passeio com potência de 900cc, sem infrações de trânsito no último ano.

### **Comentários**

#### **Alternativa A:**

Correta. O veículo possui potência elegível para o benefício (950cc), mas o proprietário não atende ao requisito de não ter infrações de trânsito no último ano. Portanto, ele não é elegível para a redução da base de cálculo do IPVA.

#### **Alternativa B:**

Incorreta. Este veículo cumpre o limite de potência (1000cc) e, se o proprietário atender aos outros requisitos (licenciamento regular e ausência de infrações), o automóvel seria elegível.

#### **Alternativa C:**

Incorreta. Uma motocicleta de 125cc está dentro do limite de cilindrada e, com um histórico de trânsito sem infrações nos últimos 12 meses, é elegível para o benefício.

#### **Alternativa D:**

Incorreta. O triciclo de 120cc está dentro dos critérios de cilindrada e, com licenciamento em dia, é elegível para a redução da base de cálculo.

#### **Alternativa E:**

Incorreta. O automóvel de 900cc também atende ao requisito de potência, e, sem infrações no último ano, seria elegível ao benefício.



**Gabarito: A**

---

**64. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) De acordo com a Lei nº 11.651/91, quem é considerado contribuinte do IPVA?**

- A) O fiduciante em um contrato de alienação fiduciária.
- B) O arrendatário em um contrato de leasing.
- C) O proprietário do veículo automotor.
- D) A autoridade administrativa que realiza o registro do veículo.
- E) A pessoa que utiliza o veículo sem ser proprietária.

#### **Comentários**

##### **Alternativa A:**

Incorreta. O fiduciante em um contrato de alienação fiduciária é considerado sujeito passivo por substituição tributária, mas não é o contribuinte direto. O contribuinte é o proprietário do veículo.

##### **Alternativa B:**

Incorreta. O arrendatário em um contrato de leasing também é sujeito passivo por substituição tributária. A responsabilidade de pagamento do IPVA é transferida para ele, mas ele não é o contribuinte original.

##### **Alternativa C:**

Correta. O contribuinte do IPVA é o proprietário do veículo automotor, seja ele aéreo, aquático ou terrestre, conforme o Art. 96.

##### **Alternativa D:**

Incorreta. A autoridade administrativa pode ser solidariamente responsável em certas situações, mas não é o contribuinte do IPVA.

##### **Alternativa E:**

Incorreta. A pessoa que utiliza o veículo sem ser proprietária não é o contribuinte. O contribuinte é quem detém a propriedade do veículo.

**Gabarito: C**

---



**65. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) No caso de alienação fiduciária, quem é considerado o sujeito passivo por substituição tributária responsável pelo pagamento do IPVA?**

- A) O banco ou instituição financeira, que é o proprietário legal do veículo.
- B) O fiduciante, que mantém a posse e o uso do veículo.
- C) O arrendatário, que utiliza o veículo através de um contrato de leasing.
- D) A autoridade administrativa responsável pelo registro do veículo.
- E) O adquirente do veículo após a quitação do financiamento.

### Comentários

#### Alternativa A:

Incorreta. Embora o banco ou instituição financeira seja o proprietário legal do veículo durante o contrato de alienação fiduciária, ele não é o sujeito passivo por substituição. O pagamento do IPVA é responsabilidade do fiduciante.

#### Alternativa B:

Correta. O fiduciante é o sujeito passivo por substituição tributária no caso de alienação fiduciária. Embora ele não seja o proprietário legal, é ele quem deve pagar o IPVA enquanto mantiver a posse do veículo.

#### Alternativa C:

Incorreta. O arrendatário é o sujeito passivo por substituição tributária apenas em contratos de leasing (arrendamento mercantil), não em alienação fiduciária.

#### Alternativa D:

Incorreta. A autoridade administrativa pode ser solidariamente responsável em alguns casos, mas não é o sujeito passivo por substituição.

#### Alternativa E:

Incorreta. O adquirente assume a responsabilidade do IPVA após a quitação do financiamento e a transferência de propriedade, mas ele não é o sujeito passivo por substituição durante o período de alienação fiduciária.

#### Gabarito: B

---

**66. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) Qual das seguintes pessoas ou entidades é solidariamente responsável pelo pagamento do IPVA, conforme o Art. 99?**



- A) Apenas o proprietário do veículo.
- B) A empresa locadora de veículos que concede o veículo em leasing, juntamente com o arrendatário.
- C) O adquirente de um veículo, que assume o IPVA de períodos anteriores.
- D) O credor fiduciário que concedeu o financiamento, mas não o fiduciante.
- E) O servidor que efetua o registro do veículo, desde que o IPVA esteja quitado.

### Comentários

#### Alternativa A:

Incorreta. A responsabilidade solidária envolve mais de uma pessoa ou entidade. Apenas o proprietário do veículo não configura uma situação de responsabilidade solidária.

#### Alternativa B:

Correta. Em contratos de leasing, tanto a empresa proprietária (arrendadora) quanto o arrendatário (usuário) são solidariamente responsáveis pelo pagamento do IPVA.

#### Alternativa C:

Incorreta. O adquirente é pessoalmente responsável pelo IPVA referente a períodos anteriores, mas essa responsabilidade não é solidária.

#### Alternativa D:

Incorreta. A responsabilidade solidária inclui tanto o credor fiduciário quanto o fiduciante no caso de alienação fiduciária. O credor fiduciário não é o único responsável solidário.

#### Alternativa E:

Incorreta. A autoridade administrativa que realiza o registro do veículo é solidariamente responsável apenas se não exigir a quitação do IPVA pendente, não quando o imposto já foi pago.

#### Gabarito: B

---

**67. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) De acordo com o Art. 100 da Lei nº 11.651/91, qual das alternativas está correta em relação às opções de pagamento do IPVA?**

- A) O IPVA pode ser parcelado em até 12 vezes mensais, iguais e sucessivas.
- B) O pagamento antecipado, em parcela única, concede um desconto obrigatório de 10%.
- C) Em caso de atraso, o IPVA pode ser parcelado em até 10 parcelas.



D) O IPVA vincendo pode ser parcelado em até 10 vezes, enquanto o IPVA vencido pode ser parcelado em até 6 vezes.

E) O parcelamento do IPVA, vencido ou vincendo, só pode ser realizado com autorização judicial.

### Comentários

#### Alternativa A:

Incorreta. O IPVA pode ser parcelado em até 10 vezes, e não 12, para imposto vincendo, conforme o § 1º do Art. 100.

#### Alternativa B:

Incorreta. O desconto para pagamento antecipado em parcela única é facultativo e depende da regulamentação, não sendo obrigatório nem especificado em 10%.

#### Alternativa C:

Incorreta. O IPVA vencido pode ser parcelado em até 6 parcelas, conforme o § 3º do Art. 100, e não em 10 parcelas.

#### Alternativa D:

Correta. O Art. 100 permite o parcelamento em até 10 parcelas para o imposto vincendo (a vencer) e em até 6 parcelas para o imposto vencido (em atraso).

#### Alternativa E:

Incorreta. Não há necessidade de autorização judicial para parcelar o IPVA; o parcelamento pode ser feito diretamente, conforme estabelecido pela regulamentação.

#### Gabarito: D

---

**68. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) Conforme o Art. 101 da Lei nº 11.651/91, quando o IPVA é calculado proporcionalmente ao número de meses decorridos no ano, incluindo o mês do evento?**

- A) Quando ocorre a primeira aquisição de um veículo novo pelo consumidor final.
- B) Quando um veículo perde sua condição de isenção no meio do ano.
- C) Quando um veículo é inutilizado ou subtraído permanentemente.
- D) No momento em que um veículo é importado e ocorre o desembaraço aduaneiro.



E) Quando um veículo é incorporado ao ativo permanente do fabricante ou revendedor.

### Comentários

#### Alternativa A:

Incorreta. A primeira aquisição de um veículo resulta no cálculo proporcional com base nos meses faltantes no ano, não nos meses decorridos.

#### Alternativa B:

Incorreta. Quando um veículo perde sua condição de isenção, o cálculo é feito com base nos meses faltantes, ou seja, a partir do momento em que o veículo passa a ser tributável.

#### Alternativa C:

Correta. Quando um veículo é inutilizado ou subtraído permanentemente, o IPVA é calculado proporcionalmente com base nos meses decorridos até o evento.

#### Alternativa D:

Incorreta. No caso de desembaraço aduaneiro de veículo importado, o IPVA é calculado pelos meses faltantes no ano, a partir da data de importação.

#### Alternativa E:

Incorreta. A incorporação ao ativo permanente do fabricante ou revendedor gera o cálculo proporcional com base nos meses faltantes no ano.

#### Gabarito: C

---

**69. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) Segundo o Art. 106 da Lei nº 11.651/91, qual é a multa aplicada quando o contribuinte utiliza um documento falso para obter uma isenção do IPVA?**

- A) 20% do valor do imposto devido.
- B) 25% do valor do imposto devido.
- C) 50% do valor do imposto devido.
- D) 100% do valor do imposto devido.
- E) 10% do valor do imposto devido.

### Comentários



**Alternativa A:**

Incorreta. A multa de 20% é aplicada apenas quando o contribuinte não paga o IPVA dentro do prazo do calendário de pagamento. O uso de documento falso para obter isenção é penalizado mais severamente.

**Alternativa B:**

Incorreta. A multa de 25% se aplica quando o sujeito passivo deixa de encaminhar o veículo para matrícula, inscrição, registro ou cadastramento fazendário no prazo regulamentar, e não para o uso de documento falso.

**Alternativa C:**

Incorreta. A multa de 50% era uma previsão anterior para falta de pagamento, mas atualmente o valor foi reduzido para 20% em casos de inadimplência. Para o uso de documento falso, a penalidade é ainda maior.

**Alternativa D:**

Correta. O Art. 106, inciso III, estabelece uma multa de 100% do valor do imposto devido quando o contribuinte utiliza documento adulterado, falso ou indevido para obter isenção, reduzir ou excluir o valor do imposto.

**Alternativa E:**

Incorreta. Não existe uma multa de 10% para infrações relacionadas ao IPVA na legislação mencionada.

**Gabarito: D**

---

**70. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) Em relação às penalidades do IPVA, qual das situações a seguir acarreta uma multa de 25% sobre o valor do imposto devido?**

- A) O sujeito passivo atrasa o pagamento do IPVA além do prazo previsto no calendário de pagamento.
- B) O contribuinte utiliza um documento falso para comprovar regularidade tributária.
- C) O proprietário do veículo deixa de encaminhar o veículo para matrícula ou registro dentro do prazo regulamentar.
- D) O veículo é registrado com documentos falsos para reduzir o imposto devido.
- E) O pagamento do IPVA é feito em atraso, mas com desconto aplicado.



**Comentários****Alternativa A:**

Incorreta. O atraso no pagamento do IPVA resulta em uma multa de 20% sobre o valor do imposto devido, conforme o inciso I do Art. 106.

**Alternativa B:**

Incorreta. O uso de documento falso para comprovar regularidade tributária ou obter benefícios indevidos é penalizado com uma multa de 100% do valor do imposto devido.

**Alternativa C:**

Correta. O inciso II do Art. 106 estabelece uma multa de 25% sobre o valor do imposto devido quando o proprietário deixa de encaminhar o veículo para matrícula, inscrição, registro ou cadastramento fazendário no prazo regulamentar.

**Alternativa D:**

Incorreta. A falsificação de documentos para reduzir ou excluir o imposto é punida com uma multa de 100% do valor do imposto devido, conforme o inciso III.

**Alternativa E:**

Incorreta. Não há previsão de desconto em multas aplicadas por atraso; a penalidade de 20% aplica-se ao valor integral do imposto devido.

**Gabarito: C**

---

**71. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025)** Em março de 2025, a empresa TransGo adquiriu um ônibus novo, com valor de aquisição de R\$ 400.000,00, destinado ao transporte coletivo de passageiros. Sabendo que se trata da primeira aquisição do veículo por consumidor final, qual será o valor do IPVA devido em 2025?

- A) R\$ 1.250,00
- B) R\$ 3.750,00
- C) R\$ 3.333,33
- D) R\$ 4.166,67
- E) R\$ 5.000,00

**Comentário:**

- Alíquota: 1,25%
- Proporção: março a dezembro = 10/12



- Cálculo:  $(400.000 \times 10/12) \times 0,0125 = R\$ 4.166,67$

**Gabarito: D**

---

72. Em julho de 2025, Paula adquiriu uma motocicleta 0km com 100cv, avaliada em R\$ 18.000,00. Sabendo que se trata de sua primeira aquisição e que a moto está sujeita à alíquota de 3%, qual será o valor do IPVA devido no ano da compra?

- A) R\$ 450,00
- B) R\$ 540,00
- C) R\$ 270,00
- D) R\$ 600,00
- E) R\$ 675,00

**Comentário:**

- Alíquota: 3%
- Proporção: julho a dezembro = 6/12
- Cálculo:  $(18.000 \times 6/12) \times 0,03 = R\$ 270,00$

**Gabarito: C**

---

73. Em abril de 2025, uma empresa adquiriu uma picape utilitária nova de uma concessionária em Anápolis, avaliada em R\$ 150.000,00, para uso comercial. Sabendo que o veículo se enquadra como utilitário (alíquota de 3,45%), qual será o valor do IPVA devido no exercício de 2025?

- A) R\$ 3.937,50
- B) R\$ 4.312,50
- C) R\$ 4.725,00
- D) R\$ 5.175,00
- E) NDA

**Comentário:**



Ao caso em análise, temos a previsão de uma isenção na compra desse veículo. Assim, o valor de IPVA a ser pago é de R\$ 0,00.

*Art. 94. É isenta do IPVA a propriedade dos seguintes veículos:*

(...)

*§ 5º É também isento o IPVA incidente:*

*I - na data da primeira aquisição do veículo novo por consumidor final de que trata o inciso I do art. 91 desta Lei, desde que seja adquirido de estabelecimento localizado no Estado de Goiás;*

**Gabarito: E**

**74. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) De acordo com a Lei nº 11.651/91, assinale a alternativa correta sobre a incidência do IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores) no Estado de Goiás.**

A) O IPVA incide exclusivamente sobre veículos terrestres, como automóveis, motos e caminhões, estando isentos os veículos aquáticos e aéreos.

B) O IPVA incide sobre a propriedade de veículos automotores de qualquer espécie, mesmo que o proprietário resida fora do Brasil.

C) O IPVA é um imposto cujo pagamento é de responsabilidade do proprietário, estabelecendo um vínculo do imposto com ele.

D) O IPVA não incide sobre veículos que estejam em nome de proprietários domiciliados no exterior.

E) O IPVA incide apenas sobre os veículos automotores terrestres e aéreos.

### Comentários

Alternativa A:

Incorreta. O IPVA incide não apenas sobre veículos terrestres, mas também sobre veículos aquáticos (como lanchas e barcos) e aéreos (como aviões e helicópteros). A Lei nº 11.651/91 especifica que a incidência do IPVA ocorre sobre veículos automotores de todas as espécies.

Alternativa B:

Correta. De acordo com o Art. 90 da Lei nº 11.651/91, o IPVA incide sobre a propriedade de veículos automotores de qualquer tipo, seja terrestre, aquático ou aéreo, independentemente do domicílio do proprietário. Isso significa que, mesmo que o proprietário resida fora do Brasil, ele continua responsável pelo pagamento do IPVA sobre o veículo registrado no Estado de Goiás.



Alternativa C:

Incorreta. O IPVA é um imposto vinculado ao veículo, mas a responsabilidade pelo pagamento é do proprietário do veículo, conforme o parágrafo único do Art. 90. Isso quer dizer que a obrigação de pagamento acompanha o veículo, mas o proprietário registrado é quem deve pagar o tributo.

Alternativa D:

Incorreta. O domicílio do proprietário (seja ele no Brasil ou no exterior) não impede a incidência do IPVA sobre o veículo. O Art. 90 menciona explicitamente que o imposto é devido mesmo que o proprietário do veículo automotor resida no exterior.

Alternativa E:

Incorreta. O IPVA incide sobre a propriedade de veículo automotor aéreo, aquático ou terrestre.

**Gabarito: B**

---

**75. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) Considerando as disposições da Lei nº 11.651/91 sobre o fato gerador do IPVA, assinale a alternativa correta:**

A) O fato gerador do IPVA ocorre na data de aquisição do veículo pelo revendedor, antes de sua venda ao consumidor final.

B) O fato gerador do IPVA ocorre no momento em que o consumidor final adquire o veículo novo pela primeira vez.

C) A incorporação de um veículo ao ativo permanente do consumidor final gera o fato gerador do IPVA.

D) O fato gerador do IPVA ocorre apenas no dia 1º de janeiro de cada ano, independentemente de outras situações.

E) Veículos adquiridos no exterior não têm fato gerador do IPVA até que sejam revendidos no Brasil.

### Comentários

Alternativa A:

Incorreta. O fato gerador do IPVA ocorre na primeira aquisição do veículo pelo consumidor final, não pelo revendedor. Enquanto o veículo estiver com o revendedor e disponível para venda, não há fato gerador do IPVA.



Alternativa B:

Correta. De acordo com o Art. 91, inciso I, o fato gerador ocorre na data da primeira aquisição do veículo novo por um consumidor final. Esse é o momento em que o imposto se torna devido pelo proprietário.

Alternativa C:

Incorreta. A incorporação ao ativo permanente gera fato gerador do IPVA apenas para fabricantes, revendedores e importadores. A legislação não menciona essa condição para o consumidor final.

Alternativa D:

Incorreta. O dia 1º de janeiro de cada ano é um dos momentos em que ocorre o fato gerador, mas apenas para veículos adquiridos em exercícios anteriores. Outras situações, como a aquisição de um veículo novo ou o desembaraço aduaneiro, também configuram o fato gerador.

Alternativa E:

Incorreta. Veículos adquiridos no exterior geram o fato gerador do IPVA na data do desembaraço aduaneiro (se importado por um consumidor final), que ocorre quando o veículo é liberado pela alfândega. Não é necessário que o veículo seja revendido no Brasil para que o imposto seja devido.

**Gabarito: B**

---

**76. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) De acordo com a Lei nº 11.651/91, assinale a alternativa que indica corretamente a base de cálculo do IPVA em relação a um veículo montado pelo próprio consumidor, utilizando partes e peças adquiridas individualmente:**

A) O valor total das partes e peças adquiridas, considerando o estado de conservação do veículo.

B) O valor médio de mercado do modelo mais similar disponível no mercado, sem considerar as partes e peças adquiridas.

C) O somatório dos valores constantes dos documentos fiscais relativos às partes e peças adquiridas, que não poderá ser inferior ao valor médio de mercado do veículo.

D) O valor de aquisição das partes e peças, com desconto referente ao estado de conservação do veículo.

E) O valor das partes e peças, acrescido do custo de montagem estimado pela autoridade administrativa, independentemente do valor médio de mercado.



**Comentários:**

## Alternativa A:

Incorreta. A lei não considera o estado de conservação do veículo para definir a base de cálculo do IPVA. O valor é calculado com base no somatório das partes e peças, mas independentemente do estado de conservação do veículo.

## Alternativa B:

Incorreta. O valor médio de mercado do modelo similar só seria utilizado se não fosse possível determinar a base de cálculo a partir dos valores de peças e partes adquiridas. Neste caso específico, o somatório das peças deve ser considerado, mas sempre respeitando o limite mínimo do valor médio de mercado.

## Alternativa C:

Correta. Esta é a alternativa que reflete corretamente a regra prevista no Art. 92. Para veículos montados pelo próprio consumidor, a base de cálculo do IPVA é o somatório dos valores constantes dos documentos fiscais de partes e peças, mas essa soma não pode ser inferior ao valor médio de mercado.

## Alternativa D:

Incorreta. O estado de conservação do veículo não afeta a base de cálculo, conforme especificado no § 3º do Art. 92. Assim, não se aplica qualquer desconto relacionado ao estado de conservação.

## Alternativa E:

Incorreta. A base de cálculo não inclui um "custo de montagem estimado pela autoridade administrativa" como regra. A base é o somatório das peças e partes adquiridas, sem considerar acréscimos estimados.

**Gabarito: C**

**77. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) De acordo com a Lei nº 11.651/91, qual é a base de cálculo do IPVA na primeira aquisição de um veículo novo por consumidor final?**

- A) O valor de mercado do veículo divulgado em tabela oficial.
- B) O valor constante da nota fiscal de aquisição.
- C) O valor constante da nota fiscal de aquisição, acrescido do valor de opcionais, acessórios e demais despesas relativas à operação.
- D) O valor do veículo sugerido pelo fabricante.



E) O valor constante da nota fiscal de aquisição, deduzindo-se os tributos incidentes.

**Comentários:**

A) Incorreta. Essa regra se aplica a veículos adquiridos em exercícios anteriores, conforme o inciso V do Art. 92.

B) Incorreta. Embora o valor da nota fiscal seja um componente, a base de cálculo é mais abrangente.

C) Correta. O inciso I do Art. 92 estabelece que: "A base de cálculo do IPVA é: I - o valor constante do documento fiscal relativo à aquisição, acrescido do valor de opcional e acessório e das demais despesas relativas à operação, quando se tratar da primeira aquisição do veículo novo por consumidor final;"

D) Incorreta. O valor sugerido pelo fabricante pode não ser o valor efetivo da operação.

E) Incorreta. Os tributos incidentes geralmente não são deduzidos da base de cálculo do imposto.

**Gabarito: C**

**78. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) De acordo com a Lei nº 11.651/91, como se determina a base de cálculo do IPVA de um veículo adquirido em exercício anterior?**

A) Pelo valor médio de mercado divulgado em tabela elaborada por órgão próprio indicado em regulamento.

B) Pelo valor do custo de aquisição ou fabricação.

C) Pelo valor constante do documento fiscal de aquisição.

D) Pelo valor venal do veículo apurado pelo município.

E) Pelo valor segurado do veículo.

**Comentários:**

A) Correta. O inciso V do Art. 92 estabelece que: "A base de cálculo do IPVA é: [...] V - o valor médio de mercado divulgado em tabela elaborada por órgão próprio indicado em regulamento, quando se tratar de veículo adquirido em exercício anterior"

B) Incorreta. Essa regra se aplica à incorporação de veículo ao ativo permanente, conforme o inciso III do Art. 92.



C) Incorreta. Essa regra se aplica à primeira aquisição de veículo novo, conforme o inciso I do Art. 92.

D) Incorreta. O valor venal é utilizado para outros impostos, como o IPTU.

E) Incorreta. O valor segurado é para fins de indenização em caso de sinistro, não sendo a base de cálculo do IPVA.

**Gabarito: A**

---

**79. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) Um contribuinte no Estado de Goiás adquiriu diversas partes e peças e contratou serviços para montar um veículo por conta própria. Os valores são:**

- Partes e peças: R\$ 30.000
- Serviços de montagem: R\$ 10.000

**Sabendo que o valor médio de mercado para um veículo similar é de R\$ 50.000, qual será a base de cálculo do IPVA para esse veículo?**

- A) R\$ 40.000
- B) R\$ 50.000
- C) R\$ 30.000
- D) R\$ 10.000
- E) R\$ 60.000

**Comentários:**

B) R\$ 50.000: Correta. Conforme o Art. 92, IV, a base de cálculo deve ser o maior valor entre o somatório das partes e serviços e o valor médio de mercado. Nesse caso, como R\$ 40.000 é inferior a R\$ 50.000, utiliza-se o valor médio de mercado.

*Conforme o Art. 92, IV do Código Tributário do Estado de Goiás:*

*"A base de cálculo do IPVA é: (...) IV - o somatório dos valores constantes de documento fiscal relativo à aquisição de parte e peça e a serviço prestado, quando se tratar de veículo montado pelo próprio consumidor ou por conta e ordem deste, **não podendo o somatório ser inferior ao valor médio de mercado;**"*

Portanto, ao montar um veículo por conta própria, deve-se considerar o maior valor entre o total gasto com peças e serviços e o valor médio de mercado para determinar a base de cálculo do IPVA.



**Gabarito: B**

---

80. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) De acordo com a Lei nº 11.651/91, qual é a alíquota do IPVA para um ônibus utilizado no transporte coletivo de passageiros?

- A) 3,75%
- B) 1,25%
- C) 3%
- D) 3,45%
- E) 5%

**Comentários**

Alternativa A: 3,75%

Incorreta. A alíquota de 3,75% aplica-se a veículos de passeio, veículos aéreos, veículos aquáticos e outros veículos não especificados. Um ônibus de transporte coletivo de passageiros se enquadra na alíquota de 1,25%.

Alternativa B: 1,25%

Correta. Conforme o inciso I do Art. 93, a alíquota de 1,25% é aplicada para ônibus, micro-ônibus, caminhões e veículos aéreos e aquáticos utilizados no transporte coletivo de passageiros e de carga.

Alternativa C: 3%

Incorreta. A alíquota de 3% aplica-se a motocicletas, ciclomotores, triciclos, quadriciclos, motonetas e automóveis de passeio com potência até 100cv, não a ônibus.

Alternativa D: 3,45%

Incorreta. A alíquota de 3,45% é aplicável para veículos utilitários, e não para ônibus de transporte coletivo.

Alternativa E: 5%

Incorreta. O Art. 93 não estabelece nenhuma alíquota de 5% para o IPVA. Essa alternativa foi incluída para confundir.

**Gabarito: B**

---



**81. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) De acordo com a Lei Estadual nº 11.651/1991, assinale a alternativa que apresenta corretamente a alíquota do IPVA no Estado de Goiás:**

- A) 1,25% para veículos utilitários e motocicletas.
- B) 3,75% para veículos de carga e de transporte coletivo de passageiros.
- C) 3% para veículos de passeio com potência superior a 100cv.
- D) 3,45% para veículos utilitários.
- E) 3,75% para motocicletas, ciclomotores e quadriciclos.

**Comentários:**

A) Errada. A alíquota de 1,25% se aplica a ônibus, microônibus, caminhões, veículos aéreos e aquáticos utilizados no transporte coletivo de passageiros ou de carga (Art. 93, I). Motocicletas não entram nessa faixa.

B) Errada. Veículos de carga e transporte coletivo são tributados à alíquota de 1,25%, conforme Art. 93, I – e não 3,75%.

C) Errada. Automóveis de passeio com potência superior a 100cv se enquadram na regra geral do Art. 93, IV, que aplica alíquota de 3,75% – e não 3%.

D) Correta. O Art. 93, III define que veículos utilitários estão sujeitos à alíquota de 3,45%.

E) Errada. Motocicletas, ciclomotores, triciclos, quadriciclos e similares são tributados à alíquota de 3%, segundo o Art. 93, II – e não 3,75%.

**Gabarito: D**

**82. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) De acordo com a Lei nº 11.651/91, qual das seguintes alternativas descreve corretamente uma condição para que um veículo destinado ao uso de pessoa com deficiência seja isento do IPVA?**

- A) O veículo deve ter potência máxima de 1.0 (1000cc).
- B) O veículo deve ser exclusivamente utilizado para fins de transporte coletivo.
- C) O valor do veículo deve estar dentro do limite estabelecido para a isenção integral do ICMS, limitado a um veículo por beneficiário.
- D) A pessoa com deficiência deve conduzir o veículo obrigatoriamente.
- E) O veículo deve ser de fabricação estrangeira e possuir até 1500cc de potência.



**Comentários**

Alternativa A:

Incorreta. O Art. 94 não exige um limite de cilindrada para veículos de pessoas com deficiência. A condição é que o valor do veículo não exceda o limite estabelecido para a isenção integral do ICMS.

Alternativa B:

Incorreta. A exigência de uso exclusivo para transporte coletivo não se aplica a veículos de pessoas com deficiência. Essa exigência é aplicável a veículos usados no transporte coletivo, como ônibus e microônibus.

Alternativa C:

Correta. De acordo com o Art. 94, inciso IV, o valor do veículo não pode exceder o limite da isenção integral do ICMS, e a isenção é limitada a um veículo por beneficiário.

Alternativa D:

Incorreta. A condução do veículo não precisa ser feita exclusivamente pela pessoa com deficiência. O benefício permite que o veículo seja conduzido por outro condutor autorizado, caso o beneficiário não possa dirigir.

Alternativa E:

Incorreta. O veículo deve ser nacional, não estrangeiro, e o limite de cilindrada não é mencionado para essa isenção específica.

**Gabarito: C**

---

**83. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) A Associação Vida Sobre Rodas, entidade filantrópica sem fins lucrativos, presta atendimento médico gratuito em rodovias goianas por meio de ambulâncias próprias, que opera com doações e convênios. Durante fiscalização da Secretaria da Economia do Estado de Goiás, um dos fiscais questionou a não incidência do IPVA sobre os referidos veículos, alegando que apenas entes públicos, como Municípios e o Estado, estariam dispensados do imposto por serem imunes.**

Com base na legislação vigente, é correto afirmar que:

A) As ambulâncias da associação são imunes ao IPVA, por prestarem serviço de interesse público.



B) A associação está sujeita ao IPVA, pois apenas o poder público tem direito à não incidência tributária sobre ambulâncias.

C) As ambulâncias da associação são isentas do IPVA, desde que destinadas exclusivamente ao transporte de feridos ou doentes.

D) A associação, por não ser ente federativo, deve recolher o IPVA normalmente, ainda que os veículos sejam utilizados como ambulâncias.

E) A ausência de finalidade lucrativa da associação não afasta a incidência do IPVA, salvo se ela for conveniada com o SUS.

**Comentários:**

A) Errada.

Imunidade tributária se aplica aos entes públicos (União, Estados, Municípios, DF), e não a associações privadas, ainda que de interesse público.

B) Errada.

A legislação estadual prevê isenção para veículos destinados exclusivamente ao socorro e transporte de feridos/doentes (Art. 94, III), inclusive de particulares.

C) Correta.

A associação não é ente imune, mas faz jus à isenção, pois a ambulância se enquadra perfeitamente no Art. 94, III da Lei nº 11.651/1991 – veículo destinado exclusivamente ao socorro e transporte de feridos ou doentes.

D) Errada.

O simples fato de ser privada não impede a isenção. O que importa é a destinação exclusiva do veículo.

E) Errada.

A isenção prevista na lei estadual não exige convênio com o SUS. Basta que a ambulância atenda à finalidade prevista na norma.

**Gabarito: C**

**84. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025)** Em março de 2025, Yugui, motociclista no interior de Goiás, procurou a Secretaria da Economia buscando a isenção do IPVA referente à sua motocicleta Honda CG 150, ano de fabricação 2019, cilindrada 150cc, utilizada exclusivamente



para o trabalho. Ele alegou que o veículo já possuía 6 anos de uso e que, conforme a nova lei publicada recentemente, teria direito à isenção.

Com base na legislação vigente do Estado de Goiás, assinale a alternativa correta:

A) Yugui tem razão, pois a motocicleta atende os requisitos do art. 94, XV e, portanto, está isenta do IPVA desde 2025.

B) Yugui está equivocado, pois a isenção para veículos com 6 anos de uso só se aplica a veículos com até 125cc.

C) Yugui está equivocado, pois, embora o veículo atenda aos requisitos do art. 94, XV, a isenção só tem efeito a partir do exercício de 2026.

D) Yugui faz jus à isenção, mas apenas se comprovar que utiliza o veículo exclusivamente para atividade profissional.

E) A motocicleta de Yugui será isenta somente quando atingir 15 anos de uso, conforme regra geral do art. 94, X.

**Comentários:**

A) Errada.

Embora a motocicleta de Yugui atenda aos requisitos do art. 94, XV (até 150cc e 6 anos ou mais), a isenção só tem efeito a partir de 01/01/2026. Em 2025, ainda não é aplicável.

B) Errada.

O limite previsto no inciso XV é 150 cilindradas, não 125cc.

C) Correta.

A Lei nº 23.287/2025, que incluiu o inciso XV, entrou em vigor em 24/03/2025, mas a isenção só será válida para fatos geradores a partir de 1º de janeiro de 2026.

D) Errada.

A isenção não exige finalidade profissional. Basta que o veículo tenha até 150cc e 6 anos ou mais de uso.

E) Errada.

Yugui não precisa esperar os 15 anos, pois existe regra específica (XV) para motos até 150cc. O problema aqui é apenas a vigência futura da norma.

**Gabarito: C**



**85. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) Jorge possui três veículos registrados em seu nome, todos licenciados no Estado de Goiás:**

- **Veículo A:** Carro de passeio fabricado em 2009, 1.6 de cilindrada.
- **Veículo B:** Motocicleta Honda CG 150, fabricada em 2020, com 150cc.
- **Veículo C:** Motocicleta Yamaha 160, fabricada em 2004, com 160cc.

Em março de 2025, Jorge consulta a tabela de IPVA e acredita que apenas o veículo A estaria isento, já que as motocicletas não se enquadrariam nos critérios de isenção. Com base na legislação estadual vigente, assinale a alternativa correta:

A) Apenas o Veículo A está isento do IPVA em 2025

B) Os Veículos A e C estão isentos do IPVA em 2025, ainda que a motocicleta C tenha mais de 150cc, por força do tempo de uso.

C) Apenas o Veículo C está isento, por ter mais de 20 anos de fabricação, sendo irrelevante a cilindrada.

D) Nenhum dos veículos está isento em 2025, pois a regra do inciso XV ainda não está em vigor.

E) Somente o Veículo B estará isento, pois tem 150cc e completará 6 anos em 2025.

#### **Comentários:**

A) Errada.

Embora o Veículo A (carro de 2009) esteja de fato isento com base no art. 94, X (15 anos ou mais), a alternativa desconsidera o veículo C, que também tem direito à isenção.

B) Correta.

- Veículo A: isento com base no art. 94, X (15 anos ou mais).
- Veículo C: ainda que tenha 160cc, já possui 21 anos de uso → há entendimento consolidado no Estado de Goiás (inclusive nas tabelas de IPVA) de que veículos com 15 anos ou mais de uso estão isentos, independentemente de tipo e cilindrada.
- Veículo B: ainda não está isento em 2025, pois a regra do inciso XV (6 anos + até 150cc) só entra em vigor em 2026.

C) Errada.

O Veículo A também está isento, logo a alternativa é incompleta.

D) Errada.

A regra do inciso XV realmente não está em vigor em 2025, mas os veículos A e C estão isentos por outras regras.



E) Errada.

O Veículo B ainda não está isento em 2025, pois a regra de 6 anos + 150cc só vale a partir de 2026.

**Gabarito: B**

---

**86. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) De acordo com a Lei nº 11.651/91, qual das alternativas abaixo descreve corretamente um requisito para que um automóvel de passeio com potência até 1000cc possa ter sua base de cálculo do IPVA reduzida em até 50%?**

- A) O proprietário deve ter contribuído para a Previdência Social no ano anterior.
- B) O automóvel deve ter sido registrado em outra unidade da Federação.
- C) O proprietário não pode ter cometido infrações de trânsito nos últimos 12 meses.
- D) O automóvel deve ter potência mínima de 1200cc.
- E) O benefício é concedido automaticamente para todos os veículos de passeio.

### **Comentários**

Alternativa A:

Incorreta. Não há exigência de contribuição para a Previdência Social para obter a redução do IPVA. O requisito está relacionado ao histórico de trânsito e ao licenciamento regular.

Alternativa B:

Incorreta. O veículo deve estar registrado no Estado de Goiás para obter o benefício. Um registro em outra unidade da Federação não atende aos requisitos do Art. 94-A.

Alternativa C:

Correta. Um dos requisitos para a concessão do benefício é que o proprietário não tenha cometido infrações de trânsito nos últimos 12 meses.

Alternativa D:

Incorreta. O limite de potência para automóveis elegíveis ao benefício é até 1000cc, e não uma potência mínima de 1200cc.

Alternativa E:

Incorreta. O benefício não é concedido automaticamente; ele depende do cumprimento de requisitos específicos, incluindo histórico de trânsito e licenciamento regular.



**Gabarito: C**

---

**87. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025)** A empresa Goiás Locações Eireli possui sede no Estado de Goiás e atua no ramo de serviços diversos, incluindo transporte, comércio e locação de veículos. No ano de 2025, sua receita bruta foi composta por 45% de atividades de locação de veículos, 30% de transporte de cargas e 25% de comércio de autopeças. Todos os seus veículos estavam registrados e licenciados regularmente no Estado de Goiás até a data de vencimento do IPVA.

**Com base na legislação vigente, é correto afirmar que:**

A) A empresa tem direito à isenção integral do IPVA sobre os veículos utilizados para locação, desde que estejam licenciados regularmente.

B) A empresa tem direito à redução da base de cálculo do IPVA, pois os veículos estão registrados e licenciados em Goiás.

C) A empresa não faz jus à redução da base de cálculo, pois a atividade de locação não representa pelo menos 50% da receita bruta.

D) A empresa poderá usufruir do benefício de redução se comprovar que utiliza ao menos 50% da frota para locação, independentemente da receita.

E) O benefício da redução da base de cálculo se aplica a qualquer veículo de empresa que exerça, ainda que secundariamente, a atividade de locação.

**Comentários:**

A) Errada.

O art. 94-B trata de redução da base de cálculo, e não de isenção integral do IPVA.

B) Errada.

Embora os veículos estejam registrados e licenciados em Goiás, isso não é suficiente: a empresa não cumpre a exigência da atividade principal de locação (mínimo de 50% da receita bruta).

C) Correta.

De acordo com o Art. 94-B, para ter direito ao benefício, a locação de veículos deve corresponder a pelo menos 50% da receita bruta da empresa – o que não ocorre no caso apresentado (somente 45%).

D) Errada.



O critério não é a quantidade de veículos utilizados na locação, mas sim a composição da receita bruta da empresa.

E) Errada.

A norma exige que a locação de veículos seja a atividade principal ( $\geq 50\%$  da receita), conforme reconhecido no regulamento. O simples exercício secundário da atividade não gera direito à redução.

**Gabarito: C**

**88. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) Qual dos seguintes veículos não é elegível para a redução da base de cálculo do IPVA em até 50%, de acordo com a legislação goiana?**

A) Um automóvel de passeio com potência de 950cc, cujo proprietário possui infrações de trânsito no último ano.

B) Um automóvel de passeio com potência de 1000cc e licenciamento regular.

C) Uma motocicleta de 125cc, sem infrações de trânsito registradas nos últimos 12 meses.

D) Um triciclo de 120cc, cujo proprietário manteve o licenciamento em dia.

E) Um automóvel de passeio com potência de 900cc, sem infrações de trânsito no último ano.

### Comentários

Alternativa A:

Correta. O veículo possui potência elegível para o benefício (950cc), mas o proprietário não atende ao requisito de não ter infrações de trânsito no último ano. Portanto, ele não é elegível para a redução da base de cálculo do IPVA.

Alternativa B:

Incorreta. Este veículo cumpre o limite de potência (1000cc) e, se o proprietário atender aos outros requisitos (licenciamento regular e ausência de infrações), o automóvel seria elegível.

Alternativa C:

Incorreta. Uma motocicleta de 125cc está dentro do limite de cilindrada e, com um histórico de trânsito sem infrações nos últimos 12 meses, é elegível para o benefício.

Alternativa D:



Incorreta. O triciclo de 120cc está dentro dos critérios de cilindrada e, com licenciamento em dia, é elegível para a redução da base de cálculo.

Alternativa E:

Incorreta. O automóvel de 900cc também atende ao requisito de potência, e, sem infrações no último ano, seria elegível ao benefício.

**Gabarito: A**

---

**89. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) Analise os veículos abaixo e assinale a alternativa correta quanto à aplicação do IPVA no Estado de Goiás:**

**I. Ambulância pertencente a clube esportivo privado, utilizada exclusivamente para transporte de atletas acidentados.**

**II. Veículo de passeio pertencente a locadora registrada em Goiás, com atividade principal de locação ( $\geq 50\%$  da receita bruta), licenciado regularmente, avaliado em R\$ 80.000.**

**III. Veículo de transporte pertencente ao Município de Anápolis, registrado no DETRAN-GO.**

**IV. Motocicleta de 150cc com 7 anos de uso pertencente a pessoa física, com licenciamento em dia, no ano de 2025.**

**V. Veículo de representação pertencente à embaixada de país estrangeiro, regularmente credenciada junto ao Governo Brasileiro.**

A) Apenas os veículos I, III e IV estão isentos do IPVA, nos termos do art. 94.

B) Os veículos II e V estão sujeitos à redução da base de cálculo do IPVA.

C) Os veículos I e II estão isentos, e os veículos III e V são imunes.

D) Os veículos II têm redução da base de cálculo; os veículos III e V estão acobertados por não incidência; e o veículo I está isento.

E) Apenas os veículos IV e V têm direito à não incidência do IPVA, por expressa previsão legal.

**Comentários:**

A) Errada.

Veículo I: isento (ambulância privada – art. 94, III).

Veículo III: não incidência (pertence ao Município – art. 95, I).



Veículo IV: não está isento em 2025, pois o art. 94, XV só produz efeitos em 2026.

B) Errada.

Veículo II: está correto – redução da base de cálculo (art. 94-B).

Veículo V: não tem redução, mas sim não incidência (art. 95, II).

C) Errada.

- Veículo I: isento, correto.
- Veículo II: não é isento, mas tem redução da base.
- Veículos III e V: não são imunes, mas sim não incidência (confundir imunidade com não incidência é um erro comum).

D) Correta.

- Veículo II: redução da base de cálculo, conforme art. 94-B.
- Veículos III (Município) e V (Embaixada): não incidência, conforme art. 95, I e II.
- Veículo I: isenção, conforme art. 94, III.

E) Errada.

Veículo IV: não tem não incidência, e não tem isenção válida em 2025.

Veículo V: correto quanto à não incidência, mas a presença do IV torna a alternativa errada.

**Gabarito: D**

---

**90. (Inédita - 7 Fontes Concursos 2025) Um contribuinte possui um automóvel de passeio adquirido em 2024 com potência de 100cv e valor de mercado de R\$ 60.000,00. Qual será o valor do IPVA devido no Estado de Goiás, em 2025?**

- A) R\$ 750,00
- B) R\$ 2.070,00
- C) R\$ 1.800,00
- D) R\$ 2.250,00
- E) R\$ 2.100,00

### Comentários

C) R\$ 1.800,00 – Correta. O automóvel de passeio com potência até 100cv aplica-se a alíquota de 3% (Art. 93, II).

Cálculo:  $R\$ 60.000 \times 3\% = R\$ 1.800,00$



Gabarito: C

---





# OBRIGADO!

Prof. Eliezer Santos



@prof.eliezersantos

**F** **FONTES**  
CONCURSOS